

**A geografia das
pequenas cidades**
estudos teóricos e práticos

**Vanessa Manfio
Gilda Maria Cabral Benaduce**
(Organizadoras)

libroæ

A geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos

Conselho Editorial Técnico-Científico Mares Editores e Selos Editoriais:

Renato Martins e Silva (Editor-chefe)
<http://lattes.cnpq.br/4416501555745392>

Lia Beatriz Teixeira Torraca (Editora Adjunta)
<http://lattes.cnpq.br/3485252759389457>

Ilma Maria Fernandes Soares (Editora Adjunta)
<http://lattes.cnpq.br/2687423661980745>

Célia Souza da Costa
<http://lattes.cnpq.br/6191102948827404>

Chimica Francisco
<http://lattes.cnpq.br/7943686245103765>

Dileane Fagundes de Oliveira
<http://lattes.cnpq.br/5507504136581028>

Joana Ribeiro dos Santos
<http://lattes.cnpq.br/0861182646887979>

Kelio Junior Santana Borges
<http://lattes.cnpq.br/7100462200512642>

Marcia Tereza Fonseca Almeida
<http://lattes.cnpq.br/4865156179328081>

Raimundo Expedito dos Santos Sousa
<http://lattes.cnpq.br/0070090312079084>

Ricardo Luiz de Bittencourt
<http://lattes.cnpq.br/2014915666381882>

A geografia das pequenas cidades

estudos teóricos e práticos

1ª Edição

Vanessa Manfio
Gilda Maria Cabral Benaduce
(Organizadoras)



Rio de Janeiro
Libroe
2021

Copyright © da editora, 2021.

Capa e Editoração
Mares Editores

Todos os artigos publicados neste livro sob a forma de capítulo de coletânea foram avaliados e aprovados para sua publicação por membros de nosso Conselho Editorial e/ou colaboradores pós-graduados da Mares Editores, assim como pelos organizadores da obra.

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)

A geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos / Vanessa Manfio; Gilda Maria Cabral Benaduce (Organizadoras). – Rio de Janeiro: Libroe, 2021.

286 p.

ISBN 978-65-991247-7-8

doi.org/10.35417/978-65-991247-7-8

1. Geografia. 2. Pequenas Cidades. I. Título.

CDD 900
CDU 91/49

Os textos são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam necessariamente a opinião da editora.

2021

Todos os direitos desta edição reservados à
Mares Editores e seus selos editoriais
Libroe é um selo editorial de Mares Editores
Contato: mareseditores@gmail.com

Sumário

Apresentação	9
A dinâmica econômica, cultural e urbana das pequenas cidades da Quarta Colônia, RS, Brasil	15
Expansão das pequenas cidades no território sul rio-grandense	41
A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória	62
A relevância das pequenas cidades/localidades para o desenvolvimento regional (e vice-versa)	98
A produção e transformação urbana da pequena cidade: um estudo sobre o espaço de Nova Esperança do Sul.....	126
Caracterização natural e social de Bossoroca, uma pequena cidade do Noroeste Gaúcho	158
A produção do espaço na cidade de São Felipe - BA e sua inserção na rede urbana do Recôncavo Baiano	181
Unidades climáticas (peri)urbanas de Agudo/RS	223
A inserção das pequenas cidades na região da Serra Gaúcha: um estudo sobre Cotiporã-RS.....	261
Sobre os autores	281

Apresentação

A obra “A Geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos” reúne trabalhos científicos sobre as pequenas cidades, abordando estudos e temas diversos que *abrilhantam as discussões geográficas, nesta linha de pesquisa. Sabe-se que o tema é de profunda relevância, haja vista, que as pequenas cidades dominam o território brasileiro, e suas abordagens, ainda, são de expressão tímida na Geografia. Assim, pensar e retratar as pequenas cidades são aspectos complexos, dado a pouca revisão de literatura e discussão sobre o assunto, a inconsistência na conceituação das mesmas e a divergência/diferenciação dos espaços regionais no Brasil, onde cada pequeno centro urbano apresenta uma dinâmica específica.*

Ainda, a maioria dos estudos, neste sentido, expõe teoricamente as pequenas cidades. Porém, é necessário que se faça a travessia entre teoria e prática, pois estes centros são dotados de formas, funções, processos, vidas e economias e quanto mais debruçarmos no tratamento deles, maior será o seu entendimento e o retrato do urbano brasileiro, especialmente das pequenas cidades. Portanto, nesta obra, organizada por Vanessa Manfio e Gilda Maria Cabral Benaduce, foram contextualizadas discussões significativas a respeito das pequenas cidades. Discussões estas de caráter teórico, mas também de explicação prática da dimensão e materialização citadina dos centros urbanos menores.

A coletânea teve como ponto-central a divulgação de estudos sobre as pequenas cidades, no limiar do Brasil, contando com a participação de pesquisadores pós-doutores, doutores, mestres e acadêmicos da Geografia e áreas afins. A seguir, então, será exposta a descrição das pesquisas e trabalhos que fazem parte dessa coletânea.

O primeiro capítulo titulado de **“A dinâmica econômica, cultural e urbana das pequenas cidades da Quarta Colônia, RS, Brasil”** escrito por Vanessa Manfio objetivou analisar as pequenas cidades da Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, abordando a questão econômica, cultural e urbana que cercam as pequenas cidades dessa região. Estas cidades participam da rede urbana de Santa Maria e apresentam uma população reduzida, mas funções urbanas marcantes, no entorno regional e local, como a gestão das atividades agrícolas e o desenvolvimento do turismo cultural que engessa novas estruturas e formas urbanas.

No segundo capítulo tem-se a obra titulada de **“Expansão das pequenas cidades no território sul rio-grandense entre 1970-2010”** da autora Gilda Maria Cabral Benaduce que escreve sobre a expansão das pequenas cidades no Rio Grande do Sul, entre 1970 a 2010, indicando que inúmeros fatores podem ser considerados importantes para essa análise, entre eles, o econômico, político e geoestratégico. Assim, o êxodo rural, a desconcentração industrial, os repositórios da pobreza urbana, a movimentação da fronteira agrícola e os investimentos em infraestrutura que alteraram à dinâmica da

economia nacional são os responsáveis pela dispersão espacial da população e reorganização do espaço na multiplicação de pequenas cidades.

Na sequência, o terceiro capítulo **“A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória”**, escrito por Alexandre Carvalho de Andrade e Flamarion Dutra Alves, trata de discorrer sobre as características das pequenas cidades do Sul de Minas Gerais, propondo um ensaio classificatório para estas cidades, de acordo com a dinâmica socioespacial. O ensaio apontou a presença de seis tipos de pequenas cidades no contexto sul mineiro, com aspectos importantes na ótica do urbano. Este estudo ajuda contribuir para uma abertura do pensamento dos centros pequenos para além do aspecto quantitativo da população.

No quarto capítulo, o texto **“A relevância das pequenas cidades/localidades para o desenvolvimento regional (e vice-versa)”** de Angela Maria Endlich aborda as pequenas cidades/localidades no bojo das transformações urbanas, destacando-se o conjunto regional para entender as pequenas cidades no âmbito territorial brasileiro. As pequenas cidades revelam uma realidade diversa e complexa, dos quais é fundamental pensá-las em conjunto para apreender seus papéis, bem como para o planejamento e gestão territorial. No trabalho estas questões são exemplificadas com a discussão de pequenas cidades do Paraná, trazendo um esforço de unir teoria e realidade.

No quinto capítulo, é exposto o artigo **“A produção e transformação urbana da pequena cidade: um estudo sobre o espaço de Nova Esperança do Sul”** de autoria de Claudio Raimundo de Bastos Brasil. Neste artigo o objetivo central foi de discutir sobre a produção e transformação urbana de Nova Esperança do Sul através do setor coureiro-calçadista local. O estudo apontou uma relação muito antiga da cidade com o setor coureiro-calçadista, e que este tem produzido e transformado o espaço urbano da pequena cidade, criando formas, funções e papéis urbanos, bem como tem promovido relações múltiplas da cidade de Nova Esperança do Sul com a rede urbana regional.

Outro artigo que traz uma contribuição para obra é o sexto capítulo de título **“Caracterização natural e social de Bossoroca, uma pequena cidade do Noroeste Gaúcho”** de Airton Rosa Lucion Guites que procura fazer uma caracterização do município de Bossoroca–RS, dialogando com a dinâmica da pequena cidade. Assim, a interpretação geográfica do município e da cidade é descritas do natural ao social. Este artigo traz informações sobre a realidade local, traçando uma reflexão sobre o passado, o presente e o futuro da Geografia de Bossoroca.

Tratando a questão das pequenas cidades da Bahia, o sétimo capítulo **“A produção do espaço na cidade de São Felipe - BA e sua inserção na rede urbana do Recôncavo Baiano”**, escrito por Maiara Cerqueira Leandro e Ana Emília de Quadros Ferraz, objetivou discutir

o processo de produção do espaço na cidade pequena face à contextualização da dinâmica reprodutiva de São Felipe e sua inserção na rede urbana do Recôncavo Baiano. Este trabalho é produto de debates, pesquisa empírica e parte de um capítulo da pesquisa de mestrado de uma das autoras. E que vem se somar as outras obras, trazendo uma rica discussão sobre a realidade urbana da Bahia.

No oitavo capítulo, tem-se uma contribuição sobre o clima urbano e a discussão das cidades pequenas. O artigo **“Unidades climáticas (peri)urbanas de Agudo/RS”** de autoria de Jonathan Júlio Kegler, Cássio Arthur Wollmann e Ismael Luiz Hoppe aborda a identificação de unidades climáticas urbanas e periurbanas, partindo da obtenção de dados de temperatura do ar, por meio de transectos móveis, e da análise das características geoambientais da pequena cidade de Agudo. O estudo identificou a delimitação de zonas climáticas locais, dos quais Agudo e o seu entorno (periurbana), foram classificados em seis unidades climáticas, discutidas no texto. O entrosamento do clima com a dinâmica da pequena cidade é fundamental para se pensar os problemas urbanos possíveis em centros menores e prever planejamentos urbanos, já que a dinâmica climática não é questão apenas das metrópoles e grandes cidades.

Por fim, o último capítulo **“A inserção das pequenas cidades na região da Serra Gaúcha: um estudo sobre Cotiporã-RS”** de Vinício Luís Pierozan vem colaborar com as demais discussões. O capítulo teve como objetivo principal discutir a respeito das inter-relações

verificadas na pequena cidade de Cotiporã, com as demais áreas urbanizadas do seu entorno. Os resultados presentes no texto apontaram que a cidade de Cotiporã participa da rede urbana em que está inserida e atua em menor e/ou maior grau, a partir de diferentes relações que contemplam: serviços de saúde, educacional, comércio, alimentos, oferta de mão de obra. Soma-se a isso, o fato de Cotiporã possuir funções específicas como, por exemplo, a de moradia e atividades agrícolas, inseridas na rede urbana.

Por fim, espera-se com a obra contribuir para os estudos de Geografia Urbana brasileira, principalmente com o debate sobre as pequenas cidades, a fim de demonstrar realidades e abrir possibilidades para novos conhecimentos e discussões.

Boa leitura!

Vanessa Manfio

Gilda Maria Cabral Benaduce

A dinâmica econômica, cultural e urbana das pequenas cidades
da Quarta Colônia, RS, Brasil

Vanessa Manfio¹

Introdução

No âmbito da Geografia Urbana existe um tema que vem se despontando pela necessidade de discussão, a compreensão das pequenas cidades. Na contemporaneidade tanto as pequenas, médias ou grandes cidades, na ótica do lugar, são únicas, numa ou em outra questão (SANTOS, 1988). Particularmente, as pequenas cidades, por guardar singularidades, merecem ser estudadas, não apenas no âmbito da pesquisa científica, mas no ensino de geografia (FRESCA, 2001).

Desse modo, este trabalho tenta abordar as pequenas cidades, destacando suas características e conceitualizando-as, dando ênfase ao aspecto do urbano na região da Quarta Colônia, localizada no espaço central do Rio Grande do Sul (RS), Brasil, a fim de contribuir com a Geografia Urbana, nas discussões sobre a temática e sobre a região.

Para dar conta destes objetivos, o trabalho utiliza a pesquisa bibliográfica em parceria com o método empírico. A primeira dando

¹ Doutora em Geografia, UFRGS, com período de intercâmbio na Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro de Vila Real-Portugal. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Agrários da UFRGS e professora da rede municipal de Nova Palma-RS.

ênfase a uma revisão de literatura de trabalhos que se empenham em tratar das pequenas cidades, tais quais: Bacelar (2008), Corrêa (1999, 2011), Castro (2010), Endling (2006, 2016), Fresca (2001), Melo (2008), Olanda (2008), Santos (1979), entre outros. Optou-se por estas referências por serem estudos sobre as pequenas cidades brasileiras, realizados por geógrafos com méritos reconhecidos dentro da academia. Embora existam outros trabalhos igualmente importantes que aqui não foram referenciados.

Enquanto isto, o método empírico foi utilizado na visão de explorar a realidade e o conhecimento teórico, ou seja, a partir da teoria, entrelaçar com as análises sobre os pequenos centros urbanos da região. Segundo Gomes (1997), a Geografia é a ciência do empírico e o geógrafo é o inventariante do visível, dessa maneira, o pesquisador que trabalha em campo conhece a realidade e juntamente com a análise em laboratório consegue desvendar os fenômenos geográficos. Assim, o método empírico tem uma grande parcela de aproveitamento na pesquisa, quando se utiliza da análise *in loco*, do trabalho de campo, da participação na realidade local, por meio de trocas, coleta de dados e conversas informais. Logo, ambos - pesquisa bibliográfica e método empírico - trazem contribuições ao estudo das pequenas cidades, vistas na ótica do teórico-prático.

Contudo, espera-se que este estudo venha partilhar conhecimentos e experiências sobre as pequenas cidades da Quarta Colônia, dialogando aspectos sociais, culturais, urbanos e econômicos

presentes nestas cidades. Convém destacar que o Rio Grande do Sul ainda trabalha com pouca ênfase na Geografia Urbana dos pequenos centros citadinos e esta condição necessita ser aprimorada, pois este Estado tem várias pequenas cidades importantes, na sua lógica regional.

Conceitualizando as pequenas cidades: guisa teórica

As cidades desempenham um papel importante no seu contexto regional e dentro do próprio município. As cidades são o centro gestor municipal, onde se realizam as trocas e a difusão das informações, serviços e tecnologias. Mas, no campo da urbanidade existem diferentes cidades. Uma são espontâneas, outras planejadas; umas concentram serviços e população, outras são do tipo que apresentam um nível de serviços e uma população mais reduzida; umas destacam-se como gestoras do campo, outras de atividades industriais ou ainda da prestação de serviços.

Assim, é difícil estudar e descrever as cidades e, principalmente, as pequenas cidades. Segundo, Fernandes (2018, p. 13), “mesmo com a propagação de trabalhos acadêmicos, ainda existe uma grande dificuldade na conceituação das pequenas cidades, devido, sobretudo, à quantidade e à diversidade dessas localidades e à proximidade delas com o meio rural”. Conforme Bacelar (2008, p.160) tais cidades, apresentam-se, geralmente, numa espécie de “limbo” conceitual e epistemológico, que tornam as definições e

análises geográficas penosas. Seguindo nesta discussão, Olanda, (2008, p.186) escreve que,

As pequenas cidades constituem-se em grandes desafios para a pesquisa em Geografia no Brasil, por diversos motivos, um deles é a ausência, ainda, de uma produção acadêmica mais significativa sobre essa temática, mas há de ser levado em consideração que a urbanização brasileira também é algo novo.

Neste ponto, chama-se a atenção para as cidades com população reduzida, com serviços menos complexos, mas não menos significativo para o entorno, ou seja, as pequenas cidades, assim conhecidas na literatura científica e geográfica. É importante destacar que “O Brasil possui grande número de pequenas cidades localizadas em todas as regiões do país” (SOARES; MELO, 2010, p.236). Desse modo, a compreensão delas é importante para entender a lógica urbana brasileira. As pesquisas a respeito das pequenas cidades, suas características e/ou diversidades são fundamentais porque estes espaços não estão desprovidos dos processos que marcam a sociedade urbana no Brasil (SOARES; MELO, 2010).

Falando nisso, ao conceitualizar as pequenas cidades muitas questões são importantes. Em Corrêa (2011), a pequena cidade é resultado de inúmeros processos: a) de *habitat* com funções essenciais no primário e no secundário, ou de um núcleo de povoamento, cuja população está engajada em atividades ligadas à transformação e

circulação de mercadorias e prestação de serviços, pode ser também formado por um núcleo dotado da função de sede municipal ou por um centro local que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, seu entorno.

A questão da quantidade de habitantes é também utilizada para o entendimento das cidades em seu contexto de tamanho. Logo, as pequenas cidades são aquelas menores de 10 mil até as de 50 mil habitantes, que possuem trocas e um leque de serviços dispostos na atividade rural, financeira, cultural e educativa (TETAMANTI, 2012). Complementando Corrêa (1999) afirma que, as cidades pequenas – também chamadas de “pequenos centros” e “pequenos núcleos” ou por outras expressões – são aquelas que possuem, no máximo, cinquenta mil habitantes.

Destarte, para Santos (1979, p.71) a pequena cidade é considerada como cidade local, com a característica de “aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações”, entre estas condições mínimas “estão os serviços públicos de saúde, educação, segurança, transporte, entre outros, além da própria geração de renda e da possibilidade de moradia e de alimentação” (FERNANDES, 2018, p.19). Os serviços e infraestruturas, tal como os equipamentos urbanos públicos e privados são menos complexos e especializados, que os encontrados nas grandes cidades, bem como o fluxo e o movimento é menos intenso. Na maioria das pequenas

cidades os equipamentos urbanos privados são quase nulos, pois os públicos conseguem atender as necessidades da população, por exemplo, as praças, parques, hospitais, entre outros equipamentos são geridos e mantidos pelo poder municipal-estadual.

Muitas pequenas cidades também testemunham a falta de emprego, pois basicamente os empregos giram em torno da prefeitura e de estabelecimentos estaduais, como banco, escolas, etc. (PEREIRA; CARVALHO, 2009). Este fato repercute numa baixa arrecadação tributária, onde muitas pequenas cidades não se sustentam e passam a ser dormitórios de uma população, que trabalha em outras cidades circunvizinhas.

Além disso, em boa parte das pequenas cidades, as formas de concreto (calçadas, prédios elevados, entre outros) são pouco visíveis, existindo a presença de árvores, mato, flores, terra, terrenos baldios, e ruas na sua maioria não asfaltadas, apenas calçadas, ou ainda as ruas principais asfaltadas e as demais não (MANFIO; BENADUCE, 2011). Ao dar continuidade ao assunto, Endling (2006) escreve que facilmente se encontra nas regiões brasileiras, pequenos centros urbanos aparentemente pacatos, quase todos bem arborizados, dos quais alguns muito pequenos (com menos de 5 mil habitantes).

Em geral, os centros muito pequenos são cortados por longa avenida (muitas vezes a própria rodovia), cujo em torno da mesma se prolongam as demais ruas e quadras, e logo é percebido neste espaço, o limite entre as áreas urbana e rural (ENDLING, 2006). Nesta

perspectiva, Pereira e Carvalho (2009, p.130) expõem que na maioria delas “a vida urbana gira em torno da praça central, que normalmente é a da igreja, para a qual convergem ruas e caminhos. Essa é também a parte da cidade que possui as melhores casas [...]” Nestes centros urbanos a vida acontece num patamar diferenciado, a proximidade dos lugares impõe um ritmo do relógio um pouco mais lento (BACELAR, 2008). Isto é, as famílias almoçam juntas, fazendo as refeições em suas residências, já que a casa de morada fica nas proximidades do trabalho, da escola das crianças e dos demais espaços de confluência do dia-a-dia.

Num outro raciocínio, acerca das pequenas cidades, pode-se dizer que elas geralmente apresentam indústrias, habitações e comércio num mesmo seguimento, onde os lugares da cidade são próximos percorridos normalmente a pé e sem necessidade de transporte público, onde as favelas ainda são inexistentes e a divisão em bairros pouco expressiva, diferente que acontece nos centros maiores. Ainda, alguns processos urbanos são iniciais como a descentralização urbana, a verticalização ou gentrificação. Como se confirma esta questão em Melo (2008, p.19), as pequenas cidades,

[...] são espaços que, em geral, não apresentam importantes estratificações sócio-espaciais; os centros não apresentam especializações como áreas centrais e, muito menos, os processos recentes de degradação sócio-econômica, tipicamente ocorridos nesses espaços, em cidades maiores. São, geralmente, ao mesmo tempo,

espaços de residências, de lazer (frequentemente, em torno da praça principal), do comércio e do serviço existentes, lócus dos órgãos da administração pública, da igreja e da escola principais, das agências bancárias e dos hospitais (quando existentes).

Levando em conta a subjetividade e as ligações afetivas, nas pequenas cidades as pessoas se conhecem e mantêm ligações topofílicas com o lugar e com os vizinhos. Diante disso, Bacelar (2005, p. 6) enfatiza que: “Na pequena cidade, os endereços não têm a menor importância. Conhece-se a pessoa pelos apelidos ou filiação.” Neste ponto, a comunicação acontece por pontos principais de referência, como a igreja e praça e por casas de famílias tradicionais da cidade e não pelo nome da rua. Ressalta Castro (2010, p. 109) que, “Nas pequenas cidades, quase todos os moradores se conhecem. Por isso, é muito comum se observar as pequenas nucleações de conversa nas praças e nos logradouros públicos”. Porque a proximidade entre os lugares promove os encontros constantes, assim como uma “circularidade repetitiva” estimulada pela pedestrialização em vias públicas ou em espaço comerciais de pessoas conhecidas, o que favorece, então, a conversa (CASTRO, 2010). Nestas cidades, ademais, as festividades familiares se confundem com os eventos sociais da cidade (CASTRO, 2010).

Estas pequenas cidades não são homogêneas, todas iguais. Elas “não são iguais entre - si, pois possuem conteúdos diferentes que em alguns casos geram relações hierárquicas entre elas” (ENDLICH, 2006,

p. 52). No Brasil há vários núcleos urbanos pequenos que guardam suas particularidades, populacionais, culturais, ambientais e econômicas. No trabalho de Melo (2008), a autora reconhece que há quatro situações de pequenas cidades brasileiras: a) primeira são pequenas cidades que estão em áreas de economias dinâmicas, como nas áreas de agricultura moderna; b) a segunda situação se refere àquelas que funcionam como reservatório de mão de obra e são marcadas por processos migratórios, das pessoas em idade de trabalho, onde permanecem os idosos; c) a terceira destaca-se por ser as pequenas cidades que se inserem em um contexto socioeconômico complexo, cujas cidades têm funções turísticas, industriais, com festividades religiosas, manifestações culturais e feiras; d) a quarta são as pequenas cidades localizadas nos entornos metropolitanos.

Ao pensar nas complexidades das cidades brasileiras pode-se destacar que existem mais conjunturas para as pequenas cidades, há cidades que se situam em margens industriais e em margens agrícolas, e as pequenas cidades estão inseridas nestes contextos desempenhando funções importantes dentro da lógica econômica-urbana. Assim, “cidades pequenas podem apresentar diferentes papéis e dinâmicas dentro da rede urbana que estão inseridas, desde a função agrícola, a oferta de mão de obra, ou a oferta de moradia, de espaços industriais e turísticos” (MANFIO, 2019, p. 40).

Quanto às cidades que habitam a hinterlândia do rural, estas apresentam funções nítidas, em promover o desenvolvimento local e do campo, pois são a porta de entrada do capital e de materiais ao

campo, tais quais são também a de saída dos produtos agrícolas. Para Santos (2009), as cidades vinculadas ao rural contribuem para aumentar a importância do espaço rural e são partícipes da divisão do trabalho. Colabora com este assunto Bacelar (2008, p. 26), quando coloca que “a pequena cidade tem uma forte ligação com o seu entorno rural, e em certos aspectos, desempenham um papel semelhante ao do espaço rural”. Logo, a ruralidade pode estar presente no seio da cidade, por esta influência do rural sobre o urbano, assim como pode residir outros desafios a cidade neste patamar.

Mesmo, neste contexto, não se pode desvincular o espaço regional da dinâmica das pequenas cidades, tão pouco desconsiderar os problemas urbanos. Nestes centros urbanos podem ocorrer problemas resultantes das transformações do mundo agrícola, como o êxodo rural ou a degradação ambiental efeito do uso intensivo de agrotóxicos (CORRÊA, 2007). Outros problemas também podem residir nestes centros urbanos, ou em outras pequenas cidades, como: depredação pública, desemprego, desigualdades, etc.

Por outro lado, as pequenas cidades não constituem espaços puramente de paz e tão pouco seus habitantes vivem num marasmo, é evidente que a relação tempo-espaço é diferenciada dos grandes centros, tanto as contradições e as desigualdades socioeconômicas apresentam escalas menores (OLANDA, 2008, p.189). Muitas pequenas cidades têm sido palco para investimentos de empreendedores e também de indústrias, o que contribui para romper

com a visão de mediocridade das pequenas cidades. Nesta linha, Endlich (2016) comenta da utopia que cerca o entendimento das pequenas cidades, segundo a autora, atualmente estas cidades são pretendidas por empreendimentos imobiliários, e dessa forma, poucas relações têm com as esquecidas pequenas cidades, sobretudo dos estudos científicos.

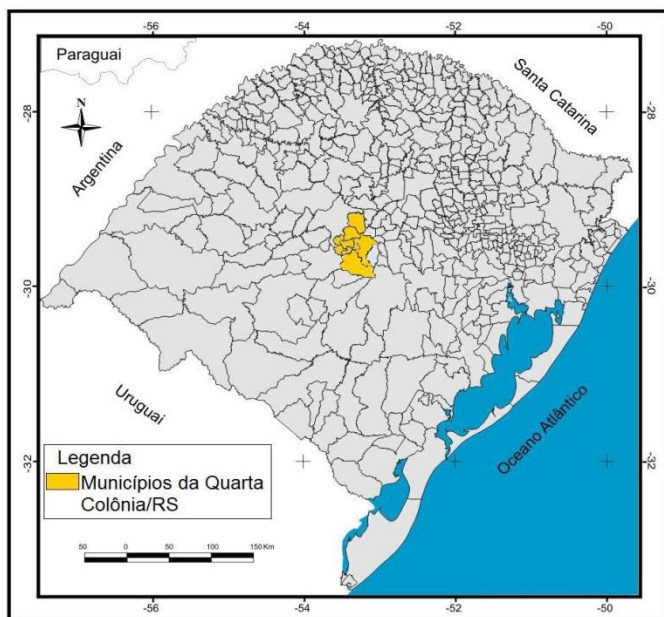
Portanto, as pequenas cidades são complexas, muitas são dinâmicas e exercem papéis importantes dentro da rede urbana que participam ou pelo menos no âmbito do município. Estes pequenos centros são tão importantes quanto qualquer outra cidade, porém com fluxos, formas e funções menos intensas, assim como o ritmo e o movimento das coisas. Os problemas, as atividades e os desafios apresentam escalas menores. Por fim, a própria interconexão local-global não se encontra anulada nas pequenas cidades porque elas estão conectadas e se comunicando com o exterior, mesmo que numa intensidade menor, dada aos poucos canais de comunicação e internet.

As pequenas cidades da Quarta Colônia e suas características

A Quarta Colônia é uma região formada pela colonização italiana, no espaço central do Rio Grande do Sul, dos quais os imigrantes que por aqui chegaram e o governo imperial, ambos impetraram a constituição da Quarta Colônia de Imigração Italiana a partir de 1877, inicialmente como Colônia Silveira Martins e

posteriormente como região-território. Nesse sentido, Reis (1998) coloca que, a Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul foi criada pelo Governo Imperial, na porção centro-oeste do Estado, entre Santa Maria e Cachoeira do Sul, para receber imigrantes vindos da Itália. Após a independência e fragmentação espacial da colônia originou-se sete municípios articulados regionalmente: Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande São João do Polêsine, Silveira Martins (figura 1), que influenciados pelo Padre Luiz Sponchiado fundaram a Quarta Colônia, para manter vivas as memórias e a identidade italiana.

Figura 1: Mapa de localização dos municípios da Quarta Colônia/RS.



Fonte: IBGE (2010)
Org.: Manfio (2017)

Mais tarde, por questões político-econômicas se anexou a estes municípios, Restinga Seca (colonização portuguesa) e Agudo (colonização alemã), integrando assim a Região da Quarta Colônia de Imigração Integrada (Figura 1), conhecida como Quarta Colônia (PICCIN, 2009). A integração se deve em virtude de projetos de desenvolvimento regional, principalmente na promoção do turismo rural e cultural. É importante frisar que existem registros de quilombos e de outros habitantes na região, que datam antes da chegada dos imigrantes europeus. Porém, os imigrantes foram os articuladores da criação de uma região cultural que aqui será tratada.

Neste espaço regional se destacam pequenos municípios com seus núcleos urbanos com menos de 10 mil habitantes. Entre estas pequenas cidades, destacam-se Restinga Seca, com 8982 habitantes e Agudo com 6894 habitantes (Censo 2010). Estas consideradas as maiores cidades da Quarta Colônia, e em contrapartida, Ivorá de 705 habitantes (Tabela 1) representando a menor cidade. A maioria destas cidades apresenta uma concentração maior de habitantes residentes no espaço rural (Tabela 1).

Tabela 1 – População total, urbana e rural dos municípios da Quarta Colônia

Município	População urbana (hab.)	População rural (hab.)	População total (hab.)
Agudo	6894	9835	16729
Dona Francisca	2146	1255	3401
Faxinal do Soturno	4175	2497	6672
Ivorá	705	1451	2156
Nova Palma	3083	3262	6345
Pinhal Grande	1895	2576	4471
Restinga Seca	8982	6868	15850
São João do Polêsine	1354	1281	2635
Silveira Martins	1091	1361	2452

Fonte: IBGE, 2010.

Org.: Manfio, V. (2020).

Desse modo, estes municípios estão extremamente vinculados ao meio rural, pois além de concentrarem a população neste espaço, também a economia está baseada na agricultura de policultura (de gêneros agrícolas, como feijão, arroz, soja, trigo, milho, fumo, outros). No que dizem respeito aos núcleos urbanos, estes exercem a função de gestores do campo, com a presença de cooperativas, estabelecimentos agrícolas, agroindústrias e assistência técnica. Portanto, os municípios apresentam como fonte de renda principal à proveniente da agricultura e como fontes secundárias: a indústria, os serviços e o turismo. As pequenas cidades de Restinga Seca e de Agudo, como dito antes, são as que concentram maior população e, todavia, apresentam uma economia um pouco mais diversificada pautada em serviços, turismo, pequenas indústrias (SPOLAOR, 2010).

Em geral, as pequenas cidades da região apresentam pequenas indústrias do segmento alimentício, vestuário, moveleira, construção civil, agrícola e outras. São indústrias familiares que se caracterizam pela atuação local e empregam poucos funcionários. Além delas, existem as agroindústrias que se destinam a processar os produtos do campo, tais quais: agroindústrias de queijo, laticínios, salames, vinhos e sucos, de mel, farinhas, entre outras. Em Agudo, particularmente, aparecem no espaço citadino empreendimentos maiores, vindos de fora da região, atraídos pelos incentivos governamentais, como aconteceu com a vinda da filial da fábrica de calçados Schmidt e filial da Fábrica da Bottero, indústrias com um patamar de empregabilidade e renda maiores.

Quanto aos indicadores sociais, de modo geral, são bons. A este título a expectativa de Vida ao Nascer (2010) na região aponta que o município com menor expectativa de vida é Pinhal Grande com 73,25 anos e o maior é Ivorá com 78,13 anos, os demais variam neste intervalo (FEE, 2020). Outros indicadores sociais, como o educacional e a renda também apresentam condições satisfatórias para qualidade de vida. Por outro lado, quanto aos serviços médicos-hospitalares estes centros são dependentes da cidade de Santa Maria, pois existem poucos hospitais e leitos de Unidade de Tratamento Intensiva (UTI), bem como serviços mais especializados, ponto que representa um desafio em momentos de crises sanitárias e pandemias.

Por outro lado, no que tange à comunicação estas pequenas cidades apresentam serviços precários de internet, telefonia e transporte, são linhas que não atendem a modernidade da comunicação e apresentam lentidão nos serviços e altos preços. No que diz respeito ao transporte existem poucos serviços coletivos, apenas ônibus que circula entre as cidades da região e nem abarca toda a mesma e nem o contato com outras cidades importantes. Por exemplo, a circulação da Quarta Colônia para Júlio de Castilhos (cidade de 16106 habitantes residentes no urbano e com serviços mais especializados) é reduzida, sobretudo, pela falta de vias asfaltadas entre a cidade e a região.

Ademais, as pequenas cidades da região apresentam expressiva ruralidade, ou seja, são comuns hortas, pomares e roças urbanas, no fundo dos quintais ou em terrenos baldios, tal qual a criação de animais, especialmente galinhas. Além disso, nestes centros urbanos há uma vida mais lenta, com menor fluxo, onde a maioria dos habitantes se conhece, mantêm relações, e os acontecimentos familiares, às vezes extrapolam para o social, principalmente em comemorações, cujas famílias em geral possuem um grau de parentesco ou de proximidade. Destarte, é comum a conversa de rua, entre vizinhos e amigos; as crianças brincarem na rua, sobretudo, jogando bola.

Na questão cultural, a região pauta-se nas tradições *italo-germânicas*, proferidas pela colonização italiana e alemã no espaço.

Isto permite a existência de patrimônios culturais presentes nas pequenas cidades, como monumentos, casarões, entre outros, além da gastronomia e dos eventos culturais. Para Manfio e Benaduce (2017), na Quarta Colônia encontra-se preservado no espaço a cultura italiana e alemã vista por vários elementos, entre eles: a história, a culinária, as construções, as tradições, as festividades, a religiosidade, a arquitetura e o legado como um todo. Ainda, há um quilombo remanescente de africanos no interior de Nova Palma, chamado de Vovó Isabel, que guarda a cultura africana e projetos de conservação cultural e de desenvolvimento da comunidade.

Outra característica marcante nestas pequenas cidades da Quarta Colônia é a concentração de pessoas que trabalham em Santa Maria (cidade média) e moram nestas pequenas cidades, portanto, deslocam-se diariamente ou semanalmente da Quarta Colônia para Santa Maria e vice versa, - que trabalham em setores diversos na educação, em hospitais, na construção civil e em empresas. Nota-se que estas pequenas cidades atraem pela segurança que transmitem ou por um membro da família trabalhar nas pequenas cidades ou no meio rural destes municípios.

Em relação aos processos urbanos, estas pequenas cidades estão passando por uma recente dinâmica de verticalização urbana acentuada após a década de 2000. As cidades de Agudo e Restinga Seca iniciaram mais cedo o processo e têm um ritmo mais complexo. Esta tendência do aumento das construções prediais também

contribui para um crescimento dos serviços de construção civil, como o surgimento de construtoras, indústrias de concreto, assim como o aparecimento do serviço imobiliário e do processo de especulação imobiliária. Já na questão da descentralização urbana, observa-se na maioria destes centros uma dispersão das indústrias e dos estabelecimentos comerciais, onde o aparecimento de áreas industriais na cidade é algo novo ou inexistente, - até porque algumas cidades são cortadas pela avenida principal e contam com pouca extensão e dinâmica para além desta. Contudo, a maioria destes pequenos centros urbanos apresenta um único bairro, dada a pequena concentração populacional.

De forma geral, as pequenas cidades da região participam da rede urbana imediata de Santa Maria, para onde convergem os fluxos. Dentro da região a centralidade de serviços e fluxos dirige-se para Agudo e Faxinal do Soturno. Em Manfio (2019), as relações urbanas destas pequenas cidades com Santa Maria se dão no âmbito aos serviços médico-hospitalares (como internações hospitalares, cirurgias de complexidade, médicos especialistas, exames variados), serviços jurídicos, bancários, comercial, educacional, empresariais e de lazer, entre outros. Por outro lado, na Quarta Colônia internamente o fluxo de pessoas, mercadorias e informações de uma cidade para outra é muito evidente, manifestando a existência de interdependência entre as pequenas cidades (VENDRUSCOLO, 2008).

Esta dependência se torna mais intensa com a organização do setor do turismo e as propostas de desenvolvimento regional, como a aspiração a criação de um Geoparque da Quarta Colônia e a atuação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no âmbito do desenvolvimento regional turístico. Assim, os serviços articulados ao turismo vêm adquirindo destaque na região, tais quais: bares, restaurantes, hotéis e pousadas, cantinas, parques e outras atrações.

Portanto, as pequenas cidades da Quarta Colônia apresentam dinâmicas complexas e importantes no seu entorno e nas relações campo-cidade. São pequenas cidades com grande potencial para o desenvolvimento regional, principalmente com a entrada e criação de serviços dentro da região. Em Restinga Seca, a expansão do distrito do Recanto do Maestro com produção de vinhos, oliveiras, parque de águas termais, universidade e rede de hotéis e restaurantes tem fortalecido a região e as cidades de São João do Polêsine e Restinga Seca. Já em Silveira Martins a instalação de um polo da UFSM tem movimentado a cidade, criando novos serviços, entre eles de hospedagem, bem como desenvolvido o setor da construção civil, evidenciando ainda uma maior relação entre Santa Maria-Silveira Martins. Então, estes fatos colaboram para que as pequenas cidades tenham uma visibilidade maior, uma participação nas relações da rede urbana mais expressiva, uma tendência futura de ampliação do movimento e funcionalidade das cidades como pólos de atração de

serviços, empregos e pessoas, obviamente que esta condição dependerá também da gestão urbana.

Em síntese, as pequenas cidades deste estudo são importantes dentro do quadro regional, e no seu contato com o rural, neste ponto a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda (CAMNPAL) destaca-se pela comercialização, armazenamento, industrialização de produtos agrícolas com filiais em: Santa Maria, Júlio de Castilhos, São Sepé, Novo Cabrais, cidades fora da Quarta Colônia, além de negociações e comércio em escala regional e nacional. Assim, estas cidades se despontam no seu entorno e dentro da rede urbana pelos serviços e relações, assim como pelos novos empreendimentos e formas urbanas que se processam e desenvolvem no urbano.

Considerações

As pequenas cidades são centros urbanos de complexidade reduzida, mas significativa em sua realidade urbana. Pensar as pequenas cidades envolve articular inúmeros elementos, atividades, serviços, modos de vida e concentração populacional. Claro que a dinâmica depende da realidade regional, pois analisar a pequena cidade no estado de São Paulo não é a mesma coisa que pensar estas cidades no Rio Grande do Sul, porque cada região tem um contexto produtivo e cidadão diferenciado.

Então, a pequena cidade, em geral, é aquela com serviços e equipamentos urbanos pouco diversos, cuja população é reduzida e a

dependência urbana a outros centros é mais nítida. A análise da pequena cidade também pode ser vista para além do material, no campo do invisível, das relações de reciprocidade e conhecimento dos moradores, onde a maioria dos residentes urbanos se conhece, por isso, o convívio é intenso ou cuja vida urbana ganha sentido ligada à cultura e à ruralidade, ou ainda pelo ritmo devagar da rotina, com a falta de congestionamentos e a rapidez de deslocamentos, assim como acontece nas pequenas cidades da Quarta Colônia.

Neste ponto, este artigo buscou discutir as pequenas cidades da Quarta Colônia, dos quais, a população e os serviços são reduzidos. No que corresponde à prestação de serviços destas pequenas cidades, esta é pouco expressiva, ou seja, atende as condições imediatas de emergência da população. Estas cidades participam da rede urbana de Santa Maria, procurando serviços especializados e mantendo relações diversas. Numa outra visão, elas são polos de dispersão de habitantes que residem na Quarta Colônia e trabalham em Santa Maria, pela oferta de empregos mais diversificados, havendo um fluxo diário e semanal entre elas e a cidade média.

Por outro lado, a economia destas cidades articula-se ao domínio da agricultura e do desenvolvimento do turismo, isto é, elas são gestoras e desenvolvem relações e funções articuladas ao meio rural e a organização do turismo. Estes centros são marcados pela presença de cooperativas, do comércio agrícola, da prestação de

serviços ao campo e do crescimento de infraestrutura turística, tais como: hotéis, restaurantes, boates e bares, parques, outros.

Outra característica marcante das pequenas cidades da região refere-se à baixa concentração população urbana, inferior a 10 mil habitantes, mas contando com bons indicadores sociais. Além de uma cultura, especialmente ítalo-germânico que se manifesta na vida diária, nas festividades e na materialização do espaço, contribuindo para turismo regional, que ora ganhou um novo aliado com a oportunidade a aspiração de GeoParque da Quarta Colônia.

Paulatinamente, as pequenas cidades da Quarta Colônia vêm passando por processos urbanos, da ótica da verticalização urbana e especulação imobiliária. São cidades que ainda contam com baixa diversidade de serviços e com uma indústria dispersa localmente, com poucos empreendimentos indústrias ou comerciais de fora da região, isto é, uma indústria ainda com dinâmica familiar e de pouca participação em escala nacional e estadual.

Contudo, as pequenas cidades em estudo são importantes dentro da região e com expressiva relação campo-cidade e com o entorno, apresentando um ritmo de desenvolvimento frente à inserção de novos empreendimentos locais e turísticos. Cidades com potencialidades, que contando com uma administração e planejamento urbano eficaz podem ser espaços de atração de serviços, empregos e pessoas.

Referências

BACELAR, W. K. de A. As pequenas cidades no Brasil e no Triângulo Mineiro. Encontro de Geógrafos da América Latina 10. **Anais...**, São Paulo, 2005. 1 Cd Rom.

BACELAR, W. K. de A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: relações e especificidades sócio -políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara –MG, 411f.** 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Uberlândia. 2008.

CASTRO, J. R. B. de. A proposição do conceito de centralidade cultural e a promoção de eventos festivos como estratégia de turistificação de pequenas cidades: reflexões a partir de alguns estudos de caso. In: In: LOPES, D. M. F.; WENDEL, H. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: SEI, 2010. p.109-123.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, Ano IV, nº 06, p. 43-53, jan./jun., 1999.

_____. Perspectivas da urbanização brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA (SIMPURB), X, 2007, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, 2007.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Revista GeoUSP: espaço e tempo**, São Paulo, v.15, n.3, p. 5-12, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74228>.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná.** 2006. 505f. Tese (doutorado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista “ Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2006.

ENDLICH, A. M. Pequenas cidades e utopia. In: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro. **Anais...** Barcelona, 2-7 de mayo de 2016.

FERNANDES, P. H. C. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças-MT. V 8, n.1, p. 13 - 31. Janeiro/Junho 2018.

FRESCA, T. M. Em Defesa dos Estudos das Cidades Pequenas no Ensino de Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, jan./jun. 2001.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Resumo dos Indicadores sociais**. <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/>. Acesso em: 11 de dez. de 2020.

GOMES, P. C. da C. Geografia Fin-de-siécle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, P.C; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.13-42.

IBGE. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 de jan. de 2020.

MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. A (re) estruturação urbana e o desenvolvimento local da pequena cidade de Nova Palma/RS. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão, PR, v.2, n.1 p.71 – 82, 2ºSem 2011.

MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS: uma abordagem sobre a cultura e identidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 32, n. 65, p.260-27, set./dez. 2017.

MANFIO, V. O contexto e a importância das pequenas cidades na dinâmica da rede urbana: uma abordagem acerca de Nova Palma, RS. **Geingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**. Maringá, v. 11, n. 1, p. 24-45, 2019.

MELO, N. A. de. **Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão (GO):** análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

OLANDA, E. R. As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela geografia. **Ateliê geográfico**. Goiânia-GO, v.2, n.2, p. 183-191, ago de 2008.

PEREIRA, A. M.; CARVALHO, A. I. de. Gestão pública nas pequenas cidades norte-mineiras: desafios e perspectivas. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, n.3, p.125-143, jul 2009.

PICCIN, E. **O código cultural religião com o uma das manifestações da identidade cultural da Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS.** 2009. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade federal de Santa Maria, Santa Maria. 2009.

REIS, S. da S. Quarta Colônia: aspectos de sua identidade cultural / territorial. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, n. 23, p. 97 - 104, março, 1998.

SANTOS, M. **O Espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1979.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec. 2009.

SOARES, B. R.; MELO, N. DE. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, D. M. F.; WENDEL, H. (Org.). **Cidades médias e pequenas:** teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. P.229- 250.

SPOLAOR, S. **Os papéis urbanos das pequenas cidades da Região da Quarta Colônia – RS.** 192f. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

TETAMANTI, J. M. D. **Acciones locales y políticas públicas en pequeñas localidades de la provincia de Buenos Aires.** 2012. 347f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidad Nacional Del Sur. Bahía Blanca - Argentina, 2012.

VENDRUSCOLO, C. E. A Organização em Rede: Um Elemento Sustentador do Desenvolvimento da Região Quarta Colônia – RS. In: III Seminário Internacional Organizações e Sociedade, III,. Porto Alegre, 2008. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.pucrs.br/eventos/sios/download/gt3/Cassiana-Elisa-Vendruscolo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Expansão das pequenas cidades no território sul rio-grandense entre 1970-2010

Gilda Maria Cabral Benaduce²

Introdução

Em meados do século XX, o espaço brasileiro passa a receber maior conteúdo técnico-científico-informacional acelerando a organização, estrutura, função e forma das cidades. Dinâmicas territoriais são requeridas e a expansão urbana ganha notoriedade, bem como a dispersão da população urbana e a difusão das pequenas cidades no Rio Grande do Sul (RS) nas últimas quatro décadas (1970 até 2010³). Essa expansão do processo de urbanização e de produção do espaço desencadeia redefinição nos papéis desempenhados pelas cidades e a formação de pequenas cidades, cujos arranjos espaciais podem ser analisados a partir de fluxos materiais e imateriais. e da própria dinâmica dos centros urbanos.

Assim, o presente trabalho objetivou analisar as dinâmicas demográficas pertinentes às lógicas das estruturas organizacionais, que se articulam no espaço geográfico e em especial no espaço das cidades pequenas no desenrolar de quatro décadas. Trata-se de visualizar a distribuição populacional de pequenas cidades no RS,

² Doutora em Geografia, UNESP. Docente do Departamento de Geociências, UFSM.

³ O texto se baseia nos dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

averiguando suas implicações com o contexto urbano/rural naquele território. Compreender e entender as articulações, fluxos entre as cidades cuja lógica se impõe por interesses comerciais e de negócios como desdobramentos dos conteúdos técnico-científico-informacionais foram também importante para dimensionar ressonâncias no sul do Brasil.

O estudo das redes de cidades, em especial dos pequenos municípios, permite compreender as várias formas de desenvolvimento econômico espelhados nessas cidades de tal forma que é possível atestar a vitalidade social delas, de áreas rurais em diferentes momentos e exigências da sociedade e do mercado.

A dimensão das cidades e sua disposição na rede de cidades passam a ser discutidas, sobretudo após a década de 1960, quando o processo de urbanização ganhou expressão, complexidade e dinamismo. No dizer de Monte-Mór (2006, p.16), a urbanização brasileira “estendeu-se virtualmente ao território nacional, integrando os diversos espaços regionais à centralidade urbano-industrial (...) atingindo, finalmente, as pequenas cidades”. Fenômeno este que não só apresentou dimensões virtuais, mas territoriais e disseminou padrões, signos e símbolos por onde se instalava.

Mediante o exposto, entender a requalificação de territórios, especificar novos atributos ao urbano, remete ao entendimento dos diversos papéis que as pequenas cidades vão compondo na produção

da rede, na evolução urbana e na sua consolidação ao longo das últimas décadas.

Para balizar as interpretações teóricas sobre a temática em questão reportou-se a vários trabalhos referentes às pequenas cidades como os estudos dos autores Endlich (2006), Corrêa (1999), Bernardelli (2004) e Santos (1989). Eles discutem entre outras questões, os elementos para definir o que seria uma pequena cidade, assim para Santos (1989), as pequenas cidades apresentam um limite máximo de 20 mil habitantes; para Bernadelli (2004), elas podem apresentar até 30 mil habitantes; e, para Corrêa (1999), até 50 mil habitantes. Todavia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera a pequena cidade como aquela com patamar máximo de 100 mil habitantes.⁴

Embora não seja significativo atribuir dimensões para as manchas urbanas, consolidou-se em alguns estudos a designação do que seria pequena, média e grande cidade. Para validar este trabalho e as reflexões do mesmo, a pequena cidade seria aquela detentora de uma população inferior a 30 mil habitantes.

⁴ O IBGE estabelece uma classificação hierárquica que norteia a leitura da rede urbana no Brasil, sobre o RS e classifica pequenas, médias e grandes cidades. Ver mais a este respeito em <https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/20140828dinamicas-territoriais-recentes-no-estado-do-rio-grande-do-sul.pdf>.

Evidente que ao falar de pequenas cidades não se pode levar em consideração apenas o número de habitantes e sim a dinâmica que cerca estas cidades, como trata Endlich (2006, p. 89), ao afirmar que “a divisão do trabalho, a economia de mercado e a capacidade de consumo são indispensáveis nessa análise”. Completa ainda Figueiredo (2008, p.55) que “É necessário ter em consideração que mais importante do que discutir o tamanho é saber como vivem as pessoas que habitam esta categoria de cidades, ou seja, como é a sua qualidade de vida”. Logo, conceituando as pequenas cidades, Santos (1979, p.71) diz ser ela a “aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações”.

Em rede de cidades, a pequena cidade passa a ter um papel de garantidora de atividades menos elaboradas dentro do sistema produtivo e, conseqüentemente, redistribuição da população no território. Isso por força da baixa qualificação da mão de obra no RS. O surgimento contínuo dessas cidades no Estado possibilitou em certos momentos históricos alterar a movimentação da população para centros maiores, uma vez que vários serviços e demandas foram implantados nessas pequenas cidades. Elas acabaram tendo uma posição importante para a continuidade desse movimento, além de favorecer a permanência da população no interior do estado também fixou a população de baixa qualificação na reprodução de serviços pouco especializados. Todavia, com a complexidade do processo

produtivo e com expansão do modo técnico-científico-informacional as pequenas cidades passam a ser visualizadas, por conter certas particularidades, como importantes para a reprodução do capital em territórios com especificidades únicas, como aquelas existentes em algumas pequenas cidades. Assim há desdobramento de outros papéis podendo a pequena cidade ser visível para desempenhar atividades que venham a ser convenientes com a demanda exigida em um momento das atividades econômicas. Mesmo que isso nem sempre seja um elemento definidor da permanência em um lugar, exerce forte influência na vida dos homens. Tal fato precisa ser relativizado quando se trata do mundo das pequenas cidades, elas satisfazem o universo das pessoas que ali se articulam, ao serem detentoras do poder do seu espaço conquistado, cujo empoderamento media suas escolhas e papel na sociedade a que pertence, constituem aspectos para a melhor compreensão da totalidade do espaço geográfico.

A seguir seccionaram-se os dados populacionais urbanos, os quais foram mapeados a partir das informações coletadas FEE. Eles pontuam as mudanças demográficas ocorridas nas décadas em análise e esboçam um cenário marcado por alterações territoriais significativas. Para proceder na análise, o mapeamento dos dados foi utilizado como forma de compartilhar as informações sobre quantidade de população das cidades-sede. É um estudo que margeia algumas interpretações, mas certamente amplia outras,

especialmente aquelas atreladas a quem persegue a totalidade do estudo geográfico.

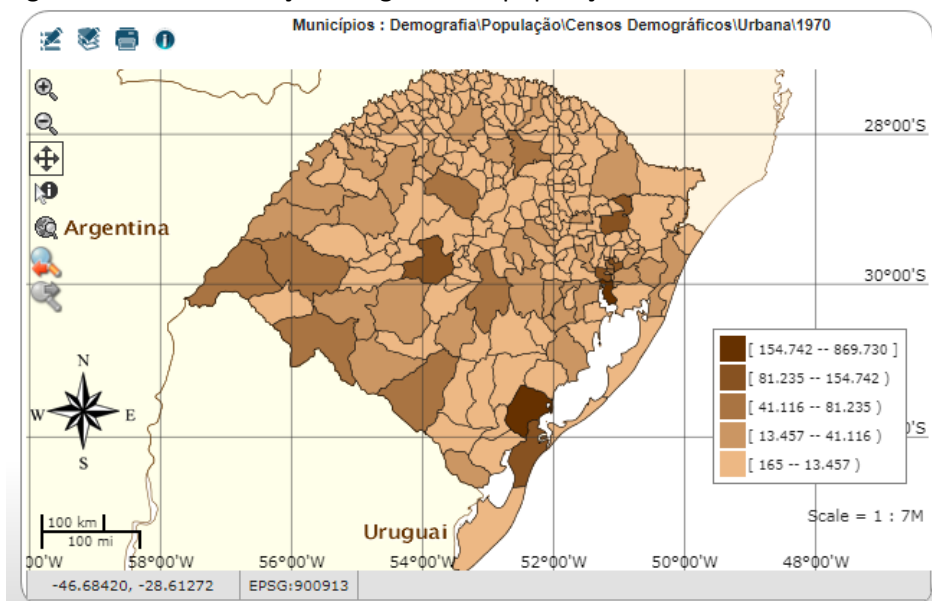
Dinâmica da população urbana na década de 1970

Em 1970, o Brasil ainda não se desvinculava da noção de um “país agrário”, mas havia perspectivas de aumento populacional para as cidades, fato que vem acontecer rapidamente. Em algumas regiões, o espaço rural determinava o desenvolvimento do urbano, cujas funções implicavam nos rumos da região, uma vez que os papéis atribuídos às cidades passavam a ser importantes aos negócios e às trocas comerciais ali realizados. Em linhas gerais, esse é o cenário que retrata as dinâmicas existentes no estado do RS, dos quais a expressividade dos dados demográficos será pontuada a seguir.

Os registros apontam que os anos que precederam a década de 1970 foram responsáveis pelo surgimento de 232 cidades-sede, segundo dados da FEE, as quais se notam as de pequeno porte, entre 165 até 13.457 habitantes urbanos, estariam em maior número de cidades. Elas totalizavam 185 cidades, para somar mais 33 cidades àquelas que atingem um total de população urbana até 41.116 habitantes, conforme registra a figura 01. As cidades com população urbana entre 41.116 até 81.235 habitantes totalizavam nove cidades (Sapuçaia do Sul, Cruz Alta, Alegrete, Santana do Livramento, Cachoeira do Sul, Bagé, São Leopoldo, Uruguaiana e Passo Fundo). Além disso, mais cinco cidades (Rio Grande, Caxias do Sul, Santa Maria, Canoas e Novo Hamburgo) atingiram uma população até 154.742

habitantes. Cidades acima de 155 mil habitantes estão representadas apenas por duas cidades: Pelotas e Porto Alegre, a Capital do estado. É nesse período que a consolidação da região metropolitana de Porto Alegre ganhou notoriedade com aumento da população urbana atingindo patamares antes nunca vistos.

Figura 01: RS - Distribuição Geográfica da população urbana em 1970



Fonte: FEE, 1970, 1980, 1991, 2000 <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!pesquisa=0>

Org. Benaduce, G. (2021).

Os dados e estudos da sociedade gaúcha tornaram possível mostrar que este período foi marcado por intensas mudanças, tanto de ordem econômica, como de ordem social, as quais refletiram nas dinâmicas demográficas e, conseqüentemente, na composição das cidades. Dessa forma, também vale ressaltar que essas

transformações foram cruciais para o desenvolvimento das pequenas cidades no Rio Grande do Sul, como se vê na figura 1.

Nota-se que o maior número de pequenas cidades encontra-se no norte do estado, fato que pode estar relacionado ao processo de ocupação do território sul-rio-grandense, pelo possível fracionamento da terra calcada na estrutura agrária de cunho familiar, culminando em emancipações dos municípios. Por outro lado, é na porção sul e sudeste do Estado que se concentra municípios com maior dimensão territorial resultantes do processo de ocupação, dos grandes latifúndios e, portanto do fracionamento do território.

Dinâmica da população urbana na década de 1980

Considerando que o Estado seguia sua trajetória de “grande celeiro do país”, o número de cidades permanecia sem alterações, uma vez que, nesse período, não houve desmembramento territorial, apenas seu volume demográfico sofre alterações, e a população urbana cresce em todos os estratos demográficos. Reforça-se que é nesse período em que o país vive uma desconcentração industrial, e uma reestruturação rural/urbano se faz sentir na virada de século, permitindo que novas lógicas se estabelecessem na rede de cidades do estado. Assim, pequenos e médios municípios ganharam opções de consumo, lazer e até mesmo vida semelhantes às cidades maiores e mais equipadas. Tais situações provocam o que os estudiosos chamam de homogeneização no território, cuja distinção entre a capital e o

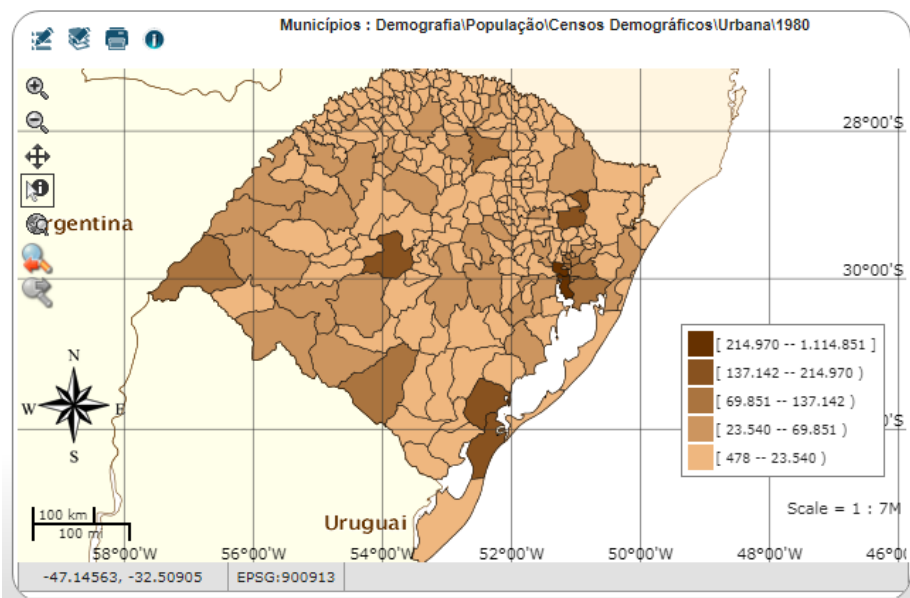
interior fica cada vez mais tênue, como também as diferenciações entre o rural e o urbano. São fenômenos que vão modificar substancialmente as relações sócio-espaciais e contribuir para que o cenário das cidades gaúchas seja reestruturado no final de século XX.

Das 232 cidades existentes nos dados do censo de 1980, 185 cidades classificavam-se como pequenas cidades por apresentarem população urbana entre 478 a 23.540 habitantes. As cidades com população entre 23.540 e 69.851 habitantes totalizavam 32 cidades. Aquelas cidades com um volume populacional entre 69.851 e 137.142 habitantes representavam nove cidades (Novo Hamburgo, Viamão, Passo Fundo, São Leopoldo, Alvorada, Uruguaiana, Gravataí, Sapucaia do Sul e Bagé). Sendo que apenas Gravataí, Alvorada, Passo Fundo e Uruguaiana aparecem com população acima de 100 mil habitantes, e duas delas estão formando a região metropolitana de Porto Alegre (Gravataí e Alvorada). Já nas localidades de 137.142 a 214.970 habitantes havia apenas quatro cidades (Pelotas, Caxias do Sul, Santa Maria e Rio Grande), enquanto verificaram-se apenas duas cidades (Porto Alegre e Canoas) entre 214.970 e 1.114.851 habitantes. A distribuição da população urbana nessa década remete aos intensos desmembramentos territoriais, decorrentes de novos papéis atribuídos ao rural e ao urbano, isso porque políticas de reordenamento e reorganização norteavam mudanças nos rumos das atividades econômicas do Estado. O capital agrário que atuava fortemente redimensionando as funções da cidade, as quais passaram a desempenhar uma verdadeira drenagem daquele capital

destencionou em algumas partes do Estado, permitindo que o meio técnico - científico - informacional atingisse áreas geoestratégicas do Estado.

Nas últimas décadas, o meio rural vem estabelecendo novas funções agrícolas e não agrícolas, ou seja, além das atividades produtivas rurais se insere no espaço um conjunto de atividades ligadas ao lazer, prestação de serviços, reduzindo cada vez mais os limites entre o rural e o urbano. São fatos que reforçam o desmembramento do território e para o aumento da população urbana nas cidades pequenas e médias, como se vê a seguir.

Figura 02: RS - Distribuição Geográfica da população urbana em 1980



Fonte: FEE, 1970,1980, 1991, 2000. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!pesquisa=0>
Org. Benaduce, G. (2021).

Na presente década percebeu-se uma estabilidade na quantidade de cidades existentes no estado, contudo, um aumento significativo da população urbana foi registrado pela decorrente migração rural/urbana, a qual contribuiu para o crescimento das grandes e médias cidades gaúchas.

Dinâmica da população urbana na década de 1991

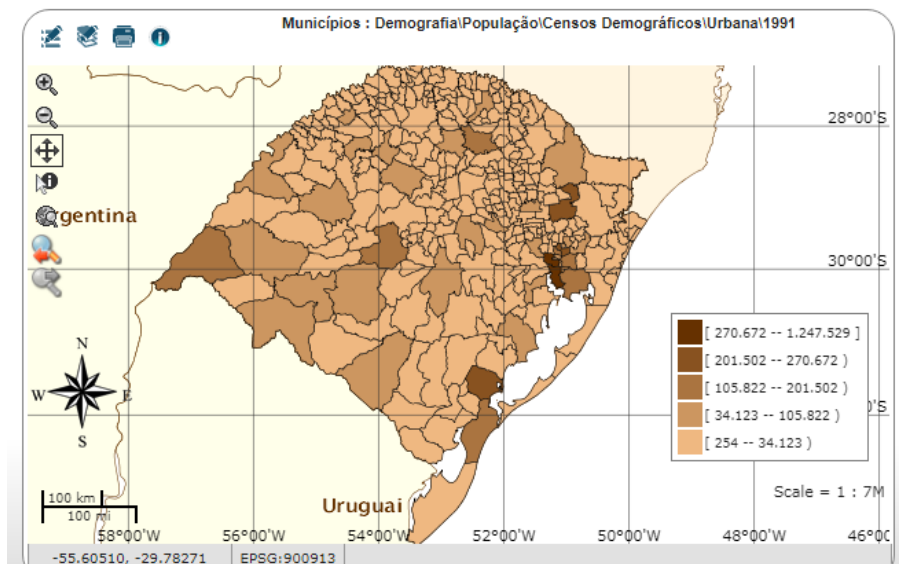
A ressignificação das relações e dos padrões de consumo agora impulsionados pela política globalizada possibilitou alternativas de desenvolvimento, promissoras para as regiões interioranas e para as pequenas cidades. Desse modo, alterou-se a propriedade da terra e as relações de produção, razão pela qual o censo de 1991 evidenciou um intenso recorte territorial processado nos anos anteriores e culminando em um significativo aumento de municípios, conseqüentemente, das cidades-sede, como o IBGE assim denomina. Ainda, o ajuste do modelo federativo frente à autonomia municipal e estadual, (a qual consolidou o município como federado e político, com maior autonomia financeira) incentivou a criação novos municípios.

Nessa perspectiva, observou-se um salto no número das cidades, ou seja, das 232 cidades existentes, na década de 1980 para 333 cidades em 1991, aumento este, especialmente, nas cidades menores. Assim, as cidades pequenas com uma população entre 254 e 34. 123 habitantes totalizaram 293 cidades. Além disso, o estado

apresenta, neste momento, mais 27 cidades com população de 34.123 a 105.822 habitantes. Constituíram-se oito cidades (Santa Maria, Gravataí, Rio Grande, São Leopoldo, Viamão, Alvorada, Passo Fundo e Uruguaiana) com população entre 105.822 e 201.502 habitantes e apenas três cidades (Pelotas, Caxias do Sul e Novo Hamburgo) com população até 270.672 habitantes. Acima disso, somente duas cidades galgaram esse patamar: Canoas e Porto Alegre.

O quadro urbano para a referida década mostrou também aumento da população urbana em cidades consideradas de porte médio. Elas, além de aumentarem em número de cidades, aumentaram também em quantidade de população urbana. A figura 03 ilustra a dinâmica processada, na década em questão, a qual registrou um crescimento das cidades que compõem a região metropolitana.

Figura 03: RS - Distribuição Geográfica da população urbana em 1991



Fonte: FEE, 1970, 1980, 1991, 2000. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!pesquisa=0>
Org. Benaduce, G. (2021).

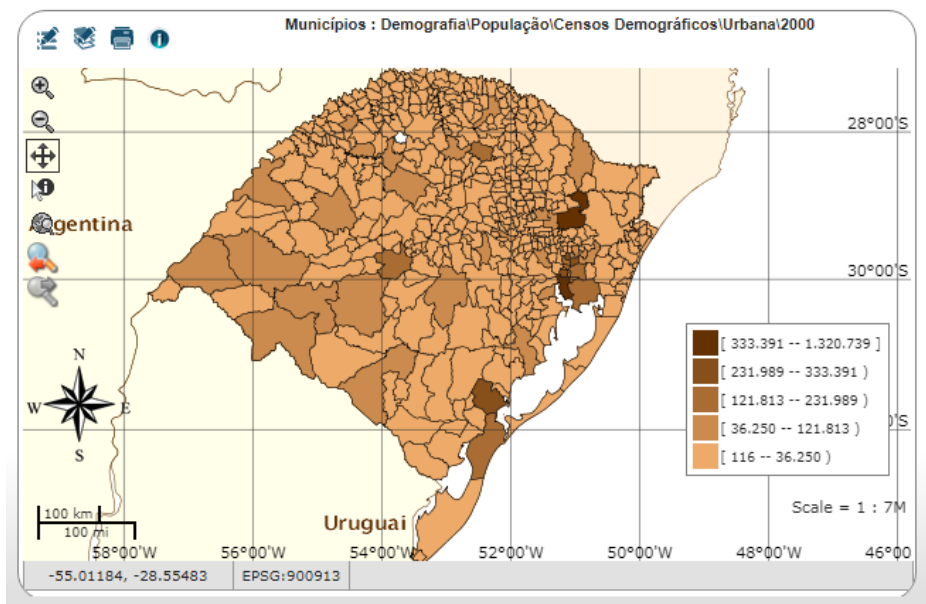
O número de pequenas cidades, nesse período, aumentou significativamente, embora o volume demográfico não tenha seguido o mesmo ritmo. As demais estratificações demográficas em termos de quantidade de cidades permaneceram estáveis, mas o crescimento demográfico dessas mesmas cidades cresceu muito, em relação ao censo de 1980 (figura 3).

Dinâmica da população urbana na década de 2000

O censo de 2000 atesta para o maior recorte territorial processado no estado na virada do século XXI. Esse processo resultou em um aumento no número de municípios no RS e, portanto, cidades,

de 297 para 466 cidades-sedes. A grande maioria das 466 cidades-sede, ou seja, 424 cidades apresentavam população entre 116 a 36.250 habitantes ficando apenas 29 cidades com população entre 36.250 a 121.813 habitantes. Também na década identificou-se que oito cidades (Santa Maria, Gravataí, Viamão, São Leopoldo, Alvorada, Rio Grande, Passo Fundo e Sapucaia do Sul) apresentaram até 231.989 habitantes, e apenas três cidades (Canoas, Pelotas e Novo Hamburgo) atingiram 333.391 habitantes; cidades com uma população acima disso, apenas duas Caxias do Sul e a capital do Estado.

Figura 04: RS - Distribuição Geográfica da população urbana em 2000



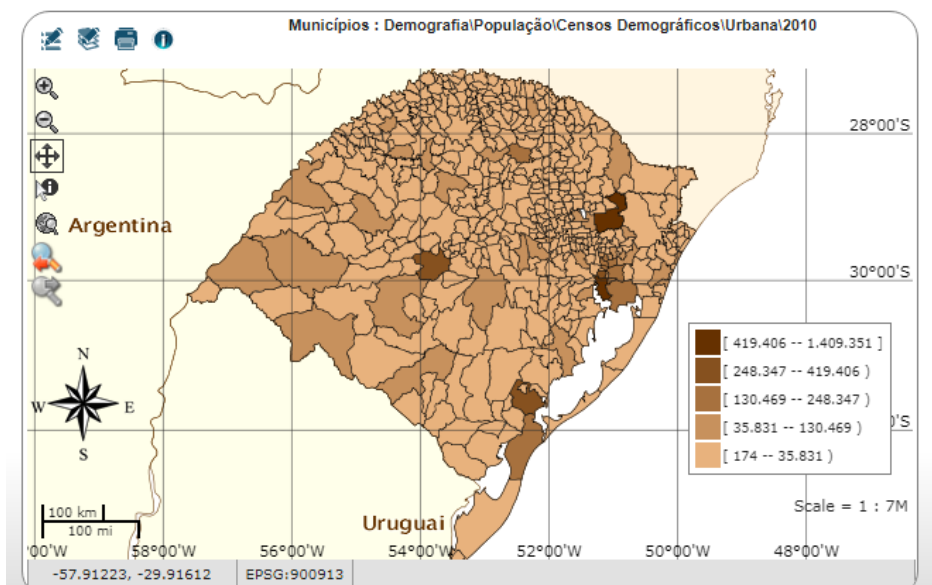
Fonte: FEE, 1970, 1980, 1991, 2000. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!pesquisa=0>
Org. Benaduce, G. (2021).

Para Figueiredo (2008), os dois últimos períodos intercensitários, o de 1980-1991 e o de 1991-2000, revelaram o processo de fragmentação territorial do Rio Grande do Sul em função das constantes emancipações demonstrando em muitos destes novos municípios, uma população urbana bastante reduzida. Isto é marcado, especialmente, pela emancipação político-administrativa de antigas vilas, ou distritos de cidades maiores que, ao atingir um patamar mínimo de condições citadinas, tornam-se cidades-sedes. O censo de 2000 marcou essa dinâmica e fortaleceu a presença de pequenas cidades de 293 existentes em 1991, já em 2000 atingiu 424 pequenas cidades. As demais estratificações permaneceram estáveis aos parâmetros do censo de 1991.

Dinâmica da população urbana na década de 2010

Em 2010, o processo de criação de novos municípios continuou, contudo, em um ritmo bem menos acentuado, de 466 em 2000 aumentou para 496 municípios no registro do censo de 2010. Dessas cidades 449 delas concentravam uma população entre 116 e 36.250 habitantes. Ampliando o patamar de 36.250 a 121.813 habitantes eram 34 cidades e até 231.989 habitantes concentravam-se oito cidades (Gravataí, Novo Hamburgo, Viamão, São Leopoldo, Alvorada, Rio Grande, Passo Fundo e Sapucaia do Sul); já até 333.391 habitantes, apenas três cidades (Canoas, Pelotas e Santa Maria). Acima disso havia apenas duas cidades: Caxias do Sul e Porto Alegre.

Figura 05: RS - Distribuição Geográfica da população urbana em 2010



Fonte: FEE, 1970, 1980, 1991, 2000. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!pesquisa=0>
Org. Benaduce, G. (2021).

As cidades pequenas notabilizaram pelas alterações no período em questão, seja por aumento da população urbana, seja pela criação de novas cidades-sede. Por outro lado o número de cidades médias não sofreu alteração, nesse período, o que caracterizou esse momento foi o intenso crescimento populacional delas, e da região metropolitana de Porto Alegre.

Considerações Finais

O estudo sobre a dinâmica urbana e a expansão das cidades, especialmente, as pequenas cidades é um tema de grande relevância,

mas ainda pouco discutido. As rápidas transformações que a dinâmica urbana contemporânea trouxe ao ambiente das cidades suscitam maiores compreensões, assim é necessário ter diagnósticos precisos para subsidiarem interpretações concisas aos fenômenos estudados.

O crescimento da população urbana nesses 40 anos mostrou que as pequenas cidades passaram a ter um papel de garantidora de atividades menos elaboradas dentro do sistema produtivo e, conseqüentemente, a redistribuição da população no território. A forte presença dessas cidades no RS possibilita alterar a movimentação da população para os grandes centros, uma vez que vários serviços e demandas estão sendo implantadas nessas pequenas cidades. Todavia, elas acabam tendo uma posição importante para a continuidade desse movimento, isto é, favorecer a permanência da população no interior do estado, evitando deslocamentos para outros centros.

Analisados os dados demográficos, dessas quatro décadas, foi possível constatar a intensificação de assimetrias pelas mudanças estruturais ocorridas na população urbana no RS.

Assim, em 1970, o estrato demográfico mostrou que embora o número de cidades acima de 42 mil habitantes seja pequeno (49 cidades) concentrou grande parte da população do estado; as cidades com menos de 42 mil habitantes evidenciaram o inverso, numerosas (183 cidades), mas com pouca população urbana. Esse comportamento tem sido semelhante ao longo das décadas seguintes.

Em 1980, foi reduzido o número de cidades acima de 24 mil habitantes (47 cidades), mas concentraram grande parte da população do estado; numerosas as cidades com menos de 24 mil habitantes (185 cidades), contudo concentraram pouca população urbana. O censo de 1991 mostrou que embora o número de cidades acima de 35 mil habitantes seja pequeno (40 cidades) centralizaram grande parte da população do estado; são numerosas (293 cidades) as cidades com menos de 35 mil habitantes, porém com pouca população urbana. Em 2000 o estrato demográfico mostrou que o número de cidades acima de 37 mil habitantes foi reduzido (42 cidades) elas agruparam grande parte da população do estado; para as cidades com menos de 37 mil habitantes ocorreu o inverso numerosas (424 cidades), mas concentram pouca população urbana.

O censo demográfico de 2010 revelou que o número de cidades acima de 50 mil habitantes foi pequeno (47 cidades), contudo, tais cidades aglutinaram grande parte da população do estado; para as cidades com menos de 37 mil habitantes ocorreu o inverso foram detectadas muitas cidades (449 cidades), mas pouca população urbana.

Isso posto, o movimento das sociedades contemporâneas quando assimilam os conteúdos da modernidade, especialmente na vida urbana envolvida pelas atividades econômicas, sociais e políticas vão definir em grande parte o aumento das interações espaciais, que passaram a ocorrer por meio da combinação de relações que se

articulam em escalas local, regional e nacional. Essa articulação interfere na expansão das pequenas cidades, cujas dinâmicas demográficas resultam da conjugação de elementos definidores, tanto do espaço agrícola, quanto do urbano, em que processos desencadeiam adaptações para que atividades produtivas mais justas possam atender as demandas de uma sociedade engajada nas lógicas do mundo em transformação.

Referências

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias.** Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, Ano IV, nº 6, p. 43-53, jan./jun., 1999.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

_____. **Pequena cidade e Utopia.** Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_angelaendlich.pdf. Acesso em: 20 de jan. de 2021.

FERNANDES, P. H. C. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia.** Barra do Garças-MT. V 8, n.1, p. 13 - 31. Janeiro/Junho 2018.

FIGUEIREDO, Vilma D. M. **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000.** Tese de doutorado UNESP – Rio Claro/SP, 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Dados populacionais.** Disponível em: www.fee.tche.br. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Rede urbana.** Disponível em: Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2018. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/20140828dinamicas-territoriais-recentes-no-estado-do-rio-grande-do-sul.pdf>. Acesso em: 26 de fev. de 2021.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, jul-dez, 2006.

PILAR, ADRIANA M. R.; BENADUCE, GILDA M. C. **A constituição das redes de cidades no Rio Grande do Sul a partir de uma leitura histórica dentro do contexto das diferenças socioculturais e natural.** Disponível em: [http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/n3/A constituicao das redes de cidades\)no Rio Grande do-Sul a partir de uma leitura hist%F3rica.pdf](http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/n3/A%20constituicao%20das%20redes%20de%20cidades%20no%20Rio%20Grande%20do%20Sul%20a%20partir%20de%20uma%20leitura%20hist%F3rica.pdf). Acesso em: 12 de jan. de 2021.

SANTOS, W. dos. **Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico:** o exemplo da região de Campinas-SP. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989, 192 p.

SILVA, P. F.J.; BERNARDELLI, M. L. F. H. **Formação sócio-espacial e cidades pequenas:** um segmento da rede urbana na porção meridional de Mato Grosso do Sul. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 23, n. 1, p. 163-181, abr. 2019.

A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória

Alexandre Carvalho de Andrade⁵

Flamarion Dutra Alves⁶

Introdução

O tema das pequenas cidades ganha importância na geografia, sobretudo, pelo uso de teorias e concepções metodológicas empregadas em estudos sobre cidades grandes e metrópoles para explicar a dinâmica de pequenas cidades, ou seja, há lacunas no debate sobre os processos socioespaciais nesses lugares.

A partir disso, podemos dizer que a negligência sobre os referenciais teóricos das pequenas cidades, homogeneizou e simplificou o assunto.

O Sul de Minas Gerais é composto por 162 municípios e apresenta características particulares no que diz respeito à dinâmica populacional e contexto regional. Apenas 5 municípios têm mais de

⁵ Doutor em Geografia, UNESP. Professor do IFSULDEMINAS - Campus Poços de Caldas e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas - MG. e-mail: alexandre.andrade@ifsuldeminas.edu.br

⁶ Doutor em Geografia, UNESP. Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas - MG e Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br

100 mil habitantes, sendo Poços de Caldas com 168.641 (IBGE, 2020) o mais populoso, e outros 7 municípios entre 50 a 100 mil habitantes, 25 municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes, além de 125 municípios com menos de 20 mil habitantes ou pequenas cidades. Nesse sentido, estamos falando de uma região não-metropolitana e sem cidades grandes, com uma centralidade e hierarquia compartilhada, o que reforça o estudo e a importância das pequenas cidades.

Diante disso, nossa proposta é trazer alguns elementos para um ensaio classificatório, com intuito de propor estudos e caminhos metodológicos, assim como, auxiliar no planejamento e organização do espaço urbano-rural, partindo de algumas premissas constantes em Corrêa (2011).

Pequenas cidades: definições, dinâmicas e desafios

A geografia tem se debruçado nos últimos anos em definir e dar importância aos arranjos socioespaciais das pequenas cidades no contexto urbano e rural brasileiro. Os desafios se tornam complexos à medida que o Brasil compreende um universo com múltiplas territorialidades e diversidades regionais, onde as redes urbanas assumem diferentes funções e papéis nos arranjos socioespaciais.

Nesse sentido, não basta definir a pequena cidade por um único critério, mas tentar entender suas características locais, bem como sua função regional à luz de parâmetros em diferentes contextos

socioespaciais, em outras palavras, a definição pelo tamanho populacional é um parâmetro importante, mas esse precisa estar relacionado com outras variáveis, como a interseção com as atividades agropecuárias, distância de cidades médias e grandes, densidade demográfica, atividades industriais, setor de serviços e comércio entre outros aspectos.

A pequena cidade no Brasil, sobretudo em regiões não-metropolitanas, apresenta uma ligação de suas atividades econômicas e socioculturais ao mundo rural, sobre isso, Moreira Júnior (2011, p.14) diz que “a cidade pequena ou campo grande é denunciador da multiplicação de pequenos aglomerados urbanos dispersos no território, muitos deles mergulhados no universo rural”.

Corrêa (2011) ao afirmar que as pequenas cidades estão na confluência do rural e urbano, expõe padrões socioespaciais resultantes dos processos desses dois modos de vida, ou seja, em termos de sociabilidade e dinâmica sociocultural, estes dois “mundos” estão muito próximos e integrados. Nesse sentido, Moreira Júnior (2011, p.15) “[...]defendemos a ideia de que cidade e campo se distinguem, mas não se opõem, estão intrinsecamente articulados, ainda mais quando nos referimos às cidades pequenas localizadas em regiões não-metropolitanas.”

Quando tratamos de elementos materiais e de organização, Endlich (2017) aponta para uma definição de cidades locais, aquelas que apresentam uma complexidade mínima em infraestrutura, e que

está associada a uma conjuntura socioespacial de outros pequenos núcleos.

Com base nas questões materiais e demográficas, Faria (1984) e Martine e Garcia (1987), apontam que municípios com menos de 20.000 habitantes não poderiam ser considerados urbanos. A respeito das questões imateriais e simbólicas, Wanderley (2001) entende que pequenos municípios são aqueles onde a população urbana não ultrapassa os 20.000 habitantes.

Fresca (2001) observa os processos funcionais das pequenas cidades no contexto urbano-regional. As cidades pequenas desempenham várias funções, entre elas, como espaço para a reprodução do complexo agroindustrial e também como força de trabalho para essas atividades agrícolas, na época do plantio e colheita.

Diante desses desafios conceituais, a pequena cidade deve ser entendida por alguns pontos integrados: o tamanho populacional da cidade não ultrapassa os 20 mil habitantes; o contexto regional pode apresentar forte aderência às atividades agropecuárias e ao mundo rural; a mobilidade populacional é fraca devido à ausência de grandes cidades ou região metropolitana; Baixo poder de atração industrial-tecnológico; infraestrutura básica dependente de cidades maiores; Aspectos culturais e simbólicos tradicionais no contexto populacional.

O Sul de Minas Gerais e o contexto não-metropolitano

Ambientes e Paisagens

O Sul de Minas Gerais limita-se ao oeste e a sudoeste com o estado de São Paulo e a sudeste com o estado do Rio de Janeiro. Situado na bacia do rio da Prata, sendo a maior parte dos rios afluentes do Grande, principal da região, e que compõe o limite entre o Sul de Minas e o restante do estado de Minas Gerais. Na paisagem natural do Sul de Minas destacam-se a presença da Serra da Mantiqueira ao sul, do Planalto do Alto Rio Grande ao leste, pela Serra da Canastra a noroeste, e pelo Planalto de Poços de Caldas a oeste. Vale ressaltar que o Planalto Sul de Minas caracteriza a maior parte da macrorregião.

No extremo leste do Sul de Minas, está a nascente do rio Grande, seguindo na direção leste para oeste há as nascentes de seus mais importantes tributários na área de estudo, casos dos rios Aiuruoca, Verde, Sapucaí Mirim e Sapucaí Guaçu. Situadas na Serra da Mantiqueira, em áreas de grande amplitude topográfica, a paisagem caracteriza-se pela presença de alguns dos picos mais elevados do país, a exemplo da Pedra da Mina (2790 m), no município de Passa Quatro. A amplitude topográfica na Serra da Mantiqueira, atrelada a ocorrência de microclimas, interfere na vegetação, havendo espécies típicas da Mata Atlântica nas áreas mais baixas, e das Matas de Araucárias e dos Campos de Altitude nas áreas mais elevadas, em que há frequentes geadas no inverno. Devido à importância ambiental desta área, foram implantadas diversas unidades de conservação, tais

como o Parque Nacional do Itatiaia, a Floresta Nacional de Passa Quatro e a Área de Preservação Ambiental da Serra da Mantiqueira, mantidas pelo Ibama; e o Parque Estadual da Serra do Papagaio e a Área de Preservação Ambiental da Fernão Dias, mantidas pelo Instituto Estadual de Florestas; mas, coexistindo com estas unidades de conservação também há uma significativa ocupação antrópica, em especial nos fundos de vales, onde estão os principais centros urbanos regionais, tendo destaque Itajubá, mas também diversas pequenas cidades e bairros rurais, enquanto nas áreas mais montanhosas se desenvolvem pequenas propriedades rurais, com mão de obra familiar, e, na maior parte das situações, diversificadas mas pouco produtivas atividades agropecuárias (ANDRADE et al, 2014).

No alto curso dos rios Grande e Aiuruoca, há a presença do Planalto do Alto Rio Grande, com a paisagem caracterizada pela presença de rochas quartzíticas e de uma superfície menos acidentada que a Serra da Mantiqueira, em áreas com altitudes que variam entre 900 e 1500 metros. A vegetação deste setor da região destaca-se pelo predomínio de espécies herbáceas, havendo espécies arbóreas nas encostas mais úmidas e nas margens dos rios. As características naturais destas áreas, que favoreceram a agricultura e especialmente a produção leiteira, aliadas a sua localização entre as regiões mineradoras de Minas Gerais e a capital colonial (Rio de Janeiro), colaboraram para que esta fosse a área mais povoada e de maior desenvolvimento econômico do Sul de Minas até meados do século

XIX (PAIVA, 1996; GODOY & BARBOSA, 2008); entretanto, progressivamente esta área foi perdendo importância econômica e demográfica, apresentando, atualmente, maior destaque econômico e demográfico apenas o município de Lavras.

O Planalto de Poços de Caldas possui formato elíptico e constitui a área com maior ocorrência alcalina do Brasil (CHRISTOFOLETTI, 1972), o que justifica a presença de importante atividade mineradora, em especial nos municípios de Caldas e Poços de Caldas. Há expressiva variação climática decorrente da amplitude topográfica, sendo que nas encostas há florestas, nas partes mais altas com presença de araucárias, e uma expressiva produção rural (café e frutas); enquanto no interior do planalto predominam as espécies herbáceas, com presença de espécies arbóreas nas margens dos rios, e uma ocupação espacial nas áreas rurais bastante mais rarefeitas, mas onde se situa a mais populosa cidade do Sul de Minas, Poços de Caldas.

A vertente sul da Serra da Canastra, no extremo noroeste da área de estudo, onde Passos é o principal centro urbano, caracteriza-se, às margens direitas do Rio Grande, pela presença de vertentes íngremes, com inúmeras cachoeiras e da vegetação típica do cerrado, estando bem conservada, em especial pela presença do Parque Nacional da Serra da Canastra. No trecho do rio Grande, entre São José da Barra e Capitólio, há formação de cânions, e significativa parcela

desta área é ocupada pelo Lago de Furnas; fatores estes que motivam uma crescente atividade turística.

A paisagem ao sul do Planalto Sul de Minas apresenta características que se assemelham com a da Serra da Mantiqueira, com presença de florestas tropicais, apresentando gradualmente um relativo aplainamento da superfície na medida que se dirige para noroeste, aparecendo espécies típicas dos campos e dos cerrados. O médio e baixo curso dos rios Sapucaí e Verde foram represados, constituindo o Lago de Furnas, cuja barragem se encontra na confluência do rio Sapucaí com o rio Grande, próximo das cidades de Passos e de São José da Barra. Estão neste setor áreas com maior produtividade no setor agropecuário, em especial pelos cultivos de cafés e cereais, e também importantes cidades, como Varginha, Pouso Alegre, Alfenas e Três Corações.

Aspectos socioeconômicos

Com população de 2,868 milhões de habitantes (IBGE,2018), o Sul de Minas Gerais está localizado entre as três maiores aglomerações urbanas do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A economia regional é significativamente diversificada, e tem como principais atividades a agropecuária (pecuária leiteira, café, cereais e frutas), as indústrias (material de transporte, eletro-eletrônica, mecânica, têxtil e alimentícia) e o comércio e prestações de serviços (turismo, educação, saúde, transporte e administração).

No contexto das atividades agropecuárias, existem importantes correlações entre o meio físico, os processos históricos, e as dinâmicas econômicas próprias destas atividades e suas apropriações espaciais. A cafeicultura e a produção de cereais, tendo destaque o milho, se desenvolveram mais efetivamente nas áreas do Planalto Sul de Minas, onde, em sua maior parte, não apresentam maiores limitações topográficas e hídricas para a produção. Recentemente, a produção de soja vem ocupando territórios antes destinados à produção mais diversificada (Tabela1).

Tabela 1 – Área plantada, em hectares, das principais culturas agrícolas na Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas entre 1990, 2000, 2010 e 2019.

Cultura	1990	2000	2010	2018
Batata Inglesa	23.162	24.294	19.720	12.244
Café	412.737	414.308	432.211	442.355
Cana-de-açúcar	54.505	33.973	61.627	39.073
Feijão	91.044	70.523	55.001	35.243
Mandioca	4.465	5.761	4.220	5.838
Milho	226.523	195.173	226.227	162.208
Soja	888	830	11.638	104.211

Fonte: Pesquisa agrícola municipal - IBGE, 1990, 2000, 2010 e 2018.

Org: Flamarion Dutra Alves.

As culturas tradicionais da agricultura familiar para o autoconsumo e mercado interno, como batata e feijão, reduziram

drasticamente sua área em 28 anos. A batata perdeu 47,2% da área plantada e o feijão perdeu 61,3% da área plantada. A única cultura que aumentou sua área foi a mandioca, cerca de 31% no período. Essas culturas agrícolas são responsáveis pelo abastecimento urbano e a alimentação diária da população, e perderam espaço as *commodities* agrícolas, que produzidas em larga escala e que não requerem muita mão de obra e estão associadas a médias e grandes propriedades. O café permaneceu hegemônico no Sul de Minas entre 1990 e 2018, sendo a cultura agrícola mais territorializada e teve aumento de 7% da área plantada no período. O milho perdeu 28,4% do espaço no período, essa cultura está relacionada à alimentação humana, mas também serve como ração animal. Mas a principal cultura agrícola que ganhou território no sul de Minas foi a soja, que expandiu 117 vezes sua área plantada, ocupando a terceira posição na região.

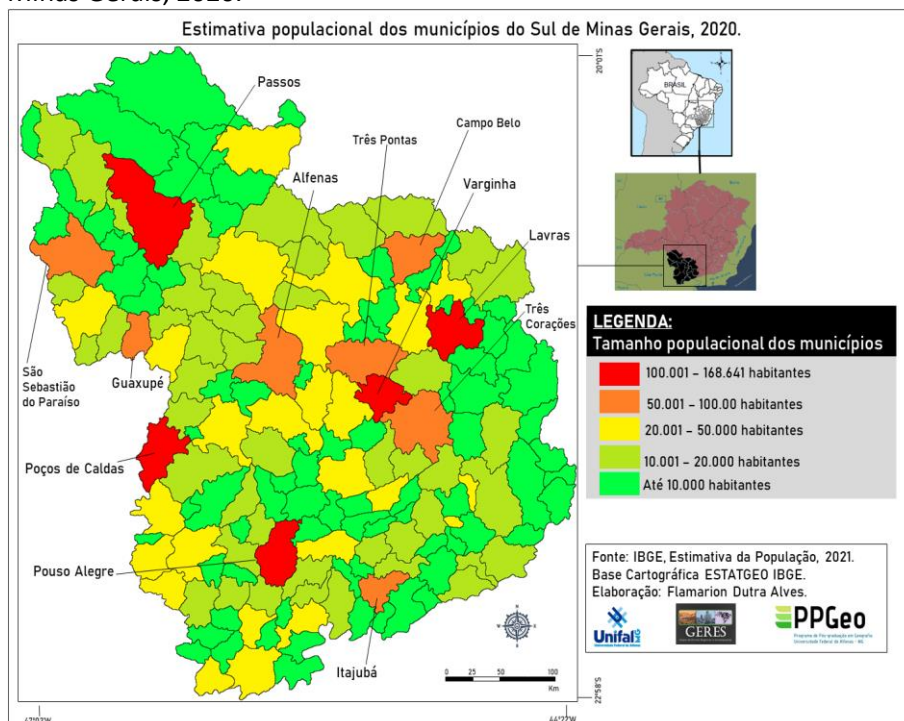
Por sua vez, aproveitando de suas condições naturais, marcadas pelas presenças de campos naturais e cerrado, as áreas do Planalto do Alto Rio Grande e da Serra da Canastra são relevantes na produção de leite e derivados, tendo destaque a produção de queijos. Já na Serra da Mantiqueira, e em menor escala no Planalto de Poços de Caldas, com relevos mais montanhosos, há uma maior diversificação da produção rural, voltada na maioria para o abastecimento dos mercados locais e regionais, caracterizada pela presença da mão de obra familiar, mas onde também se presencia o desenvolvimento das atividades turísticas nos espaços rurais.

Carvalho *et al* (2002) e Brito & Horta (2002) descreveram que o crescimento e a diversificação da economia mineira, especialmente após a década de setenta, foram acompanhados pela necessidade de mão de obra, sobretudo nas regiões mais dinâmicas, como a Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Sul de Minas e o Triângulo Mineiro, e estes fatores motivaram a afluência de migrantes para estas áreas. No caso específico do Sul de Minas, o processo de desconcentração industrial, que se deu principalmente a partir da região metropolitana de São Paulo, resultou em significativos investimentos financeiros na região, em especial devido a proximidade com os principais centros consumidores brasileiros, as infraestruturas urbanas existentes, e, também, pela duplicação da rodovia Fernão Dias, que favoreceu o crescimento das cidades localizadas nas suas circunvizinhanças, sendo exemplos Pouso Alegre, Lavras e Varginha (DINIZ & CROCCO, 1996). Além das mencionadas cidades também apresentam significativa importância nas atividades industriais, Poços de Caldas, Itajubá, Extrema, Três Corações, Santa Rita do Sapucaí, dentre outras.

A rede urbana sulmineira historicamente é estruturada em cidades médias, sendo os municípios de Poços de Caldas, Varginha, Pouso Alegre, Passos, Lavras e Itajubá (FIGURA 1), os mais populosos e com maior infraestrutura socioeconômica, havendo atividades comerciais e de prestações de serviços que atraem pessoas de diversas cidades e espaços rurais de suas áreas de influência. Por um critério

eminentemente demográfico, estas poderiam ser consideradas como as “cidades médias” da região. Mas, além do contingente populacional, os critérios econômicos e locais também são fundamentais para a definição das cidades médias, e, devido a isso, estas mencionadas cidades sulmineiras assim foram classificadas em diversas pesquisas científicas (IBGE: Regiões de Influência das Cidades – 1966, 1978, 1993, 2007, 2018; CASTRO, 2000; NOGUEIRA & GARCIA, 2007; AMORIM FILHO *et al*, 2007; ANDRADE, 2014).

Figura 1 – Mapa com a estimativa populacional nos municípios do Sul de Minas Gerais, 2020.



Fonte: Alves (2020)

As cidades médias do Sul de Minas apresentaram expressivos crescimentos populacionais, em especial em suas áreas urbanas. No período entre 1980 e 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: Censos Demográficos) as cidades médias sulmineiras apresentaram os seguintes crescimentos de suas populações urbanas: Pouso Alegre 135,6% (de 50.758 para 119.602), Varginha 106,6% (de 57.657 para 119.099), Lavras 94,7% (de 45.119 para 87.835), Poços de Caldas 82,8% (de 81.399 para 148.785), Passos 77,0% (de 56.973 para 100.866) e Itajubá 54,9% (de 53.441 para 82.785). O menor ritmo de crescimento de Itajubá, se comparado as outras cidades médias do Sul de Minas, é decorrente do saldo migratório, pois enquanto o referido município apresentou saldo positivo no período entre 1986 e 1991, mas saldo migratório negativo entre os períodos de 1995-2000 e 2005-2010, as demais cidades médias sulmineiras apresentaram saldos positivos nos referidos períodos (exceto Passos entre 2005-2010), tendo destaque Pouso Alegre, onde este índice foi superior a 5000 pessoas em todos os quinquênios analisados (CARVALHO, 2013).

Com relação aos seus papéis na rede urbana regional, Pouso Alegre, Varginha e Poços de Caldas, são classificadas como “Capital Regional C”, Passos e Lavras estão na categoria de “Centro Sub-Regional A”, por sua vez Itajubá é um “Centro Sub-Regional B” (IBGE: Regiões de Influências das Cidades, 2018). Estas cidades apresentam estruturas comerciais com significativa diversificação e estruturas de

serviços de educação, saúde, entretenimento, financeiros, comunicações e transportes que atraem moradores da região.

No Sul de Minas também há cidades em situações intermediárias quanto a população, a produção econômica, e a posição na hierarquia urbana. Com contingentes demográficos que são inferiores a 60 mil habitantes, este grupo de cidades possui considerável diversidade, coexistindo centros urbanos com importante função industrial, como Extrema e Santa Rita do Sapucaí, centros turísticos, a exemplos de São Lourenço e Caxambu, e localidades situadas em espaços onde predominam a agropecuária comercial, especialmente de café, como Guaxupé, Machado e Boa Esperança.

Conforme figura 1, dos 162 municípios do Sul de Minas, 125 têm até 20 mil habitantes, sendo 79 municípios com até 10 mil habitantes e 46 municípios entre 10 e 20 mil habitantes, o que demonstra uma característica socioespacial marcada por dinâmicas distintas dos grandes centros urbanos e industriais. A realidade sul mineira apresenta uma variedade de contextos, não há uma homogeneidade regional, mas a presença das interações espaciais advindas da agropecuária, marcam expressivamente a economia, política e a cultura regional, sobretudo nas cidades pequenas que compõem majoritariamente o território (ALVES, 2017, 2020).

Em situação intermediária na rede urbana regional, e refletindo seu contingente populacional e a produção econômica, estas cidades

exercem considerável influência sobre os espaços urbanos e rurais circunvizinhos, provendo-os de produtos e serviços especializados não encontrados em seu local de moradia, constituindo, assim, centros urbanos com certa polaridade (IBGE, 2018).

Roberto Lobato Corrêa (1999) citou que algumas regiões brasileiras apresentam uma elevada densidade de pequenos centros urbanos, dentre elas o Sul de Minas. Estas, além de numerosas, se espalham por todos os setores da região, e com maior presença nas regiões da Serra da Mantiqueira, Planalto do Alto Rio Grande e na Serra da Canastra.

Há certa heterogeneidade entre as cidades pequenas na rede urbana do Sul de Minas, como são exemplos as localizadas em espaços marcados por condições naturais com certas restrições às práticas econômicas mais produtivas do setor primário, com extensas áreas voltadas à conservação ambiental, e recente desenvolvimento da atividade turística, a exemplos de Aiuruoca e Gonçalves, na Serra da Mantiqueira; as que apresentam considerável parcela da população envolvida em atividades do setor primário com certo dinamismo, principalmente na cafeicultura e na produção de morango, como Campo do Meio e Senador Amaral, respectivamente; e as cidades que, devido à pequena proximidade com centros urbanos mais desenvolvidos, são importantes fornecedoras de mão de obra, por meio de moradores que realizam deslocamento pendular diário, como

servem de exemplos Piranguinho, Wenceslau Braz e São José do Alegre com relação a Itajubá (ANDRADE, 2014).

As pequenas cidades do Sul de Minas e suas diversidades: ensaio classificatório

Devido às diferentes realidades encontradas no Sul de Minas, e que podem ocorrer em outras regiões no Brasil, tentaremos agrupar algumas características socioespaciais, a fim de contribuir para o planejamento e organização do espaço, bem como o detalhamento de pesquisas futuras acerca das pequenas cidades sul mineiras. Dessa forma, elencamos 6 tipos: Rurais de agricultura familiar; Rurais da Agricultura Comercial e Agronegócio; As pequenas cidades com importantes atividades industriais; As pequenas cidades turísticas: Estâncias Hidrominerais; Cidades pequenas com desenvolvimento turístico atrelado aos recursos naturais; As pequenas cidades dormitório.

Rurais de agricultura familiar

No espaço rural destes municípios, em especial os localizados na Serra da Mantiqueira e do Planalto do Alto Rio Grande, há uma organização sociocultural e produtiva que perdura, em partes, até os dias atuais, com a formação de bairros rurais com peculiaridades típicas das sociedades “caipiras”. Cândido (1964) e Ribeiro (1995) as definiram como coletividades com características sociais marcantes,

dentre elas, o alto grau de parentesco entre seus membros, a baixa estratificação social, a produção agropecuária envolvendo os membros da família e voltada à subsistência, a transferência da posse da terra obtida através de heranças familiares, as festividades religiosas e o sistema de mutirão como motivadores das relações sociais entre seus membros, e a considerável inércia espacial dos moradores.

Na maior parte dos municípios da Serra da Mantiqueira, os índices de mecanização são relativamente baixos. E tal situação se deve, em partes, ao relevo notoriamente mais movimentado da área, mas, também, devido ao menor desenvolvimento do setor primário em diversos municípios, onde a mão de obra familiar assume papel de significativa importância para a produção econômica, praticada muitas vezes em propriedades de pequena extensão e com condições físicas inaptas, o que resulta em baixa produtividade e na ocorrência de impactos socioambientais variados (ANDRADE & MARQUES NETO, 2014).

A presença de bairros rurais é marcante nesses municípios, e a população rural atinge percentuais elevados acima de 50% da população total. No Sul de Minas, há 14 municípios nessa situação, onde 11 situam-se na Serra da Mantiqueira, ou seja, a ruralidade é marcante nessas cidades, que além de terem grande interação espacial no campo, a cidade tem fortes traços da ruralidade.

Podemos destacar também, os municípios com população rural entre 36% e 50% do total, estes somam 39 municípios no Sul de Minas, e destes, 38 tem menos de 20 mil habitantes, o que reforça essa forte ruralidades das pequenas cidades, podemos citar Brazópolis, Cristina, Guapé, Nova Resende, São Thomé das Letras, Silvanópolis entre outros. Nesses municípios a ruralidade está muito presente em todas dimensões da vida da cidade, seja ela cultural, política, econômica e ambiental (ALVES, 2020).

Pequenas cidades, como Marmelópolis, Delfim Moreira, Aiuruouca, Alagoa, Dom Viçoso, dentre outras, possuem algumas atividades comerciais e de prestações de serviços que atendem basicamente às necessidades de seus moradores. E, por vezes, pela população rural ser significativa, há a necessidade de ônibus escolares para os deslocamentos de alunos, e a cidade acaba, por conta destas centralidades, também atraindo deslocamentos provenientes dos espaços rurais por motivações socioculturais. Por sua vez, devido ao caráter agrícola de suas economias, também são frequentes os deslocamentos de pessoas que residem nos espaços urbanos, e vão diariamente trabalhar em atividades econômicas no meio rural.

Por conta de fatores diversos, tais como a maior oferta de empregos nas cidades médias e metrópoles, por questões socioculturais, e de formação educacional, houve significativa emigração a partir de municípios em que há o predomínio de atividades rurais com predomínio da mão de obra familiar. O pequeno

potencial de retenção dos municípios pouco populosos, aliado a atração de migrantes dos centros urbanos mais industrializados, inclusive os externos ao Sul de Minas, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São José dos Campos, Campinas, Volta Redonda e Juiz de Fora, fizeram com que diversas localidades da área de estudo apresentassem estagnação, ou mesmo decréscimo populacional, ao longo das últimas décadas, a exemplos de Minduri, Delfim Moreira, Virgínia e Alagoa (ANDRADE & MARQUES NETO, 2014).

Rurais da Agricultura Comercial e Agronegócio

Em significativa parcela do Sul de Minas há o predomínio de práticas agropecuárias mais tecnificadas e voltadas às indústrias regionais, tais como as produções de batatas, cereais, café, frutas e leite, que atendem as demandas de grandes unidades industriais de capitais externos, tais como a Unilever, em Pouso Alegre, e a Danone, em Poços de Caldas, assim como as empresas de capitais locais e regionais especializadas nas produções de laticínios, doces, beneficiamento de café, dentre outras.

Exemplo de alterações que ocorreram na estrutura agropecuária regional, a partir do último quarto do século XX, está a produção de morangos, onde Pouso Alegre, e municípios pouco populosos de seu entorno, como Estiva, Bom Repouso, Tocos do Moji e Senador Amaral, formam a principal região produtora de morangos

do país (ANDRADE & BRANDÃO, 2013). Neste contexto espacial, a capital regional exerce influência na comercialização de insumos, na pesquisa e difusão de conhecimentos, entretanto tal prática apresenta maior importância econômica em alguns bairros rurais, como Algodão e Cruz Alta; todavia, para as localidades pouco populosas, a produção de morangos representou expressiva mudança nas práticas econômicas e socioculturais de seus habitantes, e mesmo na paisagem local, onde são frequentes as estufas usadas nas lavouras nos espaços rurais, e as empresas voltadas as vendas de insumos e de beneficiamento, comercialização e transporte de morangos na cidade e no campo. Ademais, para complementar a mão de obra local, em especial nos períodos de colheita, há expressiva afluência de migrantes, em especial proveniente do Maranhão.

Na maior parte do Planalto Sul de Minas, mas em menor escala em áreas da Serra da Mantiqueira e do Planalto de Poços de Caldas, a cafeicultura constitui importante atividade econômica, fazendo do Sul de Minas a principal região produtora do país. Em significativa parcela voltado para exportação, o café apresenta relevância econômica, no setor agrícola, mas também industrial e de serviços, para diversas cidades médias, como Varginha e Poços de Caldas. Porém, nos municípios pouco populosos, como Areado, Divisa Nova, Botelhos, Campestre, dentre outros, as economias locais são bastante dependentes da cafeicultura.

O Sul de Minas é o maior produtor de café do Brasil, com quase 30% do total nacional, essa produção se concentra nas regiões imediatas de Alfenas, Guaxupé, Passos, Três Pontas-Boa Esperança e São Sebastião do Paraíso, onde há o predomínio de médias e grandes propriedades e a produção da cafeicultura é destinada a exportação, em grande parte. Em Guaxupé, encontra-se a maior cooperativa de café do mundo, bem como há redes geográficas estabelecidas em toda cadeia produtiva no Sul de Minas, seja de institutos de pesquisa privados ou públicos, como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, campus Machado e Muzambinho, bem como dezenas de cooperativas, armazéns, torrefadoras e diversas comercializadoras de café (ALVES, 2019; ALVES e LINDNER, 2020).

Como a cafeicultura também está presente em pequenas propriedades rurais e em relevo acidentado, onde a mecanização não é uma realidade ou não é possível, por isso há a necessidade da mão de obra para a colheita do café, e nesse sentido, algumas pequenas cidades recebem anualmente, entre os meses de abril a agosto, milhares de migrantes oriundos do norte de Minas e do estado da Bahia, mudando a dinâmica populacional e exigindo da infraestrutura local recursos para atender esse contingente. Destacam-se nessa situação Campos Gerais, Conceição da Aparecida, Carmo do Rio Claro, Alterosa, Guaranésia, Divisa Nova, Campanha, Machado entre outros.

A ruralidade nessas pequenas cidades é evidente, e mais presente em aspectos da dimensão política e econômica, pois o capital das *commodities* movimenta a dinâmica socioespacial do lugar.

As pequenas cidades com importantes atividades industriais

Com o processo de industrialização que ocorreu na região, as cidades médias foram as que apresentaram maior desenvolvimento, tais como Poços de Caldas, Varginha, Pouso Alegre e Itajubá; mais recentemente, o município de Extrema, apesar de apresentar um contingente demográfico significativamente inferior às anteriormente apontadas, recebeu consideráveis investimentos industriais. Neste contexto, alguns municípios pouco populosos passaram a alocar grandes unidades industriais, como Paraisópolis e Conceição dos Ouros (autopeças), Monsenhor Paulo e Guaranésia (siderurgia), Itaú de Minas e Ijaci (cimento) e Itamonte (embalagens plásticas). Nestas localidades as fábricas, alocadas em grandes áreas, nas áreas periféricas, são as maiores influências nas paisagens destas cidades, que, assim como ocorre nas cidades médias, atraem trabalhadores provenientes do município, mas também procedentes de outros espaços urbanos e rurais do entorno.

Pela importância histórica da agropecuária na região, desde o século XVIII há expressiva produção agroindustrial, fazendo com que algumas cidades passassem a produzir queijos (Cruzília, Alagoa, Espírito Santo do Dourado, São Roque de Minas), doces (Piranguinho

e Caldas), bebidas (Caldas), dentre outros produtos, reconhecidos e comercializados nacionalmente, e que muitas vezes também se interagem com o turismo local/regional. Entretanto, apesar da agropecuária, em especial a cafeicultura ter importância histórica para os municípios que formam o Circuito das Malhas, Monte Sião, Jacutinga, Borda da Mata e Inconfidentes possuem uma economia mais diversificada, sendo as indústrias têxteis muito relevantes nestes locais, que constituem a terceira região com maior produção deste segmento no território nacional (FUINI, 2007).

A produção de malhas no Circuito das Malhas tem expressiva importância na economia e para a sociedade dos referidos municípios, e isto reflete diretamente na paisagem regional, pela presença de empresas de produção e comercialização de malhas, que atraem consumidores de diversos estados do país, favorecendo o “turismo de compras”. Em Jacutinga, por exemplo, há a concentração de lojas especializadas em malhas nas ruas da área central da cidade, e o mesmo ocorre em Monte Sião. Já em Borda da Mata, às margens da MG-290 funcionam estabelecimentos comerciais que vendem especialmente pijamas, tapetes, colchas e outros produtos feitos de maneira “artesanal” (ANDRADE, 2014). Dentre as pequenas cidades sulmineiras, também apresentam relevantes importâncias nas indústrias têxteis, Paraguaçu (ternos), Juruáia (lingeries), Carmo do Rio Claro e Campanha (colchas e tapetes).

As pequenas cidades turísticas: Estâncias Hidrominerais

Devido à importância do turismo, nos primórdios da vida urbana de estâncias hidrominerais como São Lourenço, Caxambu, Lambari e Cambuquira, a organização do espaço urbano priorizou a disposição dos atrativos e da infraestrutura turística, tendo as fontes de águas minerais, localizadas nos “Parques das Águas”, como estruturadoras da vida social e econômicas destas cidades. A crenoterapia (tratamento de enfermidades com águas minerais) foi fundamental para a atração de visitantes, que costumavam permanecer nos centros receptores por longos períodos de tempo, suficientes para a cura de enfermidades. As estâncias hidrominerais receberam significativos investimentos em infraestrutura turística, como hospedarias, cassinos, parques, dentre outras (ANDRADE et al, 2014).

No decorrer do século XX, variados fatores se interagiram para transformar o perfil da atividade turística em âmbito nacional, o que refletiu diretamente nas estâncias hidrominerais. Fatores como a proibição dos cassinos e a evolução da indústria farmacêutica, que contribuiu para a diminuição do interesse pelos tratamentos crenoterápicos, ocorreram concomitantes com a difusão de novas espacialidades turísticas e com a consequente mudança nos interesses dos turistas, o que resultou em transformações consideráveis à atividade turística no Circuito das Águas (ARAUJO, 2009). Atualmente, se comparados aos períodos de maior dinamismo, a atividade turística

em Lambari, e especialmente em Cambuquira apresentam nítida estagnação, e mesmo decadência.

Cidades pequenas com desenvolvimento turístico atrelado aos recursos naturais

A partir da década de setenta e, especialmente após os anos oitenta, progressivamente os espaços rurais e os ambientes naturais passaram a ser mais valorizados pela sociedade, pelos meios de comunicação e, por consequência, pelo setor turístico. Esta situação refletiu diretamente nas dinâmicas intrarregionais da área de estudo, especialmente nos municípios situados na Serra da Mantiqueira, e em menor intensidade do Planalto do Alto Rio Grande, onde os atrativos naturais, juntamente com as particularidades da cultura e da produção do espaço, serviram como alicerces para o desenvolvimento das atividades turísticas (GONÇALVES, 2003; ALVES, 2005; FARIA, 2007).

Na segunda metade do século XX, na Serra da Mantiqueira ocorre um processo de implantação de unidades de conservação estaduais e federais, e a expansão da atividade turística. Na serra e suas imediações há o Parque Nacional do Itatiaia, a Floresta Nacional de Passa Quatro e a Área de Preservação Ambiental da Serra da Mantiqueira, administrados pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), e os Parques Estaduais de Nova Baden e da Serra do Papagaio, e a Área de Preservação Ambiental Fernão Dias, administrados pelo IEF (Instituto Estadual de Florestas).

Outra unidade de conservação com expressiva importância para o turismo regional é o Parque Nacional da Serra da Canastra.

No contexto da Serra da Mantiqueira, aspectos das paisagens naturais, como as matas de araucárias, cachoeiras, picos, clima frio, aliados a “cultura rural”, atraíram turistas para diversas localidades, sendo representativas Passa Quatro, Gonçalves, Aiuruoca, Delfim Moreira, Itamonte, dentre outras. Por sua vez, a presença de formações geomorfológicas de interesse paisagístico, cachoeiras e a conservação de fragmentos de vegetação natural de campos e cerrados, colaboraram para a turistificação de locais da Serra da Canastra, como Delfinópolis, São João Batista do Glória e Capitólio, e do Planalto do Alto Rio Grande, tais como Carrancas e São Thomé das Letras.

Nos espaços rurais e urbanos destes municípios ocorreram expressivas mudanças em termos paisagísticos e funcionais, sendo atualmente presentes diversas estruturas atreladas à atividade turística, como hospedarias, estabelecimentos de alimentação, entretenimento, lojas especializadas em produtos locais/regionais, dentre outras. Ademais, são frequentes as presenças de residências secundárias, algo também bastante relevante em municípios do entorno do Lago de Furnas “Mar de Minas”, havendo, neste caso, inclusive loteamentos e condomínios, sendo representativo exemplo o Escarpas do Lago, no município de Capitólio. Destacam-se ainda nesse circuito, os municípios de Fama, São José da Barra e Guapé, que,

mesmo sem a infraestrutura de Capitólio, apresentam crescentes processos de especulação imobiliária e atividades turísticas.

As pequenas cidades dormitório

Este grupo de municípios pouco populosos, em sua maior parte está localizado nas proximidades de cidades médias do Sul de Minas. O estudo “Arranjos Populacionais e Concentração Urbana no Brasil” (IBGE: 2015) define recortes territoriais que agrupam os municípios brasileiros segundo critérios de integração, tais como a conurbação e as migrações pendulares⁷, e, no Sul de Minas são exemplos destes os Arranjos Populacionais de Itajubá e de Lavras, constituídos por cinco e quatro municípios respectivamente.

Dentre estes município, é alto o percentual de migrantes pendulares que se deslocam para trabalhar e/ou estudar na cidade média, como demonstram as situações do Arranjo Populacional de Itajubá, com Piranguinho, onde 32,1% exercem atividades profissionais fora do município (IBGE: Censo Demográfico, 2010), São José do Alegre (29,9%), Piranguçu (27,0%) e Wenceslau Braz (26,8%). Esta situação permite que a pessoa resida em uma pequena cidade, ou mesmo nos espaços rurais circunvizinhos, e desenvolva suas

⁷ Os critérios utilizados na identificação dos arranjos populacionais empregam a noção de integração, medida pelos movimentos pendulares para trabalho e estudo ou a contiguidade urbana, que assim sintetizam os vários processos envolvidos.

atividades laborais nos setores secundário e terciário da cidade polo média (ANDRADE, 2014).

Com relação ao deslocamento pendular, é importante ressaltar que existem três formas mais utilizadas para os trabalhadores se deslocarem de casa para o local de trabalho, que são: quando o empregador freta veículos para o transporte de seus funcionários, que geralmente acontece com empresas que tem um grande número de empregados em uma cidade, e estes veículos na maioria das vezes são ônibus que fazem o transporte dos funcionários nos três turnos; quando a empresa disponibiliza vale-transporte para os trabalhadores, geralmente ocorre quando o número de funcionários da cidade dormitório é reduzido; quando as pessoas se deslocam sem o apoio de empresas, seja por ônibus com linhas regulares ou veículos próprios, o que inclui, neste caso, os que residem em uma cidade e possuem empreendimentos em outros municípios da região. Além dos deslocamentos para o trabalho, há também a presença de veículos fretados, ou cedidos pelas prefeituras, para estudantes realizarem cursos na cidade média, e, também, veículos particulares e ônibus com linhas regulares que permitem deslocamentos com distintas motivações.

A dependência dos deslocamentos pendulares colabora para haver uma maior dependência dos moradores das pequenas cidades, em relação a cidade média. Devido a isso, a própria estrutura de comércio e de serviços destas localidades se encontra um tanto

quanto reduzida, se comparada com as situadas a maior distância das cidades principais. Cidades como Piranguinho, nas proximidades de Itajubá, Congonhal, nas vizinhanças de Pouso Alegre, Areado, nas proximidades de Alfenas, e Elói Mendes, próximo a Varginha, elucidam esta situação, e as rodovias que as cortam constituem espaços com presenças de comércios e serviços voltados às demandas locais, mas também das pessoas que transitam por estas vias. Também ocorrem, nestes casos, e em outras cidades com as mesmas características, a implantação de novos loteamentos e mesmo pequenos edifícios, voltados para pessoas que emigram desde a cidade média, e/ou provenientes de outras regiões, que optam por residir nas cidades menores, em especial devido aos menores custos, e deslocam diariamente para o trabalho, estudo, e por outras motivações.

Considerações Finais

Longe de esgotar a discussão sobre os tipos e classificações sobre as pequenas cidades, este ensaio pretende auxiliar em novas pesquisas a respeito da rede urbana e das relações campo-cidade nas pequenas cidades, especialmente no Sul de Minas Gerais. Apesar de apresentarem semelhanças em termos de contingentes demográficos, os contextos históricos, naturais, locacionais, demográficos, econômicos e paisagísticos fazem com que haja certa diversidade destas cidades no espaço regional.

As pequenas cidades apresentam-se como lugares distintos, sejam pela permanência e baixo poder de mudança, ou como lugares que apresentam transformações decorrentes de suas características. No caso específico do Sul de Minas, enquanto algumas pequenas cidades, em especial as rurais de agricultura familiar, se encontram um tanto estagnadas economicamente e constituíram espaços de saída de migrantes, as que apresentam um processo significativo de turistificação atraem contingentes de migrantes por suas condições econômicas e/ou ambientais e paisagísticas; também as pequenas cidades industriais pelo mercado de trabalho local e as “cidades dormitório” pelas oportunidades regionais também atraem migrantes; por sua vez, nos municípios com predomínio das atividades agrícolas comerciais, a atração de trabalhadores costuma ser sazonal, acompanhando os próprios ciclos da produção de café e morango.

Estas alterações e mudanças em curso podem resultar, a médio e longo prazo, em mudanças nas estruturas econômicas e demográficas do Sul de Minas, onde, ao longo da história, a rede urbana foi estruturada em cidades médias, nunca havendo uma cidade “primaz”, como ocorre na Zona da Mata com Juiz de Fora, no Norte de Minas com Montes Claros e no Triângulo com Uberlândia. Apesar disso, ao longo dos últimos censos e estimativas populacionais, se observa um crescimento mais acentuado das cidades médias, que, dentre outras coisas, possui infraestrutura de comércios e serviços para seus moradores, mas também para o de cidades e espaços rurais

de sua área de influência, o que colabora para que aumentem suas importâncias na rede urbana do Sul de Minas, tornando as pequenas cidades ainda mais dependentes destas.

Referências

ALVES, Flamarion Dutra. Cidades pequenas no sul de Minas Gerais: ruralidades presentes no território. In: FERREIRA, M.M; VALE, A.R. (Org.). **Dinâmicas geográficas no sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2017. p.107-127.

ALVES, Flamarion Dutra. O agronegócio do café e a territorialização no Sul de Minas Gerais. In: ALVES, Flamarion Dutra et al (Orgs.). **A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. Alfenas: Editora UNIFAL-MG, 2019. p.306-323.

ALVES, Flamarion Dutra. Ruralidade e as cidades pequenas no Sul de Minas Gerais. In: ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro de (Orgs.) **Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à Covid-19**. Alfenas: Editora UNIFAL-MG, 2020. p.127-139.

ALVES, Heberton Fabrício Inocêncio. **Turismo e desenvolvimento: a dimensão cultural na Serra da Mantiqueira (MG)**. Santa Maria: UFSM, 2005. 212 pg.

ALVES, Flamarion Dutra; LINDNER, Michele. Agronegócio do café no Sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **OKARA: Geografia em debate**. v. 14, n. 2 , 2020, p. 433-451.

AMORIM FILHO, Osvaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel; CAMPOS, Javier. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Revista Ra'ega**, n.13, p. 7-18. 2007.

ANDRADE, Alexandre Carvalho de; BRANDÃO, Artur Thales.José. Novas dinâmicas econômicas nos espaços rurais da microrregião de Pouso Alegre (MG): a produção de morangos no município de Bom Repouso. **Revista de Geografia**, v. 3, p. 1-7, 2013.

ANDRADE, Alexandre Carvalho de. **Pouso Alegre (MG): Expansão urbana e as dinâmicas socioespaciais em uma cidade média**. 2014.

299 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP, Rio Claro, 2014.

ANDRADE, Alexandre Carvalho de; MARQUES NETO, Roberto; BACHA, Rafael Melo Castro; FERREIRA, Enéas Rente. Do turismo das águas minerais ao turismo em áreas rurais: a microrregião de São Lourenço (MG). **Geo UERJ**, v. 16, p. 57-78, 2014.

ANDRADE, Alexandre Carvalho de; MARQUES NETO, Roberto. Relações entre sociedade, economia e natureza em âmbito regional: as situações das microrregiões de Andrelândia, Itajubá e São Lourenço - MG. **Observatorium**, v. 6, p. 105-130, 2014.

ARAUJO, Adriana Silva. **O ciclo de vida do fenômeno turístico em São Lourenço (MG):** de estância hidromineral a destino de lazer e bem estar. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFMG, Belo Horizonte, 2009.

BRITO, Fausto Reynaldo Alves de; HORTA, Cláudia Júlia Guimarães. Minas Gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10.. **Anais...** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002. p 236-252.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. 239 p.

CARVALHO, José Alberto Magno de. (*et al*). Minas Gerais, uma nova região de atração populacional. In: PAULA, João Antônio de; CARVALHO, José Alberto Magno de (Org.). **20 Anos do Seminário sobre a Economia Mineira - 1982-2002**. Belo Horizonte: UFMG, 2002, v. 3, p. 239-262.

CARVALHO, Rodrigo Coelho de. **As migrações nas cidades médias de Minas Gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010**. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Cedeplar - UFMG, Belo Horizonte, 2013.

CASTRO, José Flávio Morais. **Caracterização espacial do Sul de Minas e entorno utilizando-se o modelo potencial e a análise de fluxo em sistemas digitais: uma proposta metodológica**. 2000. 157 f. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP, Rio Claro, 2000.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Características fisiográficas do Planalto de Poços de Caldas (MG - Brasil)**. Geomorfologia n° 32, p. 1-32, 1972.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e estruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, v. 4 n.6, p. 43-53, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05 - 12, 2011.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria no Brasil. **Nova Economia**, v.6 n.1, p. 77-103, 1996.

ENDLICH, Angela Maria. Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades. In: BOVO, Marcos Clair; COSTA, Fábio Rodrigues da (Orgs.) **Estudos urbanos: Conceitos, Definições e Debates**. Campo Mourão: Fecilcam, 2017. p.33-53.

FARIA, Helena Mendonça. **Alto e Médio Sapucaí: cenários para o planejamento ambiental**. 2007. 201 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). USP, São Paulo, 2007.

FARIA, Vilmar E. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego; a experiência brasileira dos últimos 30 anos. In: ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. 2. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.

FRESCA, Tânia Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de geografia. **Geografia**. Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, jan./jun. 2001.

FUINI, Lucas Labigalini. **A relação entre competitividade e território no circuito das malhas do Sul de Minas Gerais**. 2007. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP, Rio Claro, 2007.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva. Uma outra modernização. Transportes em uma província não exportadora – Minas Gerais, 1850 – 1870. **Economia e Sociedade**, v.17, n.3, p. 159-186, 2008.

GONÇALVES, Yumi Kawamura. **Perspectivas para o desenvolvimento do turismo em áreas rurais: o caso das Terras Altas da Mantiqueira (MG)**. 2003. 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). UNICAMP, Campinas, 2003.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): **Arranjos Populacionais e Concentração Urbana no Brasil**. Rio de Janeiro, 2015. 167 p.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro, 2020. 196 p.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo, Caetés, 1987.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. Cidades pequenas em regiões não-metropolitanas: cidade pequena ou campo grande? II Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia. **Anais...Santo Antonio de Jesus: UNEB**, 2011. p.1-16.

NOGUEIRA, Marly; GARCIA, Ricardo Alexandrino. A inserção das cidades médias na rede urbana brasileira. **Terra Plural**, v.1 n.2, p. 61-71, 2007.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. 1996. 254 f. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 470 p.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Brasília: NEAD/MAD, 2001.

A relevância das pequenas cidades/localidades para o desenvolvimento regional (e vice-versa)

Angela Maria Endlich⁸

Introdução

O tema expresso nesse título é, ao mesmo tempo, necessário e complexo. Por isso, cabe começar dialogando um pouco sobre ele. Palavras-chave “pequenas cidades” e “desenvolvimento regional”, na realidade, estão mutuamente implicadas. Ou seja, tanto é pertinente considerar as pequenas cidades/localidades para o desenvolvimento regional quanto para elas é fundamental a perspectiva regional de planejamento e gestão. Consideramos o tema como necessário porque a relevância das pequenas cidades/localidades se revela com maior nitidez, ao considerá-las em conjunto nos seus mais diversos sentidos, desde o econômico e demográfico ao social e cultural. O esforço de pensar a realidade dessas pequenas localidades em escala regional evita que se trate como exclusivismo fatores que, de fato, decorrem de escalas mais amplas e que são replicados em espaços diversos. Por outro lado, o tema é complexo, porque exige sinalizar interpretações, definição de recortes, bem como ressalvas na sua abordagem. Ademais, considerando sua amplitude, as possibilidades

⁸ Doutora em Geografia, UNESP. Docente da Universidade Estadual de Maringá-PR.

de caminhos de sistematização são igualmente bem variadas. Esse texto expressa uma delas, por nós trilhado em determinado momento⁹.

Em nosso percurso acadêmico, as abordagens em relação as pequenas cidades/localidades sempre foram construídas em um contexto regional e abrangendo a escala da rede urbana. É possível que o recorte com o qual trabalhamos, no setentrião paranaense, tenha peculiaridades que nos levaram a essa adoção da escala regional. Tal região consiste em uma área cuja ocupação capitalista efetiva teve como protagonistas de destaque as empresas de colonização, utilizando como referencial econômico a cafeicultura e sua possibilidade de produzir no Paraná, quando em São Paulo não era mais possível a sua expansão. Houve a produção de uma rede urbana baseada em centros regionais e em numerosas pequenas localidades. Ou seja, configurou-se um arranjo produtivo peculiar e a formação de uma área baseada em pequenos estabelecimentos agropecuários com uso intensivo de trabalho, o que significava uma densa população no campo que tinha nas localidades centrais, pontos de suprimento comercial e de serviços.

Tanto essa espacialidade produzida inicialmente, bem como as transformações posteriores remetem à questão regional. Os

⁹Parte desse material decorre de reflexões produzidas na preparação para uma sessão do V Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (Sedres), com título similar.

processos de mudanças afetaram os municípios de modo geral, ainda que exista uma diferença no percurso de cada um a partir da crise da cafeicultura. Portanto, as transformações abrangeram, também, uma escala regional, ainda que as respostas de cada município possam ter sido diferenciadas. O que aconteceu com essa região específica, encontra correspondentes com outras referências econômicas, mas que geraram dinâmicas similares em outras áreas.

Como sinalizamos antes, mediante à complexidade do tema, é preciso apontar algumas interpretações, definições e recortes basilares para a sua abordagem. O leitor deve ter percebido que nos referimos a pequenas cidades/localidades. Ao fazermos isso temos em mente duas questões. A primeira diz respeito ao corriqueiro questionamento quando nos referimos a pequenas cidades sobre de quais estamos falando e dos critérios utilizados. Ainda que exista no caso brasileiro uma definição oficial de que toda sede de município seja automaticamente considerada como uma cidade, do ponto de vista acadêmico não se considera adequado simplesmente adotar essa visão. Detalharemos isso em item posterior. A segunda questão diz respeito ao fato de que nos referimos a cidades/localidades porque independentemente de contar, ou não, com os critérios para se considerar como uma cidade, as pequenas localidades, de modo geral, precisam ser melhor conhecidas e, portanto, pesquisadas, bem como demandam maior visibilidade política. O fato de um município ter como sede urbana uma localidade que não atenda requisitos para ser

uma cidade, não significa que ela não seja expressiva no âmbito regional e social. Todas as pequenas localidades, alcançando ou não a complexidade mínima para o limiar de uma cidade, são relevantes na perspectiva territorial e social.

Quanto ao desenvolvimento regional, igualmente, cabe algumas ponderações. Há discursos e referências com interesses muito diferenciados sob o rótulo de desenvolvimento regional, inclusive as vezes podem ficar resumidos a interesses de avanços de negócios. Certamente a economia deve estar pautada no desenvolvimento regional, mas de modo que responda aos desafios socioespaciais oriundos das dinâmicas da região. Os grandes desafios socioespaciais no âmbito de uma região muitas vezes não decorrem de falta de investimentos ou ausência de capital. Pode ser, inclusive, o contrário, com uma economia intensiva em capital e pouco inclusiva como geradora de renda e trabalho. Essa problematização precisa estar posicionada, e retomaremos essa reflexão ao longo do texto.

O texto está organizado em itens de reflexões, alguns retomando questões sinalizadas nessa introdução que se somam a outras consideradas necessárias para abarcar a temática. São seis pontos de reflexões: Do que falamos quando nos referimos às pequenas cidades; Quando pautamos pequenas cidades/localidades no Brasil nos referimos a um amplo conjunto; Dados de alguns municípios; E do que falamos quando pautamos o desenvolvimento regional; Desafios socioespaciais de pequenas cidades/localidades

periféricas/não metropolitanas; Redefinição dos papéis de pequenas cidades.

O tema demanda muito mais do que conseguimos sistematizar neste texto, são, portanto, algumas contribuições para o debate.

Do que falamos quando nos referimos as pequenas cidades?

Pequenas localidades de modo geral importam! Como mencionamos antes, o fato de uma localidade não atingir critérios determinados para se considerar como pequenas cidades não é razão para não as contemplar acadêmica e politicamente.

É certo, porém, que é necessário aprimorar o debate acerca do que pode ser considerada uma pequena cidade. Para tanto, existem contribuições diversas publicadas como Sposito e Jurado (2013), Fresca (2010), Desmarais (1984) e nossa em trabalho anterior (ENDLICH, 2017). Contudo, o debate deve permanecer contínuo. Nesse texto, não detalharemos essa análise, mas sinalizamos para alguns elementos básicos.

É preciso pensar em parâmetros para delimitações concretas, sem perder de vista a necessidade de delimitar áreas de comparabilidade (DESMARAIS, 1984). Isso significa que dificilmente parâmetros adotados possam ser aplicados de modo genérico.

Ao contrário, é preciso sempre ponderar a realidade regional e averiguar os critérios a serem adotados em cada região. Tais critérios, podem, por exemplo, associar o limite demográfico a dados que

captem, por exemplo, a centralidade da localidade. Esse procedimento foi indicado por Cote (1986) por meio do número e variabilidade de estabelecimentos terciários. Ele estabelecia o limite para se considerar uma cidade, na realidade argeliana, em cem estabelecimentos terciários enquadrado em vinte tipos de atividades. Para a região em que estudamos pensamos que os parâmetros podem associar o limite demográfico mínimo de 5 mil habitantes em relação a população total e um mínimo de 50 estabelecimentos terciários. Muitas localidades não alcançam esse limiar na região. De qualquer modo, como argumentado antes, elas são igualmente relevantes especialmente como espaços sociais.

Esse critério de capturar a centralidade por meio de alguns dados coaduna com Desmarais (1984) que, do mesmo modo, apega-se a centralidade, afirmando que uma cidade deve atender ao menos o dobro da sua população intraurbana. São números que indicam uma complexidade mínima que Santos (1979) sinalizou ser necessário quanto trata das cidades locais.

Quando pautamos pequenas cidades/localidades no Brasil nos referimos a um amplo conjunto.

A pauta acadêmica tem contemplado cada vez mais o tema das pequenas cidades, ainda que, proporcionalmente, muito menos do que o necessário para dar conta da complexidade do grande conjunto que elas representam. É certo que demograficamente existe uma

concentração em grandes cidades, mas as pequenas cidades/localidades correspondem a cerca de 90% dos núcleos existentes no Brasil, o que mostra que são fundamentais na estruturação territorial. Olhando para os números de 2010, dos 5.561 municípios existentes naquele ano, 4.954 tinham até 50 mil habitantes. De 50 a 100 mil habitantes são mais 324 municípios. Acima desse patamar estavam os 245 municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes e os 38 municípios com mais de 500 mil habitantes.

Nesse amplo conjunto de mais de quatro mil localidades com até 50 mil habitantes está uma ampla diversidade quanto a questão demográfica (não só a população total, como as taxas de crescimento e outros), mas também diversidade quanto a situação geográfica, econômica e cultural, por exemplo.

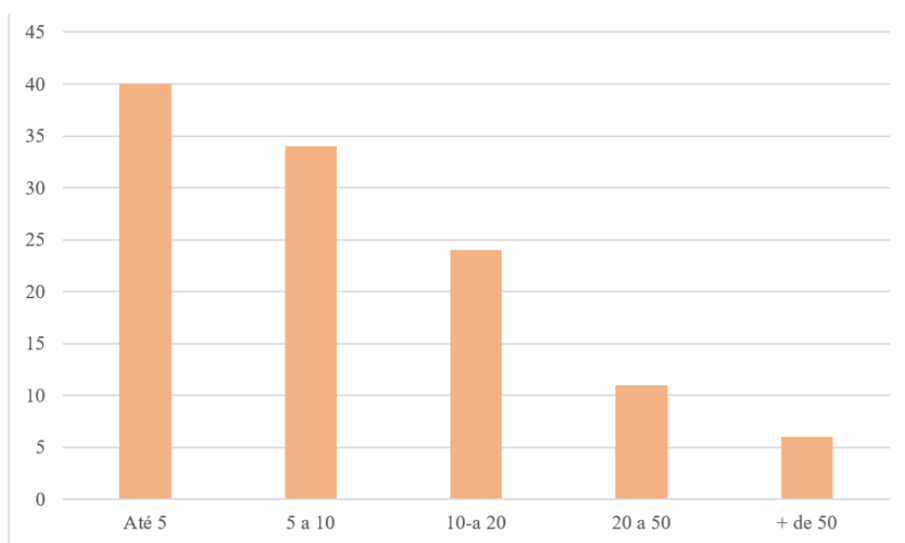
Nesse texto, sinalizar para essa diversidade é relevante porque para pensar o desenvolvimento regional relacionado a pequenas cidades, é imprescindível definir a partir de que perfil de localidade o fazemos, pois a realidade é muito diferente entre elas.

Para seguir esse raciocínio, vamos ter em conta que mesmo em âmbito regional há uma grande variação quanto à condição de cada localidade. Consideramos aqui, como recorte espacial, a Região Intermediária de Maringá, composta por sete Regiões Imediatas: Maringá, Campo Mourão, Umuarama, Paranavaí, Cianorte, Colorado-Paranacity e Loanda. No total a região agrupa 115 municípios.

É uma região bastante marcada por pequenas cidades/localidades (Figura 1), o que está relacionado com a forma

como foi produzido o espaço regional. Companhias colonizadoras criaram localidades diversas, sendo que apenas a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, criou mais de sessenta, muitas posteriormente emancipadas como municípios. Mais do que isso criou na região, uma rede urbana, pois o projeto não esteve baseado em localidades isoladas, mas no conjunto delas, inclusive as cidades maiores que deveriam ter serviços mais complexos para funcionarem como centros regionais.

Figura 1 – RGInt Maringá. Municípios por porte demográfico, 2010.

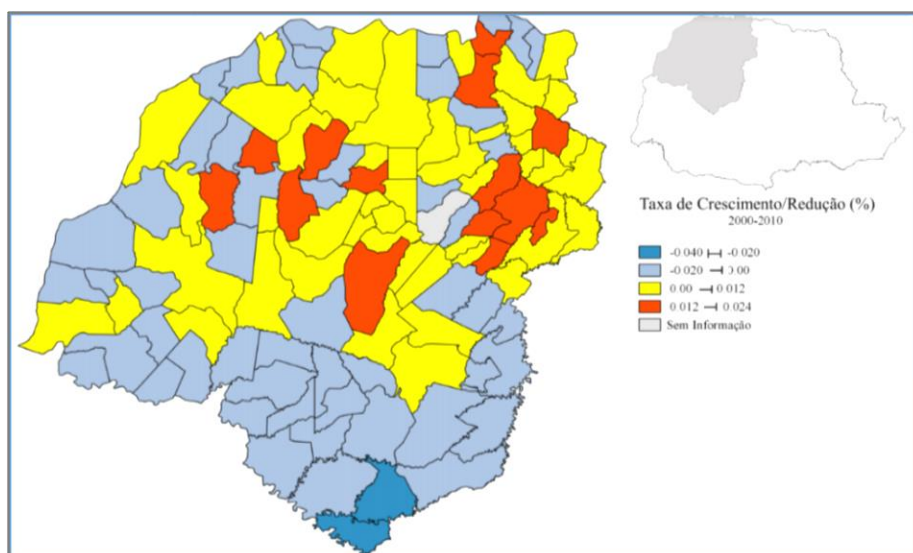


Como se vê predominam as pequenas localidades. Tendo em vista o número relativo ao território nacional como um todo, a composição dessa região deve-se repetir em muitos recortes regionais.

As mudanças econômicas levaram a um amplo êxodo, a princípio do campo para a cidade. Todavia, nem sempre o fluxo de emigrantes foi para a cidade mais próxima e, muitas vezes, nem mesmo para o interior da região. Ainda que tenham crescido as sedes municipais e, sobretudo houve um notável crescimento das principais da cidade da região, ainda assim aconteceu um êxodo regional.

Nesse recorte, aproximadamente metade dos municípios apresentaram declínio demográfico no período representado (Figura 2). Observa-se também que muitas localidades com as mais altas taxas de crescimento estão no entorno de Maringá ou são centros regionais.

Figura 2 – RGInt Maringá. Taxa de crescimento/redução demográfica, 2000-2010.

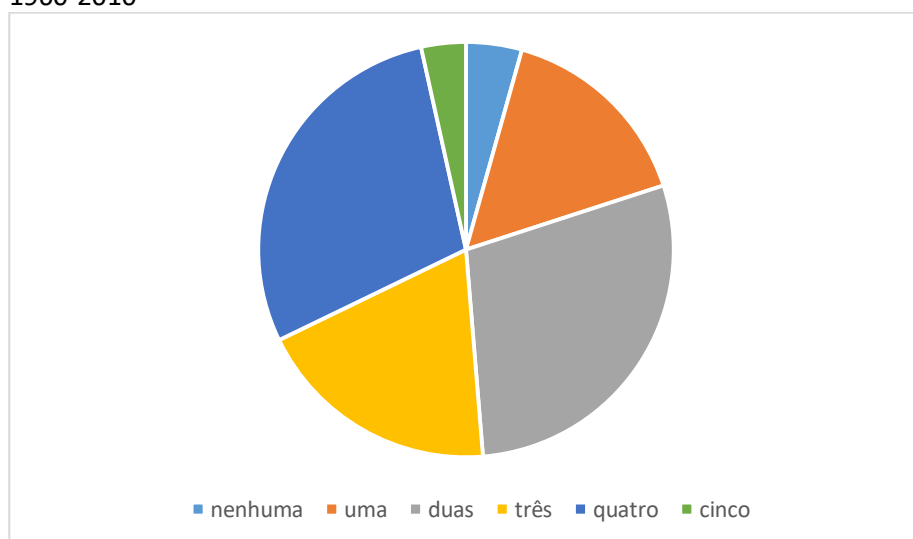


Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

Elaboração: Américo Marques

Em série de mapas produzida anteriormente para a região observamos que, desde a década de 1970, todos os municípios polarizados por pequenos núcleos urbanos, em alguma década, registraram declínio demográfico. A maioria deles em mais de duas décadas (Figura 3).

Figura 3 - RInt Maringá. Municípios com declínio de população (décadas), 1960-2010



Esse processo ainda é realidade em muitos municípios. Em outros a situação foi relativamente revertida. No item a seguir apresentamos alguns exemplos. As explicações para a persistência do fenômeno já têm menos a ver com as transformações no passado do que com as dificuldades de reinserção, especialmente, no sentido de viabilizar a reprodução social da vida nessas localidades. Esse, na nossa

interpretação é o principal desafio ao se pensar o desenvolvimento regional.

É certo que outras localidades, com perfis diferentes, trazem igualmente questões relevantes: tal é o caso das cidades próximas as cidades médias e centros regionais, que, ao contrário, crescem muito demograficamente e sofrem as implicações decorrentes disso, com desafios territoriais e de prestação de serviços a uma população crescente. Do mesmo modo, localidades turísticas merecem atenção por questões peculiares advindas da população oscilante e o caráter sazonal da sua dinâmica econômica, por exemplo.

São diversos os desafios, mas reiteramos que quando problematizamos as pequenas cidades/localidades nosso enfoque recai para as consideradas como não metropolitanas (ainda que as vezes formalmente inseridas em alguma Região Metropolitana), as mais periféricas no sentido da situação geográfica, com maiores dificuldades de reinserção econômica. Para utilizar expressões usuais em outras regiões do mundo, trata-se de uma realidade peculiar ao Paraná profundo. Portanto, pensar os papéis, desenvolvimento e desafios depende de quais localidades enfocamos.

Dados de alguns municípios

Considerando a problematização anterior, escolhemos quatro municípios para apresentar alguns dados demográficos, que podem trazer indicativos das dinâmicas vivenciadas por eles. A escolha não foi

aleatória, como demonstraremos na sequência. Todas as cidades/localidades foram selecionadas entre municípios da Região Intermediária de Maringá: Santa Fé (Tabela 1), Porto Rico (Tabela 2), Mandaguaçu (Tabela 3) e Altamira do Paraná (Tabela 4).

Tabela 1 - Município de Santa Fé. População total, urbana e taxa média anual de crescimento populacional, 1960-2020

Dados por décadas	População Total	População Urbana	Taxa de cresto pop. total (média anual)
1960	12.797	1.756	Sd
1970	11.527	2.948	(0,99%)
1980	9.505	4.936	(1,75%)
1991	8.708	6.452	(0,76%)
2000	8.868	7.271	0,20%
2010	10.432	9.232	1,76%
2020 (estimativa)	12.186	...	1,68

Fonte: Censos demográficos e estimativa populacional 2020.

O município passou por declínio demográfico em três décadas seguidas, revertendo apenas após a década de 1990. Hoje é considerada a Capital da Fotografia com mais de uma centena de empresas voltadas ao segmento, o que teria começado na década de 1980 com as primeiras empresas. Em resumo, de acordo com dados de cadastro da prefeitura em 2014 eram 132 estabelecimentos que de alguma forma, contribuem para prestação de serviços relacionados a serviços fotográficos. As empresas voltam-se, sobretudo, a produtos fotográficos de formatura, com capilaridade nos mais diversos estados brasileiros (FERNANDES, 2015).

Tabela 2 - Município de Porto Rico. População total, urbana e taxa média anual de crescimento populacional, 1960-2020.

Dados por décadas	População Total	População Urbana	Taxa de cresto pop. total (média anual)
1960	Sd	Sd	Sd
1970	6.192	1.025	Sd
1980	5.341	1.181	(1,37%)
1991	3.211	1.495	(3,63%)
2000	2.547	1.638	(2,30%)
2010	2.530	1.764	(0,07%)
2020 (estimativa)	2.556	-	0,01%

Fonte: Censos demográficos e estimativa populacional 2020.

O município de Porto Rico, tem uma sede urbana ainda muito pequena quanto à população. A população total diminuiu significativamente desde a década de 1970, por quatro décadas seguidas e o índice positivo previsto com a estimativa 2020 ainda é insignificante. Contudo, o município tornou-se nas duas últimas décadas uma grande referência turística de segunda residência com sete condomínios, sendo um deles de grande proporção com um *resort* a ele vinculado. Não há registros do volume dessa população oscilante que frequenta o município. De modo geral conta-se mais de 1.500 lotes nos referidos condomínios, só no *Residence Resort* são 900 unidades (ALVES, 2018).

Tabela 3 - Município de Mandaguaçu. População total, urbana e taxa média anual de crescimento populacional, 1960-2020

Dados por décadas	População Total	População Urbana	Taxa de cresto pop. total (média anual)
1960	26.721	3.316	Sd
1970	16.662	4.483	(3,76%)
1980	14.021	7.164	(1,59%)
1991	14.697	11.122	0,44%
2000	16.798	14.091	1,59%
2010	19.781	17.585	1,78%
2020 (estimativa)	23.100	-	1,67%

Fonte: Censos demográficos e estimativa populacional 2020.

O município de Mandaguaçu passou por declínio demográfico em apenas duas décadas e os dados das três últimas décadas demonstram um comportamento populacional contrário, com significativa média anual de crescimento próxima a 2% ao ano. Portanto, esse município que fica a aproximadamente 20 quilômetros de Maringá, vivencia problemas vinculados a esse grande crescimento demográfico que se expressa territorialmente por bairros que ultrapassaram o anel viário que passa no meio da sede urbana, criando uma cidade desarticulada territorialmente, fragmentada e com muitos desafios quanto a gestão (ANTONIAZZI, 2019). De todos os municípios elencados aqui é o que tem maior população, embora ainda assim não tenha recuperado a de 1960, contudo a dinâmica demográfica verificada ocorre pela proximidade a Maringá. Portanto, nesse

município mais do que nos demais mencionados, o papel de moradia da pequena cidade/localidade parece ser fundamental.

Tabela 4 - Município de Altamira. População total, urbana e taxa média anual de crescimento populacional, 1960-2020

Dados por décadas	População Total	População Urbana	Taxa de cresto pop. total (média anual)
1960	Sd	Sd	Sd
1970	Sd	Sd	Sd
1980	Sd	Sd	Sd
1991	7.437	1.821	Sd
2000	6.995	2.119	(0,66%)
2010	4.306	2.135	(3,84%)
2020 (estimativa)	1.682	Sd	(3,96%)

Fonte: Censos demográficos e estimativa populacional 2020.

O município de Altamira apresenta poucas décadas com dados devido a sua emancipação mais recente. Contudo, são impressionantes os índices de declínio demográfico observados. São três décadas, mas o que mais chama a atenção são as taxas altíssimas. No mapa apresentado anteriormente observa-se que esse município está juntamente com Nova Cantú, localizado no sul do recorte regional, em uma área onde o processo de perda de população tem sido mais intenso no que no restante dela. Além da relativa periferação geográfica da área, diferente de outras áreas o relevo da região é considerado mais acidentado, o que dificulta a sua reinserção econômica tendo em vista o campo não propício para a prática da agricultura.

Em conjunto os dados confirmam que a realidade demográfica de perda de população é comum as diversas localidades, em que pese a reversão mais rápida em algumas delas. Pela experiência de análise mais aprofundada realizada antes (ENDLICH, 2009) na qual analisamos municípios com crescimento e com declínio populacional, com o intuito de averiguar o que fazia a diferença entre eles, constatamos que não há explicação simples para as diferenças entre as cidades/localidades bem sucedidas e as estagnadas. Dificilmente existe apenas um fator explicativo, sendo frequente uma soma deles. A menção que realizamos aqui aos dados e a breve explicação apenas mostram a condição diferenciada entre os diversos municípios. Alguns adquirem novos papéis, conseguiram alguma reversão econômica por meio da especialização produtiva, turismo ou reforça papéis não centrais com o crescimento de bairros residenciais com moradores que trabalham em outros municípios. Como se vê, tão diversos quanto o conjunto de pequenas localidades são os fatores a serem considerados para explicar suas respectivas dinâmicas.

Parte do debate necessário é refletir acerca dos alcances socioespaciais das experiências consideradas positivas. Tem sido muito comum, alcances restritos, subempregos oriundos do turismo, bem como das especializações produtivas. Portanto, ainda que conseguindo recuperar um mínimo de crescimento demográfico, algumas das experiências regionais sinalizadas não podem ser exatamente consideradas exatamente um êxito social.

O que sim, é certo, é que analisar a realidade concreta desafia as recomendações de manuais de desenvolvimento. Mais do que a tradição de uma área em produzir determinada coisa (saber fazer) parece mais significativo o saber adaptar-se as oscilações trazidas pelo mercado. Quanto mais tarda uma localidade a encontrar alternativas em substituição a economia anterior, mais difícil vai ser a reversão. Este parece ser o caso de Altamira do Paraná, em comparação aos demais municípios citados.

E do que falamos quando pautamos o desenvolvimento regional?

Se a leitura das peculiaridades da região, passa por questionar-se acerca de como o capital se reproduziu nela e com base em que atributos, pensar o desenvolvimento regional deve ter isso em conta. A interpretação das particularidades da região, baseada na busca da formação socioespacial, no caso do setentrião Paranaense, nos mostra a relevância na sua história da viabilidade dos pequenos estabelecimentos agropecuários da cafeicultura na região, a intensidade de uso do trabalho que gerava emprego e renda, tal como mencionamos anteriormente. Na referida região encontramos as seguintes particularidades: a) formação de um complexo cafeeiro capitalista e externalidades urbanas geradas; b) novas condições de produção do café; c) atuação planejada de companhias colonizadoras; d) a constituição de uma densa rede urbana com muitas pequenas cidades/localidades (ENDLICH, 2009).

Os desafios advindos das transformações estão relacionados a:

a) parte da região adotar uma agricultura modernizada que priorizou o capital e a tecnologia, mas que não absorveu as pessoas, dispensando grande volume de trabalhadores e inviabilizando a pequena produção; b) outra parte da região, com solo e relevo não apropriado para a adoção do modelo sinalizado, busca alternativas para o seu desenvolvimento apresentando uma diversidade de iniciativas, ganhando destaque contudo a pecuária extensiva e a indústria sucroalcooleira; c) as pequenas localidades, ainda que territorialmente maiores não conseguem manter a centralidade de antes, que diluiu-se com o declínio demográfico e a reestruturação do comércio e serviços que se concentram nos centros regionais. Em comum, as pequenas localidades têm os desafios de: a) gerar emprego e renda de modo suficiente, em especial quando se considera aspectos qualitativos das oportunidades geradas, que dificilmente abarcam pessoas com níveis de formação profissional mais elevados, o que poderia promover uma média de renda mais elevada; b) mesmo em contexto de declínio conseguir manter serviços e equipamentos públicos, o que tem sido suprido em algumas áreas com algumas experiências de cooperação intermunicipal; c) tornar-se espaços bem articulados para que seus moradores não fiquem a margem da produção tecnológica e cultural existente.

O desenvolvimento regional precisa abarcar desafios afins a pequenas cidades/localidades e suas respectivas sociedades. Não

fazer isso é não contemplar a região em sua complexidade. Existem interesses outros que se escondem sob o rótulo de desenvolvimento regional, por isso é fundamental não perder de vista os objetivos concretos. Mais do que desafios sociais, são esses desafios socioespaciais, vinculados a determinados espaços. No item a seguir retomamos essas ideias.

Desafios socioespaciais de pequenas cidades/localidades periféricas/não metropolitanas

As pequenas cidades/localidades periféricas são as que possuem maior dificuldade em manter a sua população. No contexto de centralização política e concentração econômica, criar condições para que a população permaneça em áreas mais dispersas e não metropolitanas tem sido um forte desafio, não apenas no Brasil, mas no mundo. Interlocutores diversos demonstram essa realidade, como nos Estados Unidos (WUTHNOW, 2013), na Austrália (COLLITS, 2020), por exemplo. No caso da Espanha, há inclusive uma produção literária e do cinema que contempla essa questão. Na Argentina, o tema dos *pueblos* que desaparecem são também bastante pautados (BENITEZ, 2008 e TETAMANTI, 2008). É preciso que seja possível reproduzir a vida nas pequenas cidades/localidades.

Na região que estudamos, atualmente delimitada como a Região Intermediária de Maringá, podemos assinalar três desafios

significativos, elencados pela sequência que compreendemos ser de prioridade:

- ✓ Reinserção econômica, mas não apenas em busca de melhorar os números e alguns negócios, mas que a economia adotada seja socialmente inclusiva, capaz de gerar oportunidades de emprego e renda. Sem isso, a reprodução social da vida nas localidades será cada vez mais inviável, o que reforçará a tendência socioespacial existente de espacialidades em esvaziamento que nutrem, por sua vez, o processo de concentração da população. Não se deve esquecer, que isso ocorre com todas as contradições que tem sido pautadas por quem estuda áreas metropolitanas em especial, as periferias pobres, bem como por quem estuda o crescimento de cidades médias com processos similares. Mais do que pensar no âmbito da região é preciso um olhar para o território como um todo e as dinâmicas socioespaciais existentes, para compreender que a não ação sobre áreas em esvaziamento tornarão intermináveis os dilemas das áreas de concentração espacial.
- ✓ O acesso a serviços e equipamentos públicos tem um papel fundamental, ao lado do exposto no item anterior. O que se observa é cada vez mais uma rarefação da presença desses elementos nas áreas dispersas – fecharam hospitais, escolas e delegacias, por exemplo. Viabilizar a vida nas pequenas localidades mais dispersas territorialmente implica em pensar um suprimento mínimo dos serviços e equipamentos públicos. Escrevemos em

momentos anteriores de como as cooperações intermunicipais nas suas diversas formalizações como entidades podem contribuir nesse sentido (ENDLICH, 2017 e ENDLICH, 2018). Mencionamos aqui os serviços e equipamentos públicos, porque o terciário privado tende a obedecer a lógica de mercado e não há muito o que fazer politicamente. Parece haver uma tendência de que o comércio de pequenas localidades se aproxime cada vez mais ao de comércio de conveniência. As compras mais volumosas têm sido realizadas em grandes superfícies comerciais. Nesse debate é fundamental lembrar Rochefort (1998) quando assinala que a lógica do terciário público deve ser diferente do terciário privado. Por mais que a compartimentação da economia em setores primários, secundários e terciários seja insuficiente atualmente, mencionamos nesses termos para fazer referência a essa notável contribuição do referido autor, que não deve ser esquecida, em tempos de exaltação da privatização.

- ✓ Conectividade e mobilidade, tanto em relação a redes tradicionais de transportes e comunicações, como as redes virtuais. Elemento fundamental para articular a vida local a lógicas econômicas, políticas e culturais em âmbito regional e nacional. Deste modo, entre as localidades consideradas periféricas geograficamente, atenua-se as implicações de tal situação geográfica. Contudo, observa-se que é bastante frequente a precariedade nessas articulações. Não é raro as pequenas localidades periféricas terem

dificuldades com o suprimento desse serviço. No caso da Argentina, inclusive tem se formado cooperativas municipais para suprir essa necessidade, pois pela lógica do mercado elas não trazem o retorno financeiro suficiente para serem atendidas (ELGUE, 1999).

Redefinição dos papéis das pequenas cidades

Terminamos refletindo acerca dos papéis das pequenas cidades/localidades tendo em vista os processos e reinserções contemporâneas. Podemos afirmar que houve uma perda significativa de centralidade, o que afeta o clássico papel de localidades centrais. Diante dos processos mais recentes podem ser reconhecidos os seguintes papéis:

- ✓ Suportes logísticos da produção primária, com a infraestrutura comercial, prestação de serviços, de financiamento, recepção e processamento de produção para um amplo mercado de alcance nacional e internacional. Basta percorrer vias regionais para perceber como edifícios e infraestrutura relacionada a esse papel destaca-se na paisagem.
- ✓ Locais de produção industrial – estão em pequenas cidades/localidades, inclusive em territórios de distritos municipais grandes plantas industriais. Predominam as plantas agroindustriais, frigoríficos, laticínios e do setor sucroalcooleiro, ainda que existam outros registros. setores considerados

tradicionais – grandes plantas agroindustriais, mas também locais de especializações produtivas. São atividades industriais demandadoras de ampla área tanto para a própria planta industrial, como para a produção da matéria-prima que no seu entorno que, em geral, abrange extensa área extrapolando limites municipais e se configurando frequentemente com alcances microrregionais. Impera nesta realidade a lógica industrial de forma ampla (SANTOS, 1996), para muito além das plantas industriais, a lógica que abarca extensos cultivos na região. Além dessas atividades industriais, diversos municípios tiveram uma reinserção econômica por meio das especializações produtivas, que indicaremos na sequência.

- ✓ Espaços marcados pelas especializações produtivas. Quando isso acontece a imagem da cidade/localidade passa a ser vinculada aos ícones dessa referência econômica. As especializações produtivas, embora muito comum entre as atividades industriais, tem se estendido a especializações produtivas primárias e a especializações produtivas terciárias. Mencionamos um exemplo de cada uma dessas no âmbito da Região Intermediária de Maringá: Loanda, capital dos metais sanitários; Marialva, capital da uva fina de mesa e Santa Fé, capital da fotografia.
- ✓ Espaços turísticos, embora nem sempre as atividades estejam situadas na sede urbana, especialmente quando se trata de resorts, mas também quando se trata de turismo de segunda

residência. Nesse caso, é um papel definido na escala do município polarizado pela pequena cidade/localidade.

- ✓ Locais de moradias, papéis não vinculados diretamente a economia, têm se mostrado muito relevante entre as pequenas cidades/localidades. Esse papel está relacionado ao custo da moradia mais acessível e também aos vínculos afetivos existentes com a localidade, amigos e familiares.

Considerações finais

Pequenas cidades/localidades são muitas e variadas, nunca é demais lembrar. Pensar o desenvolvimento regional pautando as pequenas cidades/localidades demanda considerar esse universo que representa o grande conjunto delas. Para elas, análises do contexto regional, talvez seja mais imprescindível do que outros espaços. Os seus papéis, de modo geral, estão profundamente relacionados à dinâmica regional.

Assim, considerando esse grande conjunto em cada região, se as motivações/objetivos com o rótulo de “desenvolvimento regional” não pauta os desafios socioespaciais a partir delas, então não diz respeito concretamente a região. Como lembramos no texto, sob esse rótulo podem estar interesses bem distanciados em termos de propósitos.

Embora se escondam muitos interesses diferenciados atrás do rótulo desenvolvimento regional, no âmbito da problematização no

campo das Ciências Humanas e Sociais ele não faz sentido se não tem foco humano e social, observadas as questões ambientais. No caso da problematização trazida anteriormente, o desafio é manter pequenas cidades/localidades como espaços onde seja possível reproduzir a vida, o que parece não estar acontecendo frente ao contínuo processo de declínio demográfico, ainda persistente em muitas cidades/localidades e ao precário acolhimento dos novos cidadãos nas demais cidades que acolheram parte desse fluxo.

Ao problematizarmos o declínio demográfico não partilhamos do entendimento de que as cidades/localidades precisam crescer e tornar-se maiores. O que estranhamos é a impossibilidade da reprodução da vida revelada pelos intensos fluxos de saída de população. Decrescer demograficamente demonstra, em grande parte, a necessidade de migrar para subsistir.

Por fim, não podemos deixar de lembrar mediante essas reflexões dos novos papéis e significados das pequenas localidades, uma vez mais, que o debate da conceituação/definição é contínuo. Com as modificações vivenciadas nos papéis das pequenas cidades no período atual, caberia ponderar se os níveis de centralidade devem permanecer como critérios para definirmos o limiar entre cidade e não cidade, tendo em vista os novos papéis e o declínio da centralidade, de modo geral. Com essa questão em aberto terminamos esse texto. O debate deve prosseguir.

Referências

ALVES, Larissa. Matos. **O turismo e suas implicações em municípios de pequeno porte demográfico da região noroeste do Paraná**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

ANTONIAZZI, João Renato. A inteligência geográfica no setor público: o caso de Mandaguacu-PR. *In*: Francieli Santana Marcatto; Taís Pires de Oliveira; Estevão Pastori Garbin; Angela Maria Endlich (Org.). **Construindo o saber geográfico: 20 anos PGE UEM**. 1ed. Maringá: PGE, 2019, p. 24-59.

BENITEZ, Marcela. Pequeñas localidades y vaciamiento demográfico: desafíos y oportunidades *In*: ENDLICH, A. M.; ROCHA, Marcio Mendes. **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009, p.69-92.

TETAMANTI, Juan Manuel. Pequeñas localidades. ¿camino hacia la entropía? *In*: ENDLICH, A. M.; ROCHA, Marcio Mendes. **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009, p.117-131.

COLLITS, Paul. **Small Town Decline and Survival: Trends, Success Factors and Policy Issues**. <http://www.regional.org.au/au/countrytowns/global/collits.htm>. Acesso em 06.02.2020.

COTE, M. La petite ville et sa place dans le developpement algerien. *In*: CENTRE D'ETUDES ET DE RECHERCHES URBAMA, **Petites Villes et Villes Moyennes dans le Monde Árabe**, Tours, 1986. 2t. (Urbanisation du Monde Árabe, n. 17), p.699-716.

DESMARAI, R. Considération sur les notions de petiteville et de villemoyenne. **Cahiers de Géographiedu Québec**, Saint-Foy (Quebec) v. 28, n.75, p. 355-364, dez.1984.

ELGUE, Mario César (Org.). **Globalización, desarrollo local y redes asociativas**. Buenos Aires: Corrigidor, 1999. 317p.

ENDLICH, A. M.. **Cooperações intermunicipais: alguns aportes**. Maringá: PGE, 2017. v. 1. 139 p.

_____. **Cooperações intermunicipais em áreas não-metropolitanas**. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 23, p. 95-116, 2018.

_____. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. Editora UNESP, 2009.

_____. Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades. In: BOVO, M.C.; COSTA, **Estudos Urbanos**. Campo Mourão: Editora Unespar, 2017, p.33-53.

FERNANDES, F. C. **Especialização econômica de pequenas localidades - Santa Fé como a capital da fotografia**. 2015. TCC (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**. Número especial, p.75-81, 2010.

LABORIE; J.P.; et all. **Dynamismes locaux et aménagement du territoire** : comparaisons européennes. Paris :La documentation française, 1979, 157p.

ROCHEFORT, M. **Redes e Sistemas: ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo:

Hucitec, 1998, 174p.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, E. S.; JURADO, P. F. da S. **Cidades pequenas**: Perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2013. 148 p.

WUTHNOW, Roberto. **Small-Town America**: Finding Community, Shaping the Future. Princeton University Press. 2013.

A produção e transformação urbana da pequena cidade: um estudo sobre o espaço de Nova Esperança do Sul

Claudio Raimundo de Bastos Brasil¹⁰

Introdução

Tem-se percebido nas últimas décadas um interesse por parte do mundo acadêmico em relação aos estudos voltados ao espaço urbano, sendo que muitos desses buscam apontar as diversas dinâmicas existentes nesses locais, bem como identificar os modos de vida e até mesmo quantificar as diversas mazelas que acompanham o crescimento, as vezes desordenado, das cidades brasileiras.

Alguns desses estudos estão voltados às pequenas cidades¹¹, muitas dessas com menos de 50 mil habitantes, que mesmo ainda não possuindo um conceito e classificação definitivos de fato, tem sua importância social e econômica, e por isso necessitam serem analisadas de forma técnica e com bastante cautela, dada sua importância local e regional, (BACELAR, 2008).

¹⁰ Mestre em Desenvolvimento Rural, PGDR/UFRGS. E-mail: claudio.brasil@iffarroupilha.edu.br

¹¹ Segundo classificação do IBGE, são consideradas pequenas cidades aquelas com população inferior a 100 mil habitantes e que entre outros critérios deve-se considerar seu papel em termos regionais, bem como sua centralidade na rede urbana.

Ademais, a população presente em uma pequena cidade produz e transforma o espaço urbano existente de acordo com os seus ideais e objetivos, sejam eles sociais ou econômicos. Aliado a isso, as organizações, públicas ou privadas, também corroboram para essa produção e conseqüente a transformação desse espaço na área urbana (MANFIO, 2019).

O fato é que, a transformação da paisagem urbana traz conseqüências não apenas para a segurança dos cidadãos, mas, também nos seus hábitos e trajetos diários, no uso dos espaços públicos e comuns, como é o caso das ruas e parques, (CALDEIRA, 2000).

Dito isto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a produção e transformação do espaço urbano da pequena cidade de Nova Esperança do Sul, localizada na região centro-oeste do Rio Grande do Sul, Brasil, buscando entender as transformações urbanas causadas pela agricultura e principalmente pelas empresas do setor coureiro calçadista localizadas na cidade.

Para a realização do presente trabalho, utilizou-se um estudo bibliográfico, a fim de melhor entender e compreender os conceitos relacionados e debatidos no artigo, quais sejam: pequenas cidades, produção do espaço e transformação urbana. Em relação aos aportes teóricos utilizados, dão os subsídios os trabalhos de Bacelar (2008), Carlos (1992), Corrêa (1995), Manfio (2015, 2019), Santos (1985), Souza (2008), entre outros. E para retratar a história e colonização da

cidade buscou-se informações em Vielmo e Vielmo (2010)¹², sobre o espaço urbano de Nova Esperança e sua transformação através do setor coureiro calçadista utilizou-se dados dos *sites* da Prefeitura Municipal, IBGE e os trabalhos de Deponti (2002, 2007) e Brasil (2016, 2020).

Produção e Transformação do espaço na pequena cidade

Mesmo sendo minoria em termos populacionais as pequenas cidades são e representam a grande maioria das cidades do país, possuindo assim enormes particularidades e complexidades que juntas abarcam muitas das transformações econômicas, sociais e territoriais na atualidade.

Dessa forma, o olhar para a produção e transformação do espaço nessas cidades também deve ser uma prioridade para os estudos acadêmicos, sejam eles no âmbito da geografia, das ciências sociais ou e qualquer outra área do conhecimento.

Carlos (1992) acredita que a cidade é um modo de viver, de pensar, mas também de sentir, pois para o autor o modo de vida urbano é que gera os comportamentos, valores e até mesmo a cultura local. O que corrobora com as palavras de Manfio (2019, pag. 05) quando a autora cita que:

¹² A obra intitulada **Nova Esperança do Sul – um relato histórico (2010)** de Vielmo D. A. e Vielmo H. A., conta a história do município desde a sua colonização até os dias atuais.

[...] a cidade é o concreto, mas também o invisível, nas quais se processam os sentimentos e o cotidiano da vida (as relações de moradia, trabalho e lazer). Ela é regida pelo tempo, ou seja, pela rapidez dos acontecimentos, fenômenos e construções.

A verdade é que através dos diversos atores econômicos e sociais acontece a forma de produção do espaço nas cidades. Pois, são esses atores que possuem histórias, desejos, crenças e desenvolvem seus modos de vida nesse espaço urbano. Santos (1985) já indicava essa mesma ideia quando citava que as formas de produção do espaço com suas mais diversas atividades também apontavam para a gestão administrativa do lugar.

Tais afirmações vão ao encontro das palavras de Souza (2008, pg.28):

A cidade é um centro de gestão do território não apenas enquanto sede de empresas (privadas e estatais), mas também enquanto sede do poder religioso e político. Além do mais, uma cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham; uma cidade é um local onde pessoas se organizam e integram com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidades e interesse, menos ou mais definidos territorialmente na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar.

O fato que cada cidade possui sua complexidade, mas cada uma exerce um papel importante e fundamental na conjuntura econômica, social e territorial onde quer que esteja inserida. Porém, é a construção do espaço urbano que irá definir as particularidades de cada uma dessas cidades, (MANFIO, 2019).

Os trabalhos anteriores de Silva (2006), Lefebvre (2000) e Santos (1997) seguem a mesma lógica, quando esses autores indicam que a produção do espaço urbano precisa compreender a sociedade que a produz, o espaço social e alteram processos e incitam funções que criam novas formas, respectivamente.

Toda essa complexidade de ideias reforçam o pensamento de Mondardo (2009, pg. 58) quando esse autor indica:

A produção do espaço urbano é constituída por inúmeros fatores que se processam no modo de produção capitalista. São aqueles que se relacionam e que atribuem singularidades às formas-conteúdos urbanas. São movimentos de pessoas, são movimentos de objetos, são ações e objetos, são relações entre pessoas em movimento, sujeitos que se movimentam para o trabalho, lazer, consumo dentre outros. A produção do espaço urbano é, portanto, composta por um amálgama de relações solidárias e contraditórias entre pessoas e objetos.

Neste sentido, nas cidades pequenas temos visto processos de reestruturação social, econômica e espacial, muito em função de mudanças nos usos e costumes, nas funções e ocupações, mas,

principalmente nas formas de ocupar o espaço e no deslocamento dessas pessoas.

Enfim, compreender a produção do espaço exige conhecer a história e as relações sociais de cada cidade, haja vista, que a produção está constantemente em movimento, moldando-se conforme os interesses econômicos, sociais e territoriais, ou seja, alterando-se de tempo em tempo, (MANFIO, 2019).

Os Aportes Históricos, Geográficos e Econômicos do Município de Nova Esperança do Sul - RS

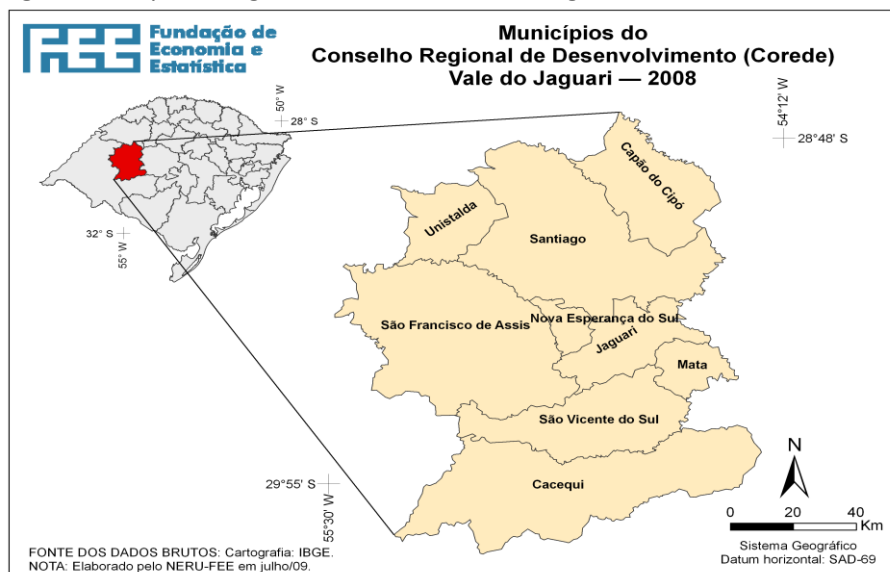
A pequena cidade de Nova Esperança do Sul localiza-se na região centro oeste do Rio Grande do Sul e pertence ao COREDE Vale do Jaguari¹³ que é composto ainda pelos municípios de Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

A região possui uma área total de 11.254,1 km², onde destacam-se a produção de soja e a pecuária de corte, porém produtos oriundos da agricultura familiar como o arroz, leite, uva, fumo, aves, suínos, olericulturas, entre outras, também possuem importância para a economia local. No mesmo período, a região contava com aproximadamente 117.500 habitantes, possuindo um PIB per capita de R\$ 18.862,00 e com exportações na ordem de U\$ 61.563.266, BRASIL (2016)

¹³ Os trabalhos de Anése (2009), Perlin (2011) e Uberti (2012), identificam o descobrimento e caracterizam o processo de desenvolvimento da região do Vale do Jaguari/RS.

O Vale do Jaguari está inserido em uma região tida com atrasada do ponto de vista econômico, social e cultural, trata-se da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul. Conforme dados apresentados em Nova Esperança do Sul durante o Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul, ocorrido em 02 de outubro de 2002, a Metade Sul apresenta algumas características bastante particulares em relação a parte Norte do Estado, tais como: perda do dinamismo da economia regional (redução do PIB industrial), economia baseada principalmente no setor primário, baixa capacidade de absorção e retenção de mão-de-obra, gerando êxodo rural e migração regional, dificuldade histórica de articulação coletiva, entre outras, (DEPONTI, 2002).

Figura 1: Mapa da região do COREDE Vale do Jaguari



Fonte: BRASIL (2016)

Atualmente, um bom exemplo de transformação no espaço urbano, além da busca pela pluriatividade¹⁴ na região, acontece em Nova Esperança do Sul, município de típica colonização italiana, que atualmente é um grande produtor e exportador do setor coureiro calçadista, mesmo estando geograficamente afastado da região do Vale dos Sinos¹⁵.

Nova Esperança do Sul está localizado entre as coordenadas geográficas 54° 49` 50" S e 29° 24` 24" W. (figura 2). Limita-se ao Norte com o município de Santiago, ao Sul com São Francisco de Assis e Jaguari, a Leste com Jaguari e a Oeste com São Francisco de Assis. Sua altitude é de 320 metros e extensão territorial de 191 km². Encontra-se distante 440 km de Porto Alegre a capital do Estado e 138 km de Santa Maria/RS, sendo que o acesso ao município ocorre através da rodovia BR 287 e VRS 325, bem como a RS 377.

¹⁴ Trabalhos sobre a temática da pluriatividade na agricultura familiar podem ser melhor conhecidos nas obras de Brasil (2016), MJ Carneiro (2002), FS Anjos (2006), Schneider (2003, 2006), entre outros.

¹⁵ A região do Vale do Sinos é conhecida como um polo do setor coureiro-calçadista no Rio Grande do Sul e os trabalhos de Schneider (1999) e Fialho (2000) mostram pesquisas na região sobre a pluriatividade nesse setor e apresentam as chamadas rendas não-agrícolas, respectivamente,.

Figura 2: Localização do município de Nova Esperança do Sul



Fonte: Prefeitura Municipal (2016)

No que diz respeito à colonização do local, os primeiros imigrantes chegaram à localidade em 1860 e, surpresos pela semelhança topográfica com a sua terra de origem, batizaram-na de Nova Milano. Ao chegarem, foram abrindo clareiras, plantando os produtos básicos para a subsistência como o feijão, o trigo e o milho. Ao prepararem a terra para o cultivo, encontraram urnas, pratos, castiçais e outros utensílios usados por indígenas, o que indica a presença, no local, desses habitantes no passado, (IBGE, 2015).

A maioria das cidades da região foi colonizada por imigrantes italianos vindos da Quarta Colônia no centro do estado. De acordo com a Prefeitura Municipal (2021):

As primeiras famílias que aqui se estabeleceram vieram de Silveira Martins, sendo que muitas

diretamente da Itália. Entre as primeiras podemos citar: Giorda, Nicola, Angonese, Guerin, Frizzo, Santini, Cogo, Manzoni, Deponti, Sudati, Vielmo, Dri, Scalon, Brum, Guasso, Flório, Lovato, Poza, Tusi, Poletto, Salbego, Marchi, Gindri, Fontana, Possa, Disconzi, Lavarda, Ferrari, entre muitas outras. Estabeleceram-se com o comércio de ferraria, serraria, curtume, selaria, entre outros. As mercadorias, eram vendidas basicamente para as famílias locais, algumas muitas vezes exportadas, eram trocadas por produtos de primeira necessidade na colonização.

No ano de 1900, a localidade já integrava o 4º distrito do município de São Francisco de Assis, sendo que as terras que hoje separam os municípios limítrofes de Jaguari, Santiago e São Francisco de Assis foram doadas à Mitra Diocesana de Santa Maria que mandou construir uma paróquia no local. À mesma época foi criada a Sociedade Comercial e Industrial São José que, entre outras atividades afins, intermediava e vendia glebas de terra às famílias de imigrantes que já residiam no local. Em 1905, já com o passar do tempo e pelo fato de trazerem consigo a esperança de um futuro promissor, os moradores denominaram a localidade Nova Esperança.

Em 1920, com a emancipação da cidade de Jaguari, que se desmembrou do hoje município de São Vicente do Sul, antiga cidade de General Vargas, anexando partes dos municípios de Santiago e São Francisco de Assis, Nova Esperança passou a integrar o novo município de Jaguari como seu 2º distrito e a então sede do povoado foi elevada à categoria de vila.

Por volta de 1930, a localidade ainda andava a passos lentos, mas seus habitantes buscavam incrementar a economia e melhorar a vida no local, apesar das dificuldades enormes que existiam. As estradas praticamente não existiam, por isso as poucas da época eram feitas pelos próprios colonos, sendo abertas a pá e a picão. E o transporte eram o cavalo e a carreta puxada a boi. Derrubava-se a capoeira (mato) a machado ou facão, queimava-se o mesmo e a terra era preparada com arado puxado a boi, guiado pelo colono. O pouco que se plantava era de forma manual, assim como a colheita, que muitas vezes era feita a foice. A criação era escassa, basicamente de suínos e aves. Pela falta de energia da época, quando carneado algum animal, cortava-se os pedaços, que primeiramente eram fritos e só depois guardados na banha para conservarem-se por mais tempo.

No mesmo período, além do curtimento quase artesanal de couros e peles o ramo industrial trabalhava com a fabricação de botas, chinelos, tamancos de couro e alguns artigos de selaria. Parte da produção da indústria já era direcionada para a fronteira do Estado, mais precisamente para Itaqui e Uruguaiana. Foi neste período que surgiram os primeiros carreteiros do local, viajantes que desbravavam os campos e poucas estradas da região.

Entre 1940 e 1950, um produto começa despontar na agricultura local a ponto de incrementar a economia local e regional, o fumo em corda. Por muito tempo, esse produto foi considerado o carro-chefe da agricultura, mesmo dando muito trabalho, afinal o

fumo em corda necessitava de cuidado o ano todo. A produção e colheita seguia os padrões da época, sendo que parte do produto era levado pelos carreteiros para a fronteira para ser vendido, mas, muitas vezes também era trocado por mercadorias como alimentos e tecidos. Porém, a maior fatia da produção de fumo em corda era entregue num armazém local que posteriormente o transportava de carreta até a localidade do Curuçú onde existia uma estação férrea, que posteriormente levava o produto de trem para que fosse exportado para o Uruguai.

Um segundo produto que teve significativo valor de mercado para a agricultura da época foi a linhaça, também conhecido popularmente na região por linho. Esse era produzido nos meses mais frios do ano, entre junho e julho, e era colhido no verão entre outubro e dezembro, tudo feito manualmente. A linhaça tinha suas sementes vendidas para um representante local que repassa o produto para a indústria, que posteriormente a transformava em óleo. A linhaça era considerada destruidora da terra, por isso o plantio deste produto era feito em determinado local somente durante 2 ou 3 anos e depois procurava-se outra terra para transformar em lavoura. E isso acontecia porque nesta época, a região ainda não conhecia nenhum tipo de adubo ou defensivo agrícola, (BRASIL, 2016).

Cabe destacar que na época, tanto o fumo em corda quanto à linhaça, eram produzidos em pequenas áreas, pois não existiam grandes propriedades, sendo a mão de obra basicamente familiar,

ocorrendo seguidamente no período de colheita, mutirões entre os vizinhos para que um ajudasse o outro.

Em relação ao gado, eram poucos os rebanhos existentes na localidade, pois o campo era considerado impróprio, ou seja, não existia pastagem apropriada para a criação. Raramente se abatia um animal, mas quando isso acontecia o agricultor dono do animal sacrificado dividia a carne do mesmo com os vizinhos e familiares mais próximos. E esses faziam o mesmo quando chegava sua vez de carnearem. Já as vacas de leite produziam basicamente para o consumo familiar e a produção de queijo e doces. Os produtos básicos de subsistência como feijão preto, trigo e milho tinham seus excedentes de produção vendidos para a população local e regional.

Em 1947, surge no curtume, a segunda geração de empreendedores que fundam a empresa Irmãos Frizzo e Cia Ltda, agora mais especializada no curtimento de couros e na fabricação de botas gaúchas. Porém, ainda mais forte na fabricação cintos, guaiacas e artigos de selaria e montaria, além da venda de indumentaria gaúcha, a popular pilcha. Nesse mesmo período, aconteceu o primeiro reflorestamento de acácia negra que se tem notícia na cidade. Na época o produto tinha sua casca utilizada para a produção de tanino (tinta) e sola, já a lenha servia para abastecer a caldeira da empresa.

Na agricultura o período entre 1960 e 1970 marca o surgimento dos primeiros tratores no local, usados principalmente para limpar e preparar a terra, apesar disso o plantio de fumo e linhaça

encontravam-se em decadência, sendo que em algumas propriedades a última safra ocorreu em 1974.

A época mesmo sendo distrito de Jaguari os produtores do local já se organizavam conjuntamente como cita Brasil (2016, pg. 69):

Com o cooperativismo em ascensão no Estado, cria-se a primeira cooperativa local, que basicamente servia para receber e armazenar os principais produtos da época. Alimentos como o milho e o trigo, que até então eram moídos manualmente num pilão ou fora de Nova Esperança, passam a ser moídos na própria localidade que nessa época já contava com alguns moinhos. Surgem também os primeiros veículos automotores da localidade e o transporte desses produtos que até então era feito por carretas passa a ser feito por caminhões.

No mesmo período surgem as primeiras sementes de soja, oriundas da região norte do Estado. Alguns produtores na época receberam as primeiras sementes gratuitamente, sendo que essas vinham acompanhadas de adubo, até então desconhecido, mas que era pago após a colheita. Nas primeiras safras do produto, o preparo do solo ainda era feito a tração animal e o plantio e a colheita realizados manualmente.

Com o advento da soja, surgem as primeiras experiências de plantios feitos de modo consorciado. Desta forma a soja era plantada no “tarde” e o milho no “cedo”, ou seja, tão logo o milho estava pronto e era colhido a terra era liberada para ser plantada a soja. O pacote

tecnológico¹⁶ adotado com a soja, trouxe junto os primeiros defensivos agrícolas, esses em pó e utilizados para o combate de lagartas e percevejo. Mais tarde chegaram outros a base de trifluralina, usados para eliminar plantas e ervas daninhas. Também se dá início de maneira modesta ao processo de mecanização da agricultura, com as primeiras plantadeiras, usadas exclusivamente em terra arada.

Esse é um período em que Nova Esperança desponta no cenário econômico da região centro do Estado, principalmente pelo sucesso dos produtos e artigos do setor coureiro-calçadista, pois é uma época em que a história e cultura tradicionalista e rio grandense estão em evidência, ganhando *status* em nível nacional, aumentando as vendas e fazendo com que os empresários do ramo visualizem novos mercados.

A partir dos anos 80 a agricultura local encontra-se mais bem estruturada, com o incremento de outros produtos como o arroz, uva, fumo, pastagem, cana, entre outros. Surgem os primeiros rebanhos de ovinos e caprinos, dá-se início a piscicultura e a criação de bovinos de corte e leite, ou seja, os produtores estão mais profissionalizados e com isso passam a ser atendidos por funcionários da Emater de Jaguari.

¹⁶Esse processo de modernização da agricultura ficou conhecido como **Revolução Verde** e foi um programa incentivado pelo EUA, que teve como objetivo o aumento da produção agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes e insumos, fertilização do solo e utilização intensa de máquinas e implementos visando o aumento significativo da produtividade.

Nesse período, o curtume dá origem a “fábrica de calçados” e ambos passavam por profunda transformação com aquisição de novos representantes comerciais e a expectativa de inserção nos maiores mercados do Brasil: o Vale dos Sinos e a cidade de Franca no estado de São Paulo. É definido um novo organograma, a mão de obra da indústria passa a ser ainda mais especializada e são contratados técnicos tanto para o curtume quanto para a fábrica de calçados.

A tão sonhada emancipação de Nova Esperança ocorreu em 13 de abril de 1988, quando foi criado o Município de Nova Esperança do Sul através da Lei Estadual nº 8.559, o que fez com que o município adentrasse os anos 90 e se mantivesse até os dias de hoje bem mais bem estruturado. Esta afirmação pode ser comprovada pela realização de diversas ações, programas e projetos, tais como: a implantação do escritório local da Emater, criação da Secretaria Municipal de Agricultura, melhoramento genético do rebanho bovino, criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; introdução do plantio direto no município, aquisição de máquinas e equipamentos para a patrulha agrícola municipal, aquisição e distribuição de calcário para melhoria do solo, facilidade de acesso a políticas públicas como PRONAF, PNAE e Mais Alimentos, criação da Feira do Produtor, incentivo a implantação de agroindústrias familiares, criação de casas populares (a maioria para os trabalhadores das indústrias) em bairros periféricos da cidade, entre outros.

Atualmente, os principais produtos produzidos em Nova

Esperança do Sul são a soja, bovinos (corte e leite), fumo, milho e arroz. Existem 466 estabelecimentos rurais no município, sendo que destes 81,75% são considerados agricultores familiares, pois suas propriedades limitam-se em até 88 hectares, ou seja, 4 módulos rurais. Destes, 102 produtores realizaram 114 projetos na linha do Pronaf Mais Alimentos, no ano de 2014, obtendo recursos num total de R\$ 3.156.605,38, (BRASIL, 2016).

A produção e transformação do espaço urbano de Nova Esperança do Sul – RS, através do setor coureiro calçadista

Como veremos no decorrer do trabalho, as questões históricas, geográficas e econômicas do município foram importantes na produção do espaço urbano de Nova Esperança do Sul.

Durante o censo de 2010 a população era de 4.671 pessoas, já em 2020 a cidade teve uma população estimada de 5.410 habitantes. Ainda em 2010, dos municípios pertencentes a região, Nova Esperança do Sul teve o maior acréscimo de população urbana, com incremento de 29%, seguido pelos municípios de São Vicente do Sul (11,1%) e Unistalda (10,1%). Já em relação à população rural, todos os municípios apresentaram redução, com destaque para Santiago (-38,8%), Cacequi (-24,9%), São Francisco de Assis (-18,7%) e Mata (-18,2%).

Figura 3 Percentual da população por domicílio (2010)

Município	Urbana	Rural
Cacequi	87,4%	12,6%
Capão do Cipó	16,7%	83,3%
Jaguari	56,9%	43,1%
Mata	51,2%	48,8%
Nova Esp. do Sul	77,0%	23,0%
Santiago	91,2%	8,8%
São Francisco Assis	70,1%	29,9%
São Vicente do Sul	69,7%	30,3%
Unistalda	37,3%	62,7%
Corede Vale Jaguari	77,0%	23,0%
Rio Grande do Sul	85,1%	14,9%

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Jaguari 2015-2030

Como destacado anteriormente a cidade de Nova Esperança do Sul, bem como acontece com outras pequenas cidades gaúchas é gestora das atividades agropecuárias, pois atua oferecendo canais de transporte, armazenamento, comercialização e suporte técnico com empresas e profissionais de destaque regional, (MANFIO, 2019).

Entre as atividades econômicas que dinamizam o espaço urbano ressalta-se o setor coureiro-calçadista. Sabe-se que o trabalho artesanal com o couro teve como fundador o imigrante Redêncio Frizzo¹⁷, acompanhado de seus filhos e funcionários da época. Inicialmente surgiu o curtume e suas mais diversas atividades, posteriormente a empresa Irmãos Frizzo e Cia Ltda fabricando as

¹⁷ Fundador e precursor do setor coureiro calçadista do local, teve seu nome dado à avenida de entrada da cidade e recebeu uma homenagem na praça central com um busto que estampa seu rosto.

famosas botas de gaúcho e os artigos de selaria e montaria. Desde o seu início a empresa esteve instalada exatamente no espaço urbano da cidade, ou seja, no centro da então localidade. Depois com o desenvolvimento do setor é instalada a fábrica de calçados, que acabou sendo fechada em 2008, devido a crises econômicas no setor. Passado à crise, a antiga fábrica exportadora de calçados deu lugar a três novos ateliês. Hoje em dia restam o Ateliê Dois Irmãos e o Ateliê Bonoto e Delevati, ambos administrados por ex-colaboradores da mesma e que trabalham para consagradas empresas, como Beira Rio prestado serviços de terceirização na montagem e confecção de botas e sapatos femininos.

Já o curtume, antiga empresa Irmãos Frizzo, na época em 2008 se chamava Brapelco e tinha em torno de 1000 funcionários, teve seu quadro reduzido em quase 50%. Mesmo assim, por exigências do mercado, continuou mudando seu escopo e foco de atuação, passando a fabricar couros para as indústrias moveleiras e automotivas. Seu funcionamento e ascensão se deve principalmente ao fato de ter realizado uma parceria com empresários da região centro-oeste do país e que atuam no mesmo ramo. Atualmente, o curtume pertence à empresa Gobba Leather e produz em torno 2500 couros/dia, sendo 15% para o mercado interno e 85% para o mercado externo.

É importante destacar que existem outras empresas do ramo localizadas na cidade, na sua maioria, foram fundadas por antigos colaboradores do curtume e da selaria, pessoas com ampla

experiência no setor. Estas são empresas tipicamente familiares, produzem artigos que não são produzidos no curtume e nem mesmo nos ateliês de calçados, ou seja, botas de gaúcho, cintos, chinelos, guaiacas e artigos de selaria e montaria em geral. Entre elas destacam-se a Loja e Fábrica de Botas Charrua, Botas Fumaco, Botas Silva, Estrela Campeira, Calçados Nativo, Selaria Crioula, Selaria Kalemarti, entre outros.

A figura 4 mostra o quanto é perceptível, na pequena cidade de Nova Esperança do Sul, essa relação entre a comunidade e o couro, principalmente com a bota do gaúcho, assim como esta atividade se espalha pela cidade criando formas urbanas.

- A flecha maior, bem ao centro, identifica o curtume, maior empresa e gerador de empregos do setor.
- A flecha em cima a esquerda identifica o prédio que pertencia à fábrica de calçados que fechou em 2008 e que hoje abriga outros empreendedores do ramo.
- A flecha em cima a direita aponta para onde está hoje o maior ateliê de calçados da cidade e que produz para a Beira Rio.
- A flecha mais abaixo da imagem aponta para a área onde está localizada a associação dos funcionários das indústrias de couro.

Figura 4: Imagem aérea de Nova Esperança do Sul



Fonte: Luli Foto e Vídeo (2010)

Cabe destacar, que as demais pequenas empresas do ramo estão localizadas nos diversos cantos da cidade, muitas delas nas residências de seus proprietários. Alguns desses empresários, os considerados mais capitalizados, tem seus próprios colaboradores, mas por falta de espaço físico também terceirizam parte de suas atividades para que as mesmas sejam realizadas nas casas desses contratados. Enfim, como pode ser observado hoje em dia existem várias formas urbanas referentes ao setor couro-calçadista, como o curtume, os ateliês, as pequenas indústrias, lojas de sapatos, a associação de funcionários, entre outras.

Convém ressaltar que a dinâmica do setor coureiro calçadista faz com que atualmente o município seja conhecido na região do Vale do Jaguari como “A Capital da Bota”, mesmo a produção de bota masculina tendo se reduzido drasticamente e permanecendo em operação neste mercado apenas cerca de uma dezena de microempresas. Portanto, apesar das maiores empresas produzirem, a vários anos, outros tipos de calçados e até mesmo outros tipos de produtos, a bota já faz parte da identidade¹⁸ desta pequena cidade.

Esse potencial e a qualificação da mão de obra no setor coureiro calçadista de Nova Esperança do Sul acabou atraindo toda a mão de obra disponível no município, da zona urbana e do meio rural, de forma que embora os salários pagos sejam modestos, não há desemprego, pelo contrário, a cidade tornou-se também importadora de mão de obra de outros municípios do Vale do Jaguari.

Os trabalhadores de outros municípios da região, principalmente dos mais próximos, como Santiago e São Francisco de Assis, e que não possuem tradição industrial, valem-se do transporte coletivo rodoviário oferecido pelo curtume para continuarem residindo em seus municípios de origem e diariamente trabalharem na indústria. Residem eles no meio urbano ou rural de suas cidades e se sujeitam a este cansativo deslocamento diário, pois, Nova Esperança

¹⁸ Para um melhor entendimento sobre o conceito de identidade, ver os trabalhos de MEDEIROS (2006), CASTELL (1999), HALL (1998) e HAESBAERT (1988).

do Sul não consegue oferecer moradias para alugar e vender conforme a demanda. Dessa forma, a cidade devido ao setor couro-calçadista, exerce relações com outras cidades da região, exercendo uma centralidade urbana, nesse sentido.

No início dos anos 2000, os primeiros prédios foram construídos na cidade, assim como aconteceu a expansão das casas populares, esses últimos em parceria com o poder público municipal e as famílias do local através de financiamentos subsidiados pela Caixa Econômica Federal. É fato que a maioria dessas obras chegam para atender um público-alvo específico: a mão de obra do setor coureiro-calçadista.

Sabe-se que os agricultores familiares que residem nas diversas localidades do interior de Nova Esperança do Sul e trabalham no setor couro-calçadista se utilizam também do transporte coletivo oferecido pelo curtume para cumprirem sua jornada de trabalho, normalmente em turnos de 8 horas, e posteriormente retornam às suas atividades rurais, enquadrando-se tipicamente como agricultores familiares pluriativos, que lançam mão desta estratégia de reprodução social, fugindo da marginalização provocada pelo modelo tecnológico excludente adotado.

Por isso, a atividade ligada ao urbano promove uma centralidade dentro do limite municipal, uma atração urbana em relação aos próprios munícipes, criando empregos e atraindo o êxodo

rural, bem como a migração pendular (diária) do campo para cidade e vice-versa, e ainda, das cidades vizinhas para Nova Esperança do Sul. Isso faz com que diuturnamente, se perceba a chegada de ônibus vindo de outras cidades ou mesmo do interior da cidade transportando os funcionários para o curtume, que como dito anteriormente é a maior empresa local e encontra-se instalada no centro da cidade como mostra a figura 4.

Existe ainda uma parcela de trabalhadores que exercem suas atividades nas outras empresas da cidade que são os ateliês, as fábricas de botas e as selarias ou até mesmo nos outros setores econômicos (comércio e/ou serviços) do município. Esses, diariamente, é perceptível sua locomoção a pé, de bicicletas ou em carros próprios de suas residências para as empresas e vice-versa. Cabe ainda reforçar que todas essas pessoas são facilmente identificadas, pelos moradores urbanos, pelas camisetas, jalecos e calçados de segurança usados nessas empresas, cada uma com sua respectiva cor e logomarca. A atividade couro-calçadista também movimentava outros setores de prestação de serviços, como de: transporte, alimentício, setor de vestuário, setor imobiliário, entre outros.

Além do setor couro-calçadista, o de serviços e o turismo também aparece evidente no município, e conseqüentemente na cidade, onde há alguns anos é realizado na praça central aquele que é

considerado por muitos o maior evento da cidade, o ¹⁹Festival Nativista Ecológico e Turístico Gruta em Canto como o próprio nome diz um festival de músicas gaúchas, nativistas e tradicionalistas. Paralelo ao festival ocorre a Festincouro – Feira das Indústrias de Couro, um evento de negócios, onde apenas empresas da cidade participam e apresentam seus produtos a comunidade regional e estadual.

Cabe destacar, que esses eventos citados, assim como outros que são realizados na cidade, existem há vários anos e estão sempre se remodelando com o objetivo de atrair não apenas visitantes da região, mas, também os estrangeiros que visitam a cidade a trabalho e que acabam se dirigindo para os festivais, feiras, bailes, balneários e outros atrativos, como mostra a figura 5, ampliando o setor turístico e de prestação de serviços de Nova Esperança do Sul.

¹⁹ Nova Esperança do Sul possui o principal atrativo turístico e natural da região do Vale do Jaguari, a Gruta Subterrânea Nossa Senhora de Fátima, considerada a maior da América Latina em extensão de área coberta em rocha arenítica. As primeiras edições do festival foram realizadas naquele local. Distante a aproximadamente 8 km da sede, anualmente, no último domingo do mês de janeiro, ocorre também a Festa e a Romaria em honra à Nossa Senhora de Fátima, padroeira do local, Brasil (2016). Mais informações em: <https://www.novaesperancadosul.rs.gov.br/site/conteudos/2997-gruta-subterranea-nossa-senha-de-fatima>

Figura 5: Imagem da Festincouro 1ª Edição



Fonte: Luli Foto e Vídeo (2008)

Outra importante função do setor couro-calçadista na cidade é a de ator político e social, isto é vista pela formação de uma associação que envolvem os funcionários do ramo: a Associação dos Funcionários da Indústrias do Couro (AFIC), com uma sede social para todos os colaboradores das diversas empresas do ramo coureiro-calçadista da cidade. O local disponibiliza áreas de esporte e lazer e possui espaços onde são realizados diversos eventos sociais, (baile do trabalhador, festas de final de ano etc.) e atividades de treinamento e qualificação sempre que necessário, além de assembleias dos trabalhadores do setor.

Essa narrativa aponta que nas últimas décadas a expansão do

setor industrial para produção e beneficiamento de couros pelo curtume e a fabricação de calçados pelos principais ateliês, fez com que boa parte da população de Nova Esperança do Sul migrasse para a zona urbana a fim de diversificar a renda das famílias e melhorar a qualidade de vida das mesmas, fazendo com que alguns agricultores optassem por vender ou arrendar suas terras. Além disso, por ser uma cidade pequena as localidades do interior também ficam muito próximas da sede do município, assim como as principais lavouras de subsistência são vistas muito próximas da cidade.

Finalizando, a produção e a transformação do espaço urbano de Nova Esperança do Sul deram-se inicialmente em função da imigração italiana no local acompanhada pela agricultura, mas, sobretudo, pelo setor coureiro-calçadista. Assim, a expansão e incremento deste setor, com o curtume, fábricas de botas, selarias e, nos últimos anos, com os ateliês de calçados e outras atividades econômicas, com certeza alterou as formas e a estrutura urbana da pequena cidade. Outros empreendimentos municipais e o poder público também contribuíram para a transformação urbana, em menor grau de interferência e influência à vida cidadina.

Considerações Finais

A produção do espaço urbano está intimamente ligada às ações e relações dos atores e instituições que agem e reagem ao seu entorno. Afinal, são esses atores que de acordo com seus interesses individuais

e coletivos definem o espaço, urbano ou rural, de uma cidade.

Já a produção do espaço urbano da pequena cidade de Nova Esperança do Sul, a chamada Capital da Bota, deu-se inicialmente com a chegada das primeiras famílias de imigrantes no local, onde assentaram-se e construíram suas residências, casas de comércio, serrarias, ferraria e obviamente iniciaram o processo artesanal de produção de couro, principalmente em função de um córrego de água limpa que existia no centro da então localidade.

Com o passar dos anos, o desenvolvimento do setor couro-calçadista e do turismo têm atraído visitantes e trabalhadores diversos, resultando no surgimento de vários outros estabelecimentos comerciais (bancos, lojas de tecidos, gêneros alimentícios, higiene e limpeza, farmácias, postos de combustíveis, construção civil etc.).

A ascensão da agropecuária local evidencia a função urbana de gestora do rural, tanto na proliferação de lojas do ramo, como agropecuárias e veterinárias, que são criadas para melhor atender esse público importante para a economia local e regional.

Fica evidente, que com a expansão desse importante setor econômico, o setor coureiro-calçadista, que o município passou a ser visto com outros olhos na região, pois, seguidamente visitantes estrangeiros são recebidos não apenas no curtume, mas, também nos bares e restaurantes, na pousada e hotel, bem como no comércio em geral.

Atualmente, apesar da ascensão econômica e social dos

moradores mais antigos, ainda é visível a falta de moradia para a mão de obra do curtume e das demais empresas do setor, principalmente os ateliês. Com isso, muitos dos produtores da cidade têm investido na construção de casas para alugar às pessoas que vem de fora da cidade. Esse movimento tem alterado o espaço urbano da cidade e feito com que alguns moradores antigos transformassem antigas lavouras em loteamentos com vários terrenos destinados para especulação imobiliária.

Portanto, percebe-se que a (re)produção do espaço de Nova Esperança do Sul está em constante movimento e acontece de acordo com as necessidades, realidades, sonhos e aspirações dos agentes locais. Afinal, são esses que cotidianamente transformam o espaço urbano e conseqüentemente a história do lugar. O que vai ao encontro das palavras de Corrêa (2011) quando o autor afirma que os agentes e processos são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento, bem como da produção urbana.

Referências

ANÉSE, R. L. R., **Arranjos produtivos locais e capital social no Vale do Jaguari/RS**. 123 p. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Economia, Porto Alegre, 2009.

BRASIL, C. R. B.. **Agricultores Familiares Pluriativos na Região do Vale do Jaguari**: Um estudo em Nova Esperança do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 138, 2016.

_____. **O Desenvolvimento Sustentável do turismo em Nova Esperança do Sul**. Monografia de Pós-graduação Lato Sensu em Marketing de Serviços, URI-Campus Santiago, 67 páginas, 2006.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CONVAJ. **Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Jaguari**. Elaboração: Equipe Técnica da URI - Campus de Santiago. 2010.

CORRÊA. R. L. **O espaço urbano**. 3 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

DEPONTI, G. **Relato da Experiência de Implantação da Rota Turística Municipal do Verde e das Águas, Nova Esperança do Sul- RS**. 43p. (Monografia, Pós-graduação lato sensu em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Seropédica: UFRRJ, 2002.

_____. **Processo de desenvolvimento do turismo em Nova Esperança do Sul / RS e microrregião**. - Série Realidade Rural - EMATER/RS-ASCAR. Porto Alegre, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas, 5ed. São Paulo, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-esperanca-do-sul/panorama> Acessado em 10 março de 2021.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LULI Foto e Vídeo. **Acervo de fotos da empresa**. Disponível em: <http://lulifotografias.com.br/> Acessado em 10 março de 2021.

MANFIO, V. **A cidade e os equipamentos urbanos**: uma análise sobre Nova Palma/RS. InterEspaço. Grajaú/MA v. 1, n. 2 p. 137-151 jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/4035/2120>. Acesso em: 2 de jun. de 2016.

_____. **A produção do espaço da pequena cidade de Nova Palma, RS, Brasil**. Revista Equador (UFPI), Vol. 8, Nº 3, p.199 – 213. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/view/9449/5618> Acessado em 08 de março de 2021.

MONDARDO, M. L. **Meandros na produção do espaço urbano: mobilidade, acessibilidade e exclusão social**. Boletim Goiano de Geografia. Goiânia – Goiás, v. 29 n. 1 p. 57-72 jan. / jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/bgg/article/view/5765/5026>. Acessado em 08 de março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUL. Disponível em: <https://www.novaesperancadosul.rs.gov.br/site/conteudos/2525-historico>. Acessado em 09 março de 2021.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, W. R. da. Reflexões em torno do urbano no Brasil. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 65-80.

SOUZA, M. L. de. O que faz de cidade uma cidade? In: **ABC do desenvolvimento urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 23-40.

VIELMO D. A. e VIELMO H. A., **Nova Esperança do Sul** – um relato histórico. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre, Bookman, 2001.

Caracterização natural e social de Bossoroca, uma pequena cidade do Noroeste Gaúcho

Airton Rosa Lucion Guites²⁰

Introdução e Localização²¹

O município de Bossoroca está localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Com uma área total de 1.610.056 km², cujos limítrofes são os municípios de São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, Capão do Cipó, Santiago, Itacurubi e Santo Antônio das Missões. Está distante há pouco mais de 500 km da capital estadual, Porto Alegre, mas muito próxima à fronteira com o país vizinho, Argentina.

Por diferentes métodos de classificação, Bossoroca pertence a diferentes regiões no cenário do Rio Grande do Sul. Geograficamente, o município pertence a Mesorregião do Noroeste Rio-grandense e também pertence a Microrregião de Santo Ângelo. Todavia, pelos aspectos econômicos, podemos inserir o município no Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) das Missões. A estrutura municipal está organizada em quatro esferas: a sede (1º distrito, onde

²⁰ Doutorando em Geografia, UFSM. Professor concursado na rede pública municipal de Bossoroca/RS. E-mail: airtonlucion@gmail.com.

²¹ O artigo descreve a realidade do município de Bossoroca/RS, articulando-o com as questões urbanas da pequena cidade.

se assenta a pequena cidade), Ivaí (2º distrito), Timbaúva (3º distrito) e a Esquina Piratini (4º distrito). A sede ainda é subdividida em bairros, enquanto os outros distritos possuem algumas localidades denominadas de rincão.

Historicamente, a fundação de Bossoroca trata-se em duas datas. A área do atual município pertencia ao território de São Luiz Gonzaga. Em 12 de outubro de 1965, ocorre a emancipação de Bossoroca, publicada no Diário Oficial do Estado através da Lei nº 5.058. Contudo, somente em 04 de março de 1967 é que ocorre a instalação de Bossoroca. O nome do município faz referência a língua Tupi-Guarani, cuja etnia indígena que habitava a região chamava o local de *“Iby-soroc”*, que significa *“chão rasgado”*. Logo, faz-se alusão as voçorocas, fenômeno natural do efeito das águas em terrenos cujos solos estão desprotegidos da vegetação, muito comuns nas paisagens locais.

O presente artigo é uma análise teórica sobre a conjuntura de Bossoroca na ótica da discussão sobre pequenas cidades na Geografia, objetivando refletir sobre o passado, o presente e o futuro do município entrelaçando com a questão urbana da pequena cidade, utilizando como base os materiais disponíveis a respeito de suas características naturais, sociais e econômicas.

Reflexões Teóricas

Abordar sobre as pequenas cidades é uma tarefa que exige muita pesquisa acadêmica. Em grande parte, os geógrafos adicionam a essa discussão as médias cidades também. Sposito (2009, p.17) indica que a discussão sobre pequenas e médias cidades pode ser uma forma de estabelecer um diálogo entre a Geografia Urbana e a Geografia Rural, por vezes tão dicotômicas em análises do espaço brasileiro. Além disso, a autora propõe que a reflexão sobre pequenas cidades perpassa na relação da mesma com a natureza. Segundo Sposito (2009):

No caso das pequenas e médias cidades, esta interface é muito mais forte, porque são cidades com níveis menos amplos de interação. São cidades que, a meu ver, ainda nos possibilitam, pelo tamanho que têm, um tratamento mais adequado da natureza, bem como exigem reconhecimento de uma consciência maior sobre o fato de que a cidade é a natureza, para superar aquela ideia de que a natureza está fora da cidade (SPOSITO, M. E. B., 2009, p. 17-18).

Outra relação que merece atenção na discussão das pequenas cidades é sobre o conceito de região. Como bem reforçou Sposito (2009):

[...] Quanto mais se tem pesquisado, quanto mais se têm reunido, todos que estudam cidades médias e pequenas, mais nos damos conta de que não há possibilidade de compreensão do que sejam

idades médias e pequenas sem o entendimento do que é a região, porque a região é o próprio quadro de referência, é o próprio ambiente, socialmente construído, a partir das relações entre as cidades médias e pequenas (SPOSITO, M. E. B., 2009, p. 18-19).

Todavia, Sposito (2009, p.21) problematiza ainda mais sobre essa relação ao afirmar que “as cidades médias e pequenas podem ser articuladas a espaços que não são contínuos às regiões às quais elas pertencem, o que coloca em xeque o próprio conceito de região”. Por conseguinte, Endlich (2009, p. 27) reitera a importância de se estudar as pequenas cidades para, então, abranger a realidade urbana em sua totalidade, uma vez que “procura-se compreender as dinâmicas dessas localidades em interação, em movimento, consoante à apreensão de uma realidade que considera os demais centros urbanos e os fluxos humanos existentes entre eles”.

Endlich (2009) apresenta um fato comum a maioria das pequenas cidades, que é a migração da população e, conseqüentemente, seu “esvaziamento demográfico” a partir da produção socioeconômica de novos espaços de adensamento, o que gera uma redefinição da rede urbana. Corroborando com sua análise, Endlich (2009) induz que:

Não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. Não se deixa apenas de estudar uma parte concreta da espacialidade brasileira; esta falta de estudo também compromete uma compreensão mais

ampla da rede urbana, até mesmo das questões tratadas no domínio de centros urbanos maiores, bem como das possibilidades de intervenção (ENDLICH, Â. M., 2009, p. 30).

Complementando isto, Endlich (2009, p. 41) reflete que “as cidades que compõe a rede urbana constituem heranças de contextos econômicos e momentos históricos diferenciados”, que são mutáveis e articulados. Entretanto, Santos (1987) traz um novo olhar sobre o espaço geográfico brasileiro com relação as cidades, quando alerta para o papel do cidadão frente aos avanços da globalização. Para ele:

O homem do campo brasileiro, em sua grande maioria, está desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada e desalmada, incapaz de se premunir contra as vacilações da natureza, de se armar para acompanhar os progressos técnicos e de se defender contra as oscilações dos preços externos e internos e a ganância dos intermediários. Esse homem do campo é menos titular de direitos que a maioria dos homens da cidade, já que os serviços públicos essenciais lhe são negados sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar saúde e educação, água e eletricidade, para não falar de tantos outros serviços essenciais (SANTOS, M., 1987, p. 28-29).

Portanto, pensar as pequenas cidades é oferecer um horizonte amplo ao debate em Geografia, pois existem muitas nuances a serem refletidas para compreender a realidade do espaço urbano e rural no Brasil em diversas esferas: social, histórica, cultural, política e econômica.

Aspectos Naturais

Segundo consta em um estudo documentado pela Prefeitura Municipal de Bossoroca, na década de 2010, para formulação de uma política de saneamento básico e gestão de resíduos sólidos, resumiremos os aspectos naturais do território municipal.

No relevo, podemos afirmar que Bossoroca se localiza entre duas regiões geológicas: o Planalto das Missões e o Planalto da Campanha, cujas pertencem ao Domínio Morfoestrutural das Bacias e Coberturas Sedimentares. De modo geral, as altitudes do município variam entre 50m e 300m, sendo que quase 50% do território está com altimetria regular entre 150m e 200m. Nas áreas municipais dominadas pelo Planalto das Missões, há predominância de colinas alongadas e pequenos desníveis entre topo e vale, com solos profundos. Entretanto, nas áreas municipais dominadas pelo Planalto da Campanha, há predominância de depósitos aluviais nas planícies de inundação, terraços e depósitos da calha da rede fluvial formados por areia, cascalhos e argilas. Portanto, os tipos de solos predominantes em Bossoroca são: 39,76% de neossolos, 36,74% de latossolos e 23,50% de argissolos. A presença de terras roxas estruturadas favorece as atividades agrícolas.

Na hidrografia, o território de Bossoroca está inserido na dinâmica da Bacia Ocidental do Estado, cujas vertentes tem relação com o Rio Uruguai. Abriga a sub-bacia do rio Butuí-Piratinim-Icamaquã, que alcança 20 municípios e drena uma área total de

15.666,09 km². Com relação aos recursos hídricos subterrâneos, o município está inserido no Sistema Aquífero Serra Geral, de litologias basálticas, amigdaloides e fraturadas, capeadas por espesso solo avermelhado, com alta e média capacidade de armazenamento de água. De modo geral, a qualidade das águas da região hidrográfica do Rio Uruguai é considerada boa. A sub-bacia é muito útil ao lazer, como clubes de caça e pesca.

No clima, classificamos a área de Bossoroca com um clima subtropical, em que a temperatura média anual é de 20°C, cuja temperatura mínima pode chegar até -2°C e a temperatura máxima até 40°C. A pluviosidade é regular, com média de 1.970mm, sendo que a evaporação no município sempre é inferior a pluviosidade, chegando aos maiores índices entre os meses de dezembro e janeiro. Os ventos sopram da direção sudeste, com baixas velocidades, raramente superando os 20 km/h.

Na vegetação, concluímos que Bossoroca encontra-se na Região Fisiográfica das Missões, em que seu espaço geográfico é composto em 80,04% com o Bioma Pampa e em 9,6% com o Bioma Mata Atlântica. Com relação ao cenário principal, o Bioma Pampa está na Região Fitoecológica da Savana-Estépica e os campos são do tipo gramíneo-lenhosa. Além disso, o município também abriga uma área de tensão ecológica. Todavia, existe um fenômeno natural de substituição ecológica em Bossoroca, que podemos observar na análise feita pela Prefeitura a seguir:

As paisagens campestres do Bioma Pampa estão sendo naturalmente invadidas por contingentes arbóreos, representantes da floresta Estacional Decidual e da Ombrófila Densa, notadamente na parte norte e leste, caracterizando um processo de substituição natural das estepes por formações florestais, em função da mudança climática de frio/seco para quente/úmido (BOSSOROCA, s/a, p. 26).

Portanto, essa realidade do ambiente natural em Bossoroça influencia direta com os aspectos sociais e econômicos, que apresentaremos na sequência. A título de informação, o distrito sede do município, que forma a pequena cidade de Bossoroça, encontra-se na altimetria de relevo entre 200 e 300 metros, com os latossolos como o tipo de solo predominante, a vegetação com o bioma Mata Atlântica predominante, a hidrografia de destaque fica para o Arroio Taquara, o Rio Piratini e o Rio Inhacapedum.

Aspectos Sociais

Para entendermos o panorama dos indicadores sociais em Bossoroça, analisaremos as informações contidas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o último censo demográfico, realizado em 2010, o município apresentava uma população total de 6.884 habitantes, o que representava uma densidade demográfica de 4,27 hab./km². Contudo, como o censo demográfico não pode ser realizado em 2020

em decorrência da pandemia do coronavírus, estimativas apontam que houve uma redução da população para 6.205 habitantes. Dividindo a população, os números são bastante equilibrados: 51% são homens e 49% são mulheres; bem como, 53% residem na área urbana e 47% residem na área rural. A expectativa de vida é de 75 anos.

No quesito educação, observamos que mais da metade da população (cerca de 3.556 pessoas) não possui instrução ou com o nível fundamental incompleto. Contudo, atualmente há cerca de 1.699 pessoas estudando nas escolas do município, seja na Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Ensino Médio. Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2017), a nota para os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental na esfera pública em Bossoroca – não existem estabelecimentos de ensino privado no município – foi de 4,5.

Sobre o trabalho, percebe-se que 59% da população bossoroquense é economicamente ativa, enquanto 41% da população é não-economicamente ativa. A maioria dos domicílios do município são casas e isso fica evidente pela paisagem de Bossoroca ser horizontalizada, cuja verticalização é representada apenas pelo único prédio, próximo à praça central. Aliás, a organização do espaço geográfico remete ao passado colonial do Brasil, com destaque para a Prefeitura Municipal, a paróquia da Igreja Católica, as agências bancárias e a escola, todas localizam-se no entorno da praça central, sendo uma característica típica das pequenas cidades.

Na pesquisa de cor/raça, a distribuição dos bossoroquenses ficou em 75% brancos, 12% pardos, 9% pretos e 4% amarelos; sendo que não há população indígena ou sem declaração no município. Na profecia da fé, observamos que as principais religiões cuja população é adepta são: 66% são católicos romanos, 22% são evangélicos e 4% são espíritas; entre outras religiões de adesão menor ou ateus. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) possui um valor de 0,692, considerado um IDH médio, estando abaixo do índice nacional que é de 0,744, considerado um IDH elevado. Por fim, o Índice de Gini (2003) em Bossoroca é de 0,38, melhor que o índice nacional, que naquela época era de 0,58; ou seja, o município apresenta uma distribuição de renda melhor do que o país.

Finalizando a análise social, não é possível deixar de mencionar a cultura missioneira, fundamental e estruturante na população bossoroquense. O modo de vida e das relações sociais ainda cultuam o passado missioneiro, que para eles ainda é presente. A ilustre personalidade de Noel Guarany (1941-1998), cantor que nasceu no município e fez sua carreira se intitulado como “cria de Bossoroca”, cujos versos de músicas faziam referências as paisagens e as tradições locais. Ele ainda hoje é venerado pelos habitantes, inclusive com um monumento na entrada do município, que virou seu cartão-postal.

Como bem explicou Nascimento (2012), a decisão por utilizar o slogan de Bossoroca como sendo a “Buena Terra Missioneira” representa a cultural regionalista:

O autor utilizou uma expressão da língua espanhola, *buena*, certamente numa alusão ao domínio espanhol, e a palavra missioneira, numa referência à região das Missões, onde o município encontra-se localizado. [...] Assim, fica evidenciada a inclinação da comissão em decidir por um slogan que ligasse Bossoroca a seu passado jesuítico-guarani (NASCIMENTO, 2012, p. 87).

Portanto, durante a elaboração do referencial curricular “Território de Bossoroca”, em 2019, como documento local para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a área de Linguagens manteve o ensino obrigatório da Língua Espanhola nas escolas municipais mesmo sendo opcional no Brasil, pois localizam-se próximo à fronteira com a Argentina e é um resquício do passado histórico e cultural de Bossoroca, que por séculos permaneceu sob domínio da Espanha durante a colonização da América. Logo, percebe-se que o passado e o presente caminham lado a lado na dinâmica social bossoroquense e o poder público também direciona seu olhar e ação as raízes missioneiras.

Aspectos Econômicos

Segundo o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE, 2016), Bossoroca atingiu o valor de 0,751 através da medição de indicadores como educação, renda, saneamento básico e saúde, sendo considerado então um IDESE médio. Com relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que é o valor total de bens produzidos; e ao PIB

per capita, que é a divisão do valor do PIB pelo número de habitantes, a Prefeitura informou que em 2010, Bossoroca conquistou um PIB de R\$ 141.018,00 e um PIB *per capita* de R\$ 20.475,00.

Todavia, o IBGE estima para o ano de 2018 que tais índices de Bossoroca demonstraram um considerável crescimento, cujo PIB total estimado foi de R\$ 329.363,95 e o PIB *per capita* estimado foi de R\$ 51.819,37. Em Bossoroca, o grande destaque no cenário produtivo está no setor primário, principalmente na agricultura; e também no setor terciário, principalmente no comércio. Utilizaremos aqui a base de informações contido no site do IBGE para entendermos onde Bossoroca se destaque no quesito produção econômica.

Com relação a agropecuária, a divisão de terras em Bossoroca fica da seguinte forma: 37.344 hectares de lavouras, 85.305 hectares de pastagens, 13.790 hectares de matas ou florestas, 417 hectares de sistemas agroflorestais. As produções agrícolas de maior impacto na economia local se referem a produção de grãos, como soja (130.235 toneladas), milho (16.214 toneladas) e trigo (15.656 toneladas). As produções pecuaristas de maior impacto na economia local se referem aos bovinos (106.617 cabeças de gado) e ovinos (45.918 cabeças de ovelhas).

Sobre os setores terciário e secundário que movimentam a cidade e ocupam a população ativa pode-se dizer que: o setor terciário, que corresponde ao comércio e prestação de serviços, representa o segundo maior impacto na economia local, ligado

principalmente ao comércio local de produtos e aos serviços de saúde; enquanto o setor secundário, que remete as indústrias, possui um pequeno impacto na economia local, uma vez que não se instalaram muitos estabelecimentos industriais em Bossoroca. Àqueles que movimentam a economia, apesar da fatia reduzida no PIB total, se referem a transformação de matérias-primas, como as indústrias metalúrgicas, de calcário e de madeira.

Analisando a conjuntura econômica de Bossoroca inserida na regionalização do COREDE Missões, segundo documento do Governo do Estado, podemos concluir que:

Em 2012, o COREDE Missões apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 4,6 bilhões, o que representava 1,6% do total do Estado. O PIB *per capita* era de R\$ 18.581,00, abaixo da média do Estado (R\$ 25.779,00), o que o colocava na décima nona posição entre os 28 COREDEs. [...] No que se refere aos setores que compõem o Valor Adicionado Bruto (VAB), a Agropecuária detém 17,8%, a Indústria possui apenas 16,6%, e os Serviços, 65,6%. Em relação à média do Estado, o COREDE possui maior participação da Agropecuária e menor da Indústria e dos Serviços, o que lhe confere um perfil mais voltado ao setor primário (RIO GRANDE DO SUL, s/a, p. 15-16).

Sendo assim, isso corrobora com a interpretação geográfica de Bossoroca, que é bastante semelhante à conjuntura geral do COREDE Missões. Por fim, na hierarquia urbana, percebemos que Bossoroca é

um centro local, sendo influenciada pelo centro sub-regional representada pelo limítrofe, São Luiz Gonzaga.

Projeções Futuras

A fim de refletirmos sobre o futuro do espaço geográfico bossoroquense, iremos analisar o documento sobre o COREDE Missões, que dispôs sobre a conjuntura dos municípios que integram a referida região econômica no Rio Grande do Sul.

Pelo considerável impacto que as atividades do setor primário empregam em Bossoroca e região, acredita-se que seja relevante ao desenvolvimento local o incentivo da instalação de agroindústrias, que fariam um beneficiamento dos produtos locais para agregar um valor maior aos mesmos. Para isto, é necessário incorporar a tecnologia no setor, a fim de aumentar a produtividade; melhorar a infraestrutura rural para levar um acesso maior de internet e de modificar as redes de energia, principalmente em fontes alternativas; continuar incentivando as pequenas propriedades e agroindústrias familiares em consonância com um impulso da lavoura empresarial.

Todavia, a base para esse incremento no setor primário em Bossoroca passa pela educação. É preciso proporcionar uma formação profissional de qualidade aos jovens, filhos de agricultores, que muitas vezes estão optando pela migração do município a fim de buscar novas oportunidades de trabalho. Neste sentido, um importante passo foi dado em 2020, quando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura

(SMEC) aprovou o projeto da Escola Municipal de Educação Básica Guiomar Medeiros, localizada no interior de Bossoroca, a aderir ao Programa Aprendiz Cooperativo do Campo, realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Cooperativa do Rio Grande do Sul (SESCOOP/RS) e ofertado pela Cooperativa Triticola Regional São-luizense (COOPATRIGO). Segundo o site da cooperativa, o programa tem o intuito de:

[...] Atender as cooperativas agropecuárias nos seus programas de aprendizagem, estimulando a permanência dos jovens nas atividades do meio rural, promovendo desta forma a sucessão familiar e incentivando o aumento do quadro social das cooperativas. A iniciativa é voltada para jovens de 14 a 24 anos incompletos, filhos de cooperados e de jovens das comunidades onde a cooperativa atua e é registrada junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e traz uma proposta inovadora de curso, com aulas práticas e teóricas em ambientes diversificados de produção como propriedades-modelo, laboratórios, dias de campo, feiras, exposições e vivências na propriedade de sua família através de estudos dirigidos, objetivando adquirir conhecimentos que estimulam a formação de um agente empreendedor cooperativo (COOPATRIGO, 2021, online).

Desta forma, percebe-se um movimento do poder público em incentivar a permanência do jovem no campo para desenvolvimento do município e da região através de uma formação educacional que

qualifique seu trabalho e seu futuro. Porém, ainda é necessário oferecer subsídios estruturais, como citamos anteriormente.

Outra realidade que merece uma atenção especial diz respeito ao turismo. Apesar do setor terciário corresponder a uma parte considerável do PIB de Bossoroca, isto não tem relação com as atividades turísticas. Contudo, existem grandes potencialidades locais que poderiam tornar o município e também a pequena cidade um importante ponto de visitação regional. No COREDE Missões, é notório o impacto do turismo histórico a partir de ruínas das reduções jesuíticas nos sítios arqueológicos em São Miguel das Missões²², São Luiz Gonzaga, São Nicolau e Entre-Ijuís. Entretanto, existe a possibilidade de novos locais históricos serem encontrados e estudados na região, o que ofereceria uma oportunidade de crescimento turístico.

Em Bossoroca, a presença missioneira e escravagista é muito forte, não apenas pelo *slogan* municipal, mas também pelos resquícios do passado que ainda se fazem presentes. A Estância Jesuítica do Sobrado, o Cemitério dos Cativos e a Senzala são exemplos de lugares históricos para Bossoroca que apresentam potencialidades turísticas e não são percebidos desta forma. Além disso, o culto ao cantor Noel Guarany está presente no monumento e no mausoléu, que também poderia ganhar incentivos a fim de se tornar pontos de visitação.

²² Tombado como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Ambientes naturais, como a Lagoa do Cerro; bem como construções, como a Casa de Pedra e a Ponte de Ferro, possuem relação íntima com a população.

Seguindo a reflexão sobre o turismo, é importante lembrar que Bossoroca é considerada a “capital das origens culturais gaúchas”, isto porque ainda cultua e preserva grande parte dos costumes tradicionais da figura clássica do gaúcho em suas vestimentas, alimentação, trabalho, lazer e danças, não apenas no Centro de Tradições Gaúchas (CTG), mas principalmente no dia a dia das relações sociais. Além disso, é conhecida por sediar o Encontro Sul-Americano de Folclore, com delegações que representam a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, o Chile e, obviamente, o Brasil. Porém, nem o município e nem a pequena cidade possuem infraestrutura para abrigar os turistas que veem apresentar o folclore de seus países, tampouco possui uma rede logística satisfatória de estradas e transportes entre as Missões e os países vizinhos. Como bem divulga o site da Prefeitura (2019):

ACB – Associação Cultural de Bossoroca mais uma vez, realiza um dos maiores eventos culturais da região, o Encontro Sul-Americano de Folclore, que traz até a "Buena Terra Misioneira", delegações de países como Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, além de representações do Brasil. Com mais uma edição deste evento, Bossoroca reforça sua condição de referência cultural das Missões, traduzindo desta forma, a preocupação com a preservação de sua herança cultural em todas as suas formas. Venha conhecer parte de nossa história e de nossa cultura e compartilhar um

espetáculo de cores e ritmos, com belas apresentações artísticas e o convívio amigo e fraterno de nossos vizinhos irmãos (BOSSOROCA, 2019, online).

Sendo assim, é possível observar que Bossoroca apresenta um potencial de turismo histórico e cultural, devendo haver uma atenção especial do poder público municipal a fim de incentivar melhorias no setor através da sinalização de rodovias e estradas com placas, na divulgação de eventos e pontos turísticos pela mídia, na infraestrutura hoteleira para receber visitantes e na capacitação da população para trabalhar nas atividades.

Diversificar a economia também é uma estratégia interessante, uma vez que Bossoroca já foi afetada por vários períodos de estiagem, cuja base econômica é a agropecuária e ficou prejudicada em seu desenvolvimento nos referidos anos, criando uma nova função para cidade que hoje tem um forte papel de gestora das atividades do campo, mas com o desenvolvimento do turismo pode se destacar no campo de serviços ao turismo. Essa atitude também pode adicionar um incentivo para a permanência do jovem no município ao invés de buscar novas oportunidades em outras partes do Rio Grande do Sul.

Considerações Finais

O município de Bossoroca apresenta um pequeno centro urbano, do qual se insere na discussão das pequenas cidades gaúchas ao apresentar um panorama de associação às reflexões da Geografia

Urbana sobre tal temática: (1) possui uma relação direta com a natureza; (2) inter-relação com os municípios limítrofes pela hierarquia urbana; (3) tendência ao “esvaziamento demográfico”; (4) se confunde com as características da região onde se insere; (5) problemas na infraestrutura de serviços básicos.

Em muitos momentos, refletir sobre a realidade do espaço geográfico de Bossoroca é refletir sobre a dinâmica da pequena cidade, bem como trazer à toda as questões econômicas podem contribuir para o entendimento e apontamento das possibilidades futuras de desenvolvimento.

Promover uma ação social e política frente a migração da população bossoroquense para outras partes do estado é tarefa primordial ao futuro do município e da cidade. Manter suas qualidades, como as atividades agropecuárias, mas incentivar suas potencialidades, como as agroindústrias e o turismo, são alternativas necessárias para fomentar o avanço desta pequena cidade. Contudo, qualquer ação governamental perpassa pela educação, a fim de fornecer subsídios intelectuais e capacitar os jovens a dar continuidade ao campo.

Os aspectos naturais do território bossoroquense permitem a ampla escala de produção agrícola, principalmente pelas terras roxas estruturadas, da mesma forma que as músicas de Noel Guarany como uma paisagem cantada demonstram a relação direta entre a cidade e a natureza. O passado histórico e cultural, ainda presente na sociedade

local, são indicadores de um serviço turístico que pode impulsionar a economia municipal e urbana, bem como aproximar Bossoroca de outras pequenas cidades missioneiras que já utilizam desse passado ainda presente para fomentar o seu PIB. Os aspectos sociais orientam a discussão sobre a educação e a saúde, fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, que merece atenção especial do poder público e que, a longo prazo, irão oferecer um desenvolvimento considerável ao município e a pequena cidade.

Portanto, Bossoroca é um importante ponto de análise sobre o noroeste gaúcho, tanto individualmente quanto na conjuntura do COREDE Missões, pois apresenta uma realidade socioespacial das pequenas cidades no Rio Grande do Sul em relação a migração da população e da economia pouco diversificada. Trazer o olhar geográfico para a dinâmica das pequenas cidades gaúchas, como o caso de Bossoroca, se torna relevante à ciência e promove uma aproximação da realidade, a fim de conduzir para mudanças substanciais que podem ocasionar um desenvolvimento humano e econômico em consonância com o passado enraizado na cultura familiar.

Referências

BOSSOROCA. **Bossoroca**: referência cultural das Missões. Associação Cultural de Bossoroca, 2019, s/p (folder informativo).

BOSSOROCA. **Encontro Sul-Americano de Folclore**. 10.10.2019. Disponível em: <https://www.bossoroca.rs.gov.br/site/noticias/gabinete-do-prefeito/44607-encontro-sul---americano-de-folclore>. Acesso em: 14.03.2021.

BOSSOROCA. **Plano municipal de saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos de Bossoroca-RS**. s/a, 92p.

BOSSOROCA. **Prefeitura Municipal de Bossoroca**. Disponível em: <https://www.bossoroca.rs.gov.br/site>. Acesso em: 10.03.2021.

CARLOS, A. F. A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora USP, 1994, 390p.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, 234p.

COOPERATIVA TRITÍCOLA REGIONAL SÃO-LUIZENSE LTDA. **Coopatrigo forma mais uma turma do “Aprendiz Cooperativo do Campo”**. 18.01.2021. Disponível em: <http://www.coopatrigo.com.br/novo/2021/01/18/coopatrigo-forma-mais-uma-turma-do-aprendiz-cooperativo-do-campo/>. Acesso em: 14.03.2021.

ENDLICH, A. M. **Cooperações intermunicipais**: alguns aportes. Maringá: PGE-UEM, 2017, 139p.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, 357p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Bossoroca**. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Bossoroca>. Acesso em: 10.03.2021.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **COREDE Missões**. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/COREDEs/detalhe/?COREDE=Miss%F5es>. Acesso em: 10.03.2021.

G1. #partiuRS: cheio de história, conheça o município de Bossoroca, na Região Noroeste. **Jornal do Almoço**, 23.07.2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/v/partiuRS-cheio-de-historia-conheca-o-municipio-de-bossoroca-na-regiao-noroeste/5184328/>. Acesso em: 15.03.2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades IBGE: Bossoroca**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/bossoroca>. Acesso em: 10.03.2021.

LEFEBVE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, 145p. (Tradução: FRIAS, R. E.).

NASCIMENTO, C. N. **Um olhar sobre o patrimônio cultural de Bossoroca-RS**. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2012, 136p.

PORTAL DAS MISSÕES. **Passeio por Bossoroca, capital das origens culturais gaúchas**. 19.08.2018. Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/noticias/view/id/2620/passei-o-por-bossoroca-capital-das-origens-culturais.html>. Acesso em: 16.03.2021.

PORTAL DAS MISSÕES. **Roteiro por Bossoroca**. Disponível em: <http://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1848/roteiro-por-bossoroca.html>. Acesso em: 10.03.2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SCP, 2002, 112p.

RIO GRANDE DO SUL. **Perfil socioeconômico COREDE Missões**. Porto Alegre, 2015, 43p.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987, 142p.

SIMIÉLI, M. E. R. **Geoatlas**. São Paulo: Ática, 2013, 200p.

SIDRA. **Banco de Tabelas Estatísticas**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175>. Acesso em: 10.03.2021.

SPOSITO, M. E. B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: UFPA, 2009, 57p.

A produção do espaço na cidade de São Felipe - BA e sua inserção na rede urbana do Recôncavo Baiano

Maiara Cerqueira Leandro²³

Ana Emília de Quadros Ferraz²⁴

Introdução

Refletir sobre a produção do espaço urbano no que diz respeito às transformações da sociedade contemporânea torna-se um exercício complexo, sobretudo, necessário para pensar a cidade teórica e empiricamente como movimento de análise e compreensão da realidade. A problematização da produção do espaço no campo de análise da cidade pequena é o desafio que se apresenta neste trabalho, a fim de contribuir com reflexões a propósito da produção do espaço urbano de São Felipe.

O conceito de cidades pequenas é uma construção teórica que envolve diferentes abordagens e tem conquistado espaço no debate geográfico. Apesar de os estudos sobre esses pequenos centros urbanos, historicamente, não terem sido privilegiados no meio

²³ Doutoranda em Geografia, UFBA. E-mail: maiara-sf@hotmail.com

²⁴ Doutora em Geografia, UFS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: milaferraz@gmail.com

acadêmico, atualmente, pesquisadores têm apresentado contribuições importantes a respeito da diversidade das relações de produção características desses espaços. Como exemplos de algumas pesquisas com discussões aprofundadas sobre as diferentes realidades das cidades pequenas, as dinâmicas de (re)produção do espaço, novos conteúdos e funções urbanos, destacam-se os estudos de Endlich (2006); Jurado da Silva (2011); Moreira Junior (2014); Melo (2008); Bernardelli (2004); entre outros.

Destarte, a realização desses estudos com diferentes abordagens a propósito das cidades pequenas, suas funções urbanas, influência na rede urbana, diversidades de atividades produtivas e características diferenciadas quanto ao processo de formação espacial, contribuem para que novas reflexões sobre esses espaços urbanos possam ser desenvolvidas, sob outras perspectivas de análise da realidade presente em regiões não metropolitanas. Como no caso deste trabalho, que versa sobre o estudo de uma cidade pequena no Recôncavo Baiano.

No contexto de São Felipe, infere-se acerca da realidade de uma cidade pequena que deve ser pensada em sua complexidade, considerando as relações entre forma-conteúdo com particularidades que lhes são próprias, sem desconsiderar a influência com outras cidades como parte do processo de produção diante das novas relações espaço-tempo e mudanças na dinâmica urbana contemporânea. Destaca-se, assim, a importância de realizar

interpretações sobre a produção do espaço com aprofundamento das discussões sobre a cidade, relações intraurbana, transformações e tendências para compreensão da realidade (LEANDRO, 2020).

No que se refere à metodologia da pesquisa para a realização deste artigo, foram realizados os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica para construção da discussão teórico-metodológica; pesquisa documental e *in loco*, como subsídios para a fundamentação da coleta de informações históricas e levantamento de dados sobre o fenômeno em estudo; instrumentos de coleta de dados com o uso de entrevista semiestruturada e aplicação de 100 questionários quali-quantitativos; organização e sistematização das informações; e, análise dos resultados.

Portanto, o objetivo deste artigo é discutir o processo de produção do espaço na cidade pequena face a contextualização da dinâmica reprodutiva de São Felipe e sua inserção na rede urbana do Recôncavo Baiano. Além desta introdução e das considerações finais este artigo está dividido em duas partes. A primeira apresenta discussão teórica sobre a produção do espaço da cidade pequena, e, em seguida, apresentam-se algumas reflexões sobre São Felipe e sua inserção na rede urbana do Recôncavo Baiano.

Reflexões teórico-metodológicas para pensar a produção do espaço da cidade pequena

Diante das transformações da sociedade articuladas ao desenvolvimento do capital, as cidades passam a desempenhar o fortalecimento de suas funções urbanas na organização socioespacial, mudanças no processo de produção e de seus conteúdos. “No Brasil, como em outras partes do mundo, a hegemonia do capitalismo incidiu direta e visivelmente nas cidades, alterando, mormente, seu conteúdo e sua estrutura urbana já no início do século XX [...]” (SANTOS, 2008 p. 44).

De acordo com o autor, as cidades sofreram profundas modificações quanto as suas funções e dinâmicas urbanas diante do processo de modernização da sociedade, resultado das condicionalidades impostas pela reestruturação produtiva do processo de industrialização-urbanização, fenômenos indissociáveis e inerentes ao capital. Desse modo, as reflexões sobre tal processo, devem ser contextualizadas com vista para a compreensão da realidade urbana em sua totalidade, na perspectiva de construção do pensamento crítico sobre a problemática urbana, sobretudo, diante do desafio de pensar a produção do espaço da cidade pequena nesse contexto.

Para tanto, a leitura crítica sobre a problemática urbana das pequenas cidades torna-se imprescindível para compreensão das relações de produção e reprodução do espaço urbano contemporâneo. Como aponta Santos (2019, p. 97), “[...] para engendrar quaisquer investigações sobre a escala intraurbana é

imprescindível conhecer as interações que, concomitantemente, envolvem escalas diferentes de análise, o que também põe no centro do debate as articulações desses espaços na rede urbana”.

Ressalta-se, assim, a necessidade de superação das análises espaciais ligadas apenas ao tamanho e/ou quantitativo populacional como se, por si só, fossem capazes de revelar a realidade presente nas cidades pequenas. Sobretudo, porque “essa concepção engessa a discussão conceitual por se tratar apenas de uma definição ao compasso que é determinista, reduz a cidade a uma expressão numérica e não leva em conta a diversidade regional e os vários recortes espaciais que poderiam ser empreendidos” (JURADO DA SILVA, 2011, p. 49-50).

Avançar nas discussões teórico-conceituais é o caminho necessário para compreensão dos processos de produção e reprodução desses espaços, de modo a superar a adjetivação da palavra “pequena” referente a essas cidades, no que se refere as abordagens limitadas que se reduzem a “[...] associação entre pequeno número de habitantes com pequena área – no sentido mensurável – ocupada por uma cidade (FRESCA, 2010, p. 76).

A utilização da variável demográfica para classificar as cidades pequenas é comum entre diferentes autores, mas não deve ser a única adotada na análise. Bernardelli (2004) considera em seus estudos, cidades pequenas como aquelas com menos de trinta mil habitantes; Bacelar (2012) considera as cidades com até dez mil habitantes; Para

Moreira Junior (2014), Jurado da Silva (2011) e Endlich (2006) são consideradas aquelas com até cinquenta mil habitantes. Além de que, “vários autores dizem que, o IBGE, ao estabelecer que as cidades médias, no Brasil, seriam aquelas que possuem entre 100.000 e 500.000 habitantes²⁵, leva alguns a compreenderem que, abaixo desse patamar, tudo seria cidade pequena [...]” (SANTOS, 2019, p. 77-78).

Sobre esses parâmetros demográficos máximos ou mínimos utilizados por muitos autores para classificar esse perfil de cidade, Santos (2019) ressalta que:

[...]. Em um país como o Brasil, fora para interesses estatísticos de alguns órgãos, que aliás são relevantes, parâmetros demográficos máximos ou mínimos servem muito mais para dizer o que não é uma pequena cidade, do que, necessariamente, para conceituá-las. Tais parâmetros são úteis para caracterizar um conjunto de cidades que, numa dada formação socioespacial, tem determinados papéis e funções na rede urbana [...] (SANTOS, 2019, p. 79).

Desse modo, destaca-se a necessidade de os estudos urbanos contemporâneos avançarem na discussão teórico-conceitual e de análise da realidade empírica das cidades pequenas, de modo a compreender que não há homogeneidade interna nos processos de produção e formação socioespacial desses múltiplos centros urbanos.

²⁵ “Apesar de bastante citada, esta informação não foi encontrada em nenhum documento disponível do IBGE” (SANTOS, 2019, p. 78).

Por isso, que se basear apenas na variável demográfica ou no sentido mensurável da dimensão territorial pouco contribuem para o entendimento da realidade.

“[...] há que se considerar que o critério demográfico também não daria conta de abarcar uma realidade de cidades tão diversas, como a encontrada no caso brasileiro, em que um espaço urbano com 2.000 habitantes, na Região Norte, por exemplo, pode ter “centralidade econômica” e algumas “características econômico-espaciais”, não verificadas em outras regiões do mesmo país (SANTOS, 2019, p. 73-74).

Considera-se assim a análise de Sposito (2001, p. 613-614) de que, “[...] não há correspondência direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede urbana ou, em outras palavras, cidades de mesmo porte populacional podem desempenhar papéis que diferem em sua natureza e importância”. Todavia, no que se refere aos estudos das cidades pequenas, essas, também, devem ser pensadas em sua totalidade, em função dos papéis urbanos desempenhados e sua inserção na rede de cidades. Como esclarece Sposito e Jurado da Silva (2013),

A cidade pequena em si não é um dado *a priori*, não deve ser analisada isoladamente; e sim no plano de suas relações com outros centros. Trata-se de uma construção social e coletiva, além de uma elaboração teórica e prática de membros da comunidade científica, a qual produz reflexões analíticas, algo consensual e/ou

reconhecido/negado para a compreensão do urbano e da estruturação da sociedade (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013, p. 17).

Desse modo, deve-se considerar que as funções desempenhadas pelas cidades pequenas são variadas e a origem do processo histórico de formação socioespacial se diferencia. Há, portanto, cidades pequenas que assumem papéis eminentemente agrícolas, outras com perfil industrial, “cidade-dormitório”, turística, histórica, centro especializado, reservatório de força de trabalho, entre outras atribuições (MOREIRA JUNIOR, 2014).

Nesse contexto, “[...] a diferenciação geográfica dos espaços deve ser elucidada, para que não se venham proferir reduções e/ou generalizações [...], o que permitirá pensar sobre as contradições existentes, levando-se em conta não somente a aparência, mas a essência” (JURADO DA SILVA, 2011, p. 63). Isso porque, na contradição desse processo reproduzido espacialmente surgem centros com grande poder econômico e alguns totalmente dependentes, cidades pequenas com amplos estabelecimentos industriais e outras fortemente vinculadas à economia agrária (JURADO DA SILVA, 2011).

Destarte, de acordo com Henrique (2012, p. 64), a intenção deste trabalho não é construir uma definição sobre o perfil de cidade pequena, muito menos respaldar as reflexões apenas nos elementos estatísticos como o quantitativo populacional para classificar as cidades. O que importa é compreender “[...] o que acontece nessas

idades, seus conteúdos e os processos que dinamizam seu espaço intraurbano e suas articulações regionais [...]”. Visto que, “[...] negar classificações, propondo novas tentativas de classificação, insere um jogo circular, uma tentativa de rotulação e/ou adjetivação [...]”, que coloca na obscuridade as diferentes realidades das cidades pequenas (HENRIQUE, 2012, p. 64).

Para tanto, os estudos sobre esses centros urbanos precisam superar certos estereótipos e generalizações, sobretudo, levar em consideração a heterogeneidade das cidades pequenas e entender que a leitura sobre esses espaços não pode ser explicada com base em tudo que ocorre em outras escalas de cidades, especificamente, nas metrópoles (SANTOS, 2019). Daí a necessidade de ampliar o entendimento sobre a dinâmica de produção do espaço, para além da leitura superficial associada à questão demográfica, precisa-se compreender a função dessas cidades na rede urbana, processo de formação socioespacial, mudanças econômicas, políticas e os conteúdos das práticas espaciais presentes na vida cotidiana.

No tópico a seguir, são apresentadas algumas reflexões sobre o processo de produção do espaço da cidade de São Felipe e sua inserção na rede urbana do Recôncavo Baiano.

São Felipe e sua inserção na rede urbana do Recôncavo Baiano

Se considerarmos apenas a variável demográfica, conforme a análise quantitativa do IBGE, praticamente todas as cidades da rede

urbana do Recôncavo Baiano são classificadas como pequenas, à exceção de Santo Antônio de Jesus, que tem se consolidado como centro de maior atração de pessoas e influência na rede urbana com relação às outras cidades, mais próxima das funções desempenhadas por uma cidade média. Todavia, a questão demográfica é importante, mas, como já foi sinalizado no tópico anterior, a variável demográfica não pode ser a única a ser considerada na análise para se chegar ao entendimento conceitual mais amplo. Desse modo, busca-se refletir sobre a complexidade das relações de produção presentes na cidade pequena levando em consideração as funções que desempenham na rede urbana, bem como a relação com os conteúdos de sua dinâmica intraurbana.

A intenção é caracterizar a produção do espaço urbano de São Felipe dentro desse contexto, como se reproduz a cidade em meio às relações sociais de produção, aspectos socioeconômicos e funções desempenhadas na relação com o espaço rural, diante das mudanças decorrentes do processo de urbanização capitalista, marcado por novas formas de uso e apropriação do espaço. São adotados alguns elementos para análise da produção espacial urbana, no que diz respeito ao processo de reprodução das relações sociais, atividades de ocupação e dinâmica populacional.

Segundo dados do IBGE (1958), São Felipe começa a se formar em 1678, com a ocupação das terras pelos primeiros colonizadores, os irmãos Tiago e Felipe Dias Gato, parentes próximos de Bartolomeu

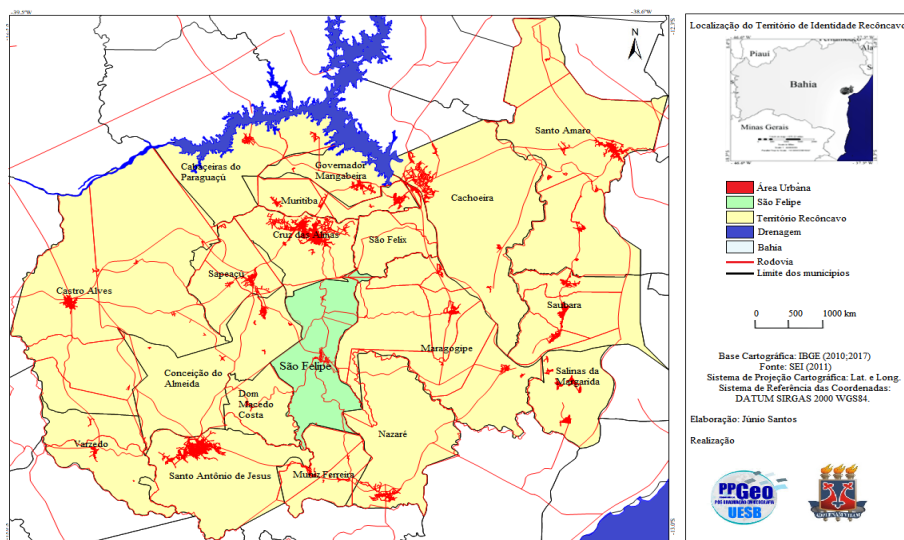
Gato, renomado fazendeiro de Maragogipe. Em função das plantações cultivadas e da concentração de pessoas que começaram a ocupar essa região, deu-se início a construção das primeiras moradias que deram origem ao povoado, e em 1681 foi edificada uma capela sob a invocação dos apóstolos São Filipe e São Tiago que se tornaram padroeiros dessa localidade.

A elevação à categoria de vila se deu com base na Lei nº 1.952, em 29 de maio de 1880, com a criação do município, desmembrado de Maragogipe. Por conseguinte, a sede foi elevada à categoria de cidade em 30 de março de 1938. Administrativamente, São Felipe era composto pelos distritos Dom Macedo Costa²⁶, São Felipe (sede) e Caraípe, conforme Lei nº 628 de 30 de dezembro de 1953 (IBGE, 1958). Contudo, atualmente, apenas a Vila Caraípe permanece como distrito de São Felipe.

A cidade de São Felipe está localizada na região do Recôncavo Baiano (Mapa 1). O município concentra população absoluta de 20.305 habitantes em 2010 e, em 2020, a população estimada pelo instituto foi de 21.080 pessoas. Com população urbana de 9.820 pessoas (9.517 residentes na sede), população rural com 10.485 habitantes (IBGE, 2010).

²⁶ Esse distrito foi desmembrado de São Felipe e elevado à categoria de município em 04 de abril de 1962, pela Lei Estadual nº 1652.

Mapa 1 – Localização de São Felipe no Território de Identidade Recôncavo, Bahia, 2019



Em contraposição às tendências do processo de urbanização vivenciado no Brasil nos últimos anos, a concentração populacional nas áreas rurais de São Felipe ainda é predominante com relação à população urbana. Isso é um fato, por mais que a população rural venha decrescendo desde a década de 1940 até 2010, conforme a (Tabela 1).

Tabela 1 – População total, rural, urbana e taxa de urbanização São Felipe, Bahia, 1940-2010

Período	População total	População rural	População urbana ¹	Taxa de urbanização ² (%)
1940	25.917	24.131	1.786	6,89
1950	25.343	23.502	1.841	7,26
1960	24.681	22.345	2.336	9,46
1970	19.205	15.524	3.681	19,17
1980	18.680	13.663	5.017	26,86
1991	20.107	13.201	6.906	34,35
2000	20.228	11.978	8.250	40,79
2010	20.305	10.485	9.820	48,36

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Notas: 1- São incluídas as pessoas que vivem nas sedes de outros distritos e povoados;

2 - Percentual da população urbana sobre a total;

Elaboração: Maiara Leandro.

Verifica-se que o crescimento da população urbana de São Felipe é contínuo, enquanto há perda demográfica no campo. As áreas rurais apresentam decréscimo contínuo da população desde a década de 1940, quando contava com 24.131 habitantes e, em 2010, a população do campo computou 10.485 pessoas. Tal fato pode estar relacionado ao processo de urbanização que começava a se inserir no país, principalmente, a partir da década de 1960. Conforme os dados da Tabela 1, a contar dessa década, há redução da população rural de forma mais intensificada. Conseqüentemente, as taxas de urbanização a partir da década de 1970, também, começam a apresentar crescimento mais elevado, atingindo 48,36% em 2010.

Todavia, observa-se que na década de 1970 o município apresentou redução elevada de sua população total, de 24.681 habitantes correspondentes a década de 1960, passou para 19.205 habitantes em 1970. Aponta-se como caso específico de São Felipe que esse fator está relacionado, também, ao desmembramento de seu antigo Distrito Dom Macedo Costa, que foi elevado à categoria de município, pela Lei Estadual nº 1652, de 04 de abril de 1962.

Segundo Melo (2008, p. 183), o movimento de saída da população do campo para a cidade e de pequenas cidades para médias e grandes, em todo o país, se intensificou na segunda metade do século XX, principalmente nos anos de 1970 e 1980. Entretanto, esse processo de perda populacional nos municípios de pequeno porte “[...] foi mais expressivo na população rural e, sua explicação não se dissocia das mudanças ocorridas na sociedade, economia, política, cultura, bem como nos espaços urbanos e rurais”. Pode-se comprovar essa afirmação com a realidade apresentada no município de São Felipe (Tabela 1), no período de 1940 a 2010, a população rural obteve redução de aproximadamente 56,55%, em 1940 apresentava população rural de 24.131 habitantes, em 2010, a população correspondente foi de 10.485 pessoas.

No caso de São Felipe, o predomínio da população rural possui relação intrínseca com o campo, devido a base econômica do município ser predominantemente agrícola e os dados da ocupação da população por setor de atividade econômica acabam por confirmar

essa realidade. O setor primário ainda se destaca como condutor da dinâmica econômica de produção do espaço em São Felipe. As informações sobre a ocupação da população revelam um percentual predominante de trabalhadores vinculados às atividades primárias, visto que, em 2010, 55,67% estavam ocupados na agricultura, extrativismo ou pesca, e 40,77% no setor terciário - comércio ou serviços (IBGE, 2010). Contudo, no que se refere aos valores do Produto Interno Bruto (PIB) por setores, esses devem ser relativizados, principalmente, porque o valor agregado da agricultura é baixo.

Nos últimos anos, mesmo com funções urbanas restritas, o PIB no setor de comércio e serviço apresenta parcela crescente na economia do município, especificamente, a partir de 2002, com 65,40% no terciário, que saltou para 74,01% em 2009, e em 2016 apresentou 75,58% (IBGE, 2002, 2009, 2016). Nesse momento, ocorre uma certa ruptura na dinâmica de produção entre os setores da economia, o comércio se impõe como atividade principal da cidade, todavia, é preciso considerar que boa parte do setor terciário é sustentado pela administração pública (os serviços públicos). O aumento do valor agregado desse setor envolve além das atividades de comércio e pequenos serviços, certa dependência com relação aos grupos de aposentados e pensionistas com peso expressivo para a economia da cidade. Nesse contexto, entende-se porque o comércio em São Felipe é incipiente e, fortemente dependente tanto da atividade agrícola quanto do serviço público.

No que se refere ao setor secundário os dados são pouco expressivos. As atividades de produção estão relacionadas aos engenhos de açúcar mascavo e aguardente, bem como casas de farinha de mandioca, que representam tipos de agroindústria tradicional vinculadas a produção e transformação de produtos agrícolas.

Com relação aos estudos desenvolvidos pela “Região de Influência das Cidades” (REGIC, IBGE, 2008), São Felipe é considerada um “Centro Local” com pequena expressividade dentro da rede de influências de hierarquia urbana, por apresentar uma centralidade funcional e de atuação concentrada no próprio município. Quanto à rede urbana do Recôncavo Baiano cabe considerar a relação de interdependência entre as cidades, não somente pela satisfação das necessidades de bens e serviços, mas por articulações mais amplas que competem mudanças de funções urbanas que foram adquiridas ou perderam com o passar do tempo. Como aponta Bernardelli (2004),

[...] se no passado, o tamanho de uma cidade praticamente definia seu papel na rede urbana, no período contemporâneo tal correspondência já não encontra a mesma validade, na medida em que vemos cidades com porte populacional semelhante desempenharem papéis bastante diferentes (BERNARDELLI, 2004, p. 42).

Logo, as transformações ocorridas nos espaços urbanos são marcadas por uma série de mecanismos econômicos, funções sociais,

tipos de atividades desenvolvidas, capacidade de articulação política e inserção de novos conteúdos que acabam por redefinir a dinâmica das cidades no contexto da região onde estão inseridas ou dentro de uma rede. Conforme Bernardelli (2004, p. 32), “a rede urbana é, em si mesma, expressão e base da divisão territorial do trabalho [...] ao mesmo tempo em que manifesta concretamente a divisão territorial do trabalho, [...] também acaba por defini-la, colocando-se como condicionadora dela”.

Para entendimento do processo de produção do espaço urbano em função das lógicas presentes numa cidade pequena, cabe destacar a importância dessa dimensão de análise para o desenvolvimento da rede urbana. Conforme Santos (2010),

No caso da Bahia, aspecto particular aqui estudado, é verossímil perceber que as cidades pequenas e médias desempenham papéis importantes na rede urbana, tanto quanto a metrópole regional, Salvador. Enquanto as médias possuem a função de articular os centros do capital e de comando (metrópoles globais, nacionais e regionais) aos menores núcleos urbanos, as pequenas possuem uma integração maior e, possivelmente, mais complexa com o campo e com a vida nos menores aglomerados urbanos, como as vilas e os pequenos povoados (SANTOS, 2010, p. 59).

Infere-se que com o processo de urbanização, novas formas e funções são estruturadas e modificadas nos espaços das cidades. Essas passam a apresentar novos elementos que as caracterizam e insere-as

nas dinâmicas de (re)produção da sociedade capitalista. No contexto da rede urbana do Recôncavo Baiano, verificam-se transformações nas cidades que compõem sua trama reprodutiva em diferentes espacialidades e temporalidades. Conforme esclarece Brito (2008, p. 38), “toma-se aqui como Recôncavo Baiano o espaço geográfico diretamente associado aos aspectos econômicos, sociais e culturais que evoluíram sob as influências da tradição da economia açucareira e de suas respectivas atividades acessórias [...]”.

Contudo, no decorrer do século XX há um processo de decadência econômica e estagnação dessa região. Segundo Brito (2008, p. 65), no fim da primeira metade do século XX, as atividades econômicas voltadas para o açúcar e o fumo no Recôncavo Baiano já estavam perdendo importância comercial que outrora desfrutavam no mercado internacional. Ocorreu assim “[...] a desaceleração e a consequente crise em que sucumbiu a fumiicultura baiana a partir da década de 1950 [...]”. Entretanto, com a descoberta de petróleo no Recôncavo, especificamente, em área mais próxima de Salvador, ampliou-se a criação de rede de infraestrutura para atender as exigências da indústria petrolífera, conseqüentemente, houve o isolamento de áreas tradicionais e grande parcela da população dessas áreas canavieiras e fumageiras foi atraída para novos espaços na cidade (BRITO, 2008).

Conforme esclarece Araújo (2010, p. 142-143), “o Recôncavo Baiano foi a região na Bahia, após a década de 1930, com as maiores

perdas líquidas de população (saldo migratório negativo), sendo que, significativas parcelas dessa população migrou para Salvador, passando a habitar em bairros periféricos e/ou “invasões”. Nessa condição, o autor ressalta que com a implantação da Petrobrás no Recôncavo Baiano em 1954, ainda na década de 1950, antecipou-se na Bahia o processo de modernização via industrialização. Araújo (2010) aponta que a industrialização ocorrida no Estado da Bahia se caracterizou por alguns elementos diferentes daqueles presentes no Centro-sul,

[...] não dependeu de um mercado local, porque foi baseada em indústrias de bens intermediários, portanto, não eram indústrias de bens de consumo como aquelas do Centro-sul; não dinamizou nem a agricultura nem a incipiente indústria local. Pelo contrário, não dependia de praticamente nenhum insumo, à exceção do petróleo, no caso da Petrobrás e do Polo Petroquímico. Quanto ao setor industrial local, este foi praticamente aniquilado, porque como este modelo de industrialização ensejou a ligação interregional, via rodovias, o fluxo de mercadorias vindas do Centro-sul inviabilizou as indústrias locais pela concorrência (menor preço); ficou concentrado na AMS/RMS; local que atendeu a muitos requisitos da SUDENE para a expansão concentrada da indústria centro-sulista; e, respondia aos interesses ou necessidades de empresas sulistas e multinacionais (ARAÚJO, 2010, p. 76 – 77).

Como consequência dessas transformações ocorridas nos espaços produtivos por esse modelo de industrialização na Bahia, o

processo de modernização “[...] não ensejou superação completa das formas tradicionais de reprodução do capital e, portanto, social” (ARAÚJO, 2010, p. 77), bem como as modificações na estrutura da sociedade decorrentes do processo de industrialização-modernização se deram de forma parcial.

Nesse contexto, as mudanças no processo de urbanização articuladas ao processo de industrialização acarretaram alterações no uso do solo urbano, primeiramente, atingindo com maior intensidade as metrópoles e, posteriormente, cidades médias. Mas, tais influências também vão interferir nas condições espaciais de formação das cidades pequenas. Nesse aspecto, diferentes fatores estão interligados. Ocorreu a explosão demográfica de cidades maiores e de certo modo, perda de população nos municípios pequenos, especialmente, no campo. Bem como a expansão do tecido urbano, com modificações nas formas estruturais das cidades e inserção de novos conteúdos urbanos. Desse modo, verifica-se que, nas últimas décadas, principalmente, no início do século XXI, as transformações nos espaços urbanos se intensificaram com a reconfiguração de novas funções desempenhadas pelas redes de cidades e suas dinâmicas espaciais. E, não se pode deixar de considerar os interesses da acumulação primitiva do capital imbricados nessas relações de produção do espaço das cidades (SANTOS, 2010).

Com a intensificação do processo de povoamento, várias cidades foram se consolidando na região do Recôncavo Baiano,

marcada por um elevado número de cidades pequenas que apresentam distâncias relativamente curtas entre si. O Recôncavo Baiano foi densamente povoado na época da colonização do Brasil, com elevada densidade populacional e organização da produção baseada na exploração agromercantil, voltada para o exterior. Essa região cresceu, desde o Período Colonial, baseada no ciclo econômico das atividades canavieiras e fumageiras, sobretudo, influenciada pelos interesses da economia agrícola para exportação (BOMFIM, 2006).

Entre as décadas de 1940-1950, as cidades do Recôncavo Baiano que apresentavam maior grau de “desenvolvimento” eram aquelas que continham os portos e os centros administrativos de maior importância. Santos (2018) destaca que São Felipe dependia de mares para transportar toda sua produção até os portos de Maragogipe ou Nazaré, municípios com os quais mantinha relação de dependência para escoamento da sua produção de mercadorias à cidade de Salvador.

Em entrevista, o Professor Felix Santos²⁷ explica que São Felipe sempre esteve como uma espécie de “apêndice econômico de Maragogipe e Nazaré” e, essa dependência se manteve até 1950, quando a Constituição da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe

²⁷ Entrevista realizada com o Professor e Pesquisador Dr. Felix Souza Santos, morador da cidade de São Felipe, em 04 de outubro de 2019. Possui Graduação em História pela UFBA e, Mestrado e Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador.

(RLAM),²⁸ expande o desenvolvimento do capital na periferia de Salvador. Por conseguinte, foi criado o Centro Industrial de Aratú (CIA),²⁹ na década de 1960, e a partir do final da década de 1960 já se começa planejar o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), com influência na criação da Região Metropolitana de Salvador. Para o entrevistado, nesse contexto de 1950 a 1970 “[...] se rompem os marcos do Recôncavo antigo, dos tropeiros, do transporte por barco, dos saveiros, da companhia de navegação baiana [...]”³⁰. Logo, se começa expandir a malha rodoviária:

[...]. A BA 01 e a BR101 criam uma nova integração regional, conecta essa parte sul do Recôncavo ao mercado e ao transporte nacional, mas não inclui São Felipe. São Felipe pareceu marginal a essa inserção, a população de São Felipe permanece estável em 20 mil habitantes há praticamente vinte anos, a questão é averiguar por que São Felipe permanece estável na sua população, na sua produção econômica?! A única diferença, o impacto que ocorre de mudança em São Felipe, é na estrutura da pecuária que sai o gado criado em corda e se estabelece a criação de gado sobre pastos, com cerca de arame. E em função do barateamento do custo de arame, da implantação

²⁸ A RLAM foi a primeira refinaria de petróleo a ser implantada pela Petrobrás no país, localizada no município de São Francisco do Conde – BA. “O nome dessa refinaria é uma homenagem a Landolfo Alves, que foi engenheiro agrônomo e um dos maiores entusiastas da luta pela descoberta de fontes energéticas na Bahia” (GODINHO, 2008, p. 18).

²⁹ O Centro Industrial de Aratu (CIA) foi implantado em 1967, nos municípios de Simões Filho e Candeias. E o Pólo Petroquímico, em 1977, no município de Camaçari.

³⁰ Entrevistado Professor Felix Santos, morador da cidade de São Felipe, entrevista realizada em 04 de outubro de 2019.

do capim braquiária, da Lei do Usucapião que extinguiu uma boa parcela dos reдеiros e agregados [...] nessa ordem (a RLAM, o CIA, o COPEC, a Lei do Usucapião, a expulsão dos reдеiros e agregados com a imposição do capim braquiária nas terras do café e do fumo que dependia de grande mão de obra), desse conjunto ocorre um esvaziamento do campo em São Felipe. E como não se criou indústrias para atrair essa mão de obra, essa mão de obra rural agregada e reдеira foram expulsas do seu território, foi ocupar as periferias de São Felipe, de Santo Antônio de Jesus, de Cruz das Almas e de Salvador e, São Felipe permaneceu e permanece sem destaque econômico porque não se pensou em uma indústria que absolvesse essa mão de obra. [...] Isso é bom no sentido de que preserva suas tradições, isso é ruim para quem pensa o desenvolvimento no sentido da expansão do espaço da cidade, isso é uma questão que deve ser discutida posteriormente [...]³¹.

Sobre as afirmações do entrevistado, cabe refletir, primeiramente, com relação à divisão social e territorial do trabalho, na medida em que São Felipe possuía grande mão de obra, especialmente, inserida na atividade agrícola. E posteriormente dá-se início ao desenvolvimento da pecuária no município e conseqüentemente a extinção de reдеiros, fatores esses que influenciaram em mudanças nas relações da força de trabalho e na

³¹ Entrevistado Professor Felix Santos, morador da cidade de São Felipe, entrevista realizada em 04 de outubro de 2019).

migração da população rural para outras cidades, além do próprio espaço urbano de São Felipe.

Todavia, a afirmação de que “São Felipe permaneceu e permanece sem destaque econômico porque não se pensou em uma indústria que atraísse essa mão de obra” precisa ser problematizada. Pois pensar o crescimento da cidade apenas com relação à presença de indústria é incorrer numa análise superficial sobre a produção do espaço, sem considerar suas contradições, relações de produção e o contexto de formação socioespacial presente em cada realidade. Visto que, para além do capital industrial, devem-se considerar os capitais comercial, financeiro e imobiliário, bem como a atuação do poder político (os interesses do Estado, incorporados às ações de gestão pública de determinada cidade), elementos que estão imbricados na produção do espaço urbano e que não se reduzem apenas a presença da estrutura técnica.

Como esclarece Lefebvre (1999), não se pode submeter à realidade urbana apenas à “racionalidade industrial”. Por isso, essa questão precisa ser contextualizada, pois envolve uma dimensão de análise mais ampla inerente à reprodução das relações capitalistas no espaço como um todo. “[...]. Sob certos aspectos, a cidade tem na industrialização, contraditoriamente, sua própria negação, na medida em que essa última salopou as estruturas pretéritas das cidades, para (re)construí-las no devir do mundo moderno (SANTOS, 2008, p. 39).

Segundo Santos (2012, p. 135-136), em 1940, “[...] das 20 maiores cidades do estado, que poderiam exercer algum papel de intermediação, o que permite excluir Salvador, a articulação com o Recôncavo Baiano era um fator importante e destacava, por exemplo, Nazaré, Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe e São Félix”. No período de 1940-1960, basicamente, ainda predominava no Recôncavo Baiano a economia agrário-exportadora que desempenhava funções de grande importância para o desenvolvimento da região.

Apesar do processo de urbanização que se intensifica no país a partir de 1970 (população urbana supera a população rural no Brasil), na rede urbana do Recôncavo Baiano esse processo não se consolida de forma geral, pois muitos municípios, atualmente, ainda possuem população rural superior à urbana. Tal fato está diretamente associado à forte relação de dependência dessas cidades, como exemplo de São Felipe, às atividades agrícolas como a principal base econômica do município. Como ressalta Oliveira (2012) em seus estudos sobre São Felipe,

[...] com relação a produção agrícola, principal base econômica do município de São Felipe, as principais culturas são a produção de milho, fumo, mandioca, cana de açúcar e laranja. A principal produção é a da mandioca com área plantada de 2.192 (ha), uma produção de 32.880 (t), o que gera uma renda de 2,3 milhões de reais para a população do município. Essa atividade é desenvolvida em pequenas propriedades, por uma agricultura familiar que tem na policultura sua

principal fonte de renda, lembrando que grande parte da população está ocupando os postos de trabalho nesta atividade (IBGE, 2004).

[...]. No período de 2001 a 2010, registrou-se cerca de 16.235 hectares ocupados por estabelecimentos agropecuários, que utilizam uma mão de obra de 8.413 pessoas, representando 42% da população [...] (OLIVEIRA, 2012, p. 50).

Esses dados apresentados pela autora vão influenciar na forma como a divisão territorial do trabalho se estabelece em São Felipe em função dessa força de trabalho mais agrícola. Uma vez que, a relação campo-cidade é historicamente imbricada e, há uma dependência muito forte do pequeno comércio com as atividades agropecuárias desenvolvidas no município, pois são essas atividades que mantêm a dinâmica do comércio local. Haja vista que, mesmo com a especialização de algumas atividades do setor de serviços, são as atividades do setor primário que ocupam a maioria da população.

Oliveira (2012, p. 50) também afirma que o comércio local em São Felipe “[...] é, ainda, incipiente devido à proximidade com grandes centros comerciais, como Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas. A atividade que mais movimentava o comércio é a Feira Livre”. Ressalta-se que não se pode generalizar tal afirmação, porém, a afirmativa da autora pode ter relação com o fato de que, em meio às mudanças econômicas e novas relações espaciais no processo produtivo, cidades como Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas acabam por redefinir

suas funções com o surgimento de novos conteúdos e mantêm crescimento expressivo da população urbana.

Segundo Endlich (2006), o desdobramento espacial das atividades amplia as forças produtivas, ao passo que também exige um domínio centralizado e, desse modo, menores núcleos da rede urbana podem ter suas funções reduzidas ou modificadas. “Tanto podem surgir atividades especializadas com um alcance de mercado espacialmente mais amplo, quanto a acessibilidade facilitada a centros urbanos maiores podem reduzir os papéis urbanos das pequenas cidades” (ENDLICH, 2006, p. 86). Assim, deve-se considerar que cada cidade assume uma função principal que interfere diretamente no papel desempenhado na divisão territorial do trabalho.

Nessa perspectiva, ao pensar a cidade de São Felipe, verifica-se que, no contexto da rede urbana do Recôncavo Baiano, mantém certa relação de dependência e acessibilidade facilitada à cidade de Santo Antônio de Jesus, sobretudo, devido à busca por serviços especializados de saúde e melhores condições de emprego. Conforme apontam os dados da pesquisa de campo: do total de entrevistados em São Felipe, 52% afirmam utilizar serviços médicos em outra cidade; desses, 35% recorrem à cidade de Santo Antônio de Jesus. Contudo, esse fluxo não ocorre de maneira homogênea na cidade de São Felipe, visto que existe uma diferenciação dessa prática entre os moradores do Centro e dos bairros mais segmentados como a Urbis, Laranjeira e Jurema, pois, 27% dos moradores do Centro afirmaram que se

deslocam para atendimento médico em Santo Antônio de Jesus, enquanto 8% dos moradores das áreas mais pobres fazem o mesmo.

Outro dado que denota a relação de São Felipe com outras cidades se revela na afirmação de 57% do total de entrevistados que asseguraram ter o desejo de morar em cidades maiores na busca de “melhores oportunidades”, principalmente, de emprego. Desses, 23% gostariam de morar em Santo Antônio de Jesus e 17% afirmaram ter o desejo de morar em Salvador, enquanto os outros 17%, relatam outras cidades, especificamente, relacionadas ao natalício, para onde nutrem o desejo de retornar.

Portanto, considera-se que “o estudo e a compreensão de pequenas e médias cidades não podem prescindir do entorno espacial, fundamental para compreender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional que realimentam os mesmos” (ENDLICH, 2006, p. 86). Como esclarece Jurado da Silva (2011), as cidades pequenas apresentam suas particularidades como centros diferenciados entre si, bem como no que diz respeito a sua inserção na rede urbana e aspectos mais amplos que lhes são comuns, como inserção na economia de mercado, participação na divisão territorial do trabalho, atendimento das demandas mínimas da população etc.

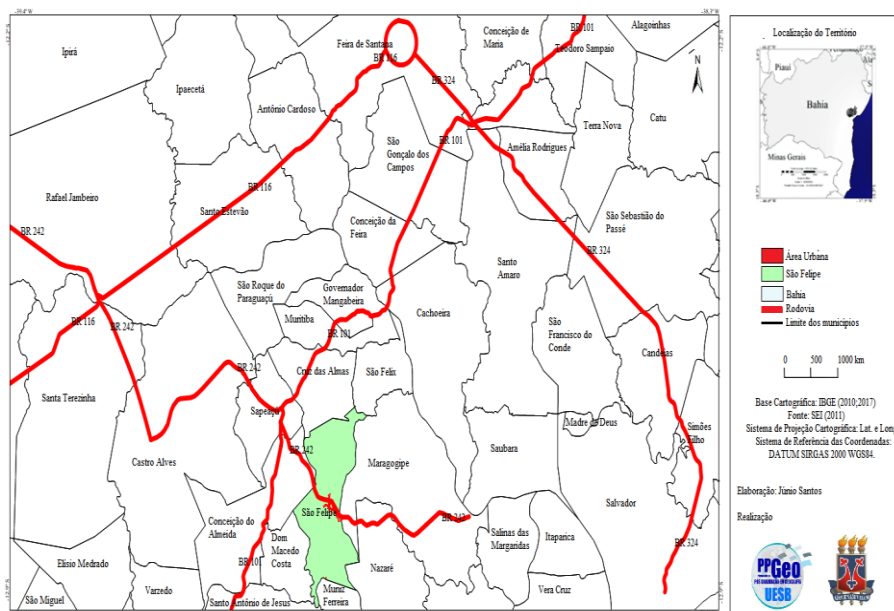
A implantação das rodovias federais BR 324 e BR 101, dentro do contexto de urbanização da região do Recôncavo Baiano, também intensificou o processo de transformação das relações espaciais nas áreas urbanas e rurais. Cidades como Santo Antônio de Jesus e Cruz

das Almas passam a se destacar com o fortalecimento de suas funções e reestruturação urbanas.

Todavia, com relação à circulação rodoviária, São Felipe não apresenta uma posição privilegiada quanto a esse meio técnico de circulação de capital, de pessoas e mercadorias. O acesso à cidade é viabilizado pela BR 242,³² que cruza as BR 101 e BR 116. São Felipe em sentido a Conceição do Almeida fica a 17 Km da BR 101 (Mapa 2).

³² A implantação do Sistema Viário Oeste (SVO), projeto composto pela construção da Ponte Salvador – Itaparica e pela integração de quatro rodovias federais (BRs 101, 116, 242 e 324), prevê a alteração do traçado da BR 242. Conforme o Plano Urbano Intermunicipal (BAHIA, 2015a) é prevista uma nova configuração da BR 242 no Recôncavo, com mudança de seu marco zero de São Roque do Paraguaçu para Salvador (“na cabeceira da futura Ponte”) articulando o sistema viário dessas rodovias federais, além de criar novas rotas logísticas. Bem como a requalificação do trecho rodoviário da BR 242 que liga Castro Alves à BR 116. No que se refere a São Felipe, o município estaria na macroárea de influência não atravessada pelo SVO. Todavia, quanto à caracterização de impactos urbanos específicos o relatório faz a seguinte referência a São Felipe: “[...] Acessibilidade – 1. A distância e a precariedade dos acessos à sede municipal dificultam a extensão dos impactos do SVO no município. 2. Isolamento municipal atual deve ser pouco alterado pelo SVO. 3. Obras de melhoria de acesso e de sinalização à sede municipal” (BAHIA, 2015b, p. 62).

Mapa 2 – Localização das rodovias federais, São Felipe, 2019



Esse fator referente à localização de São Felipe é pontuado pelo Secretário Municipal de Administração, Álvaro Neiva³³, como uma das dificuldades para atração de investimentos no município:

[...]. Mas São Felipe tem uma dificuldade, qual é?! De atrair investimentos grandes na área da indústria e, você sabe que para o município crescer, muitos cresceram com indústrias³⁴ [...] E São Felipe não fica próxima a uma BR assim de passagem, é

³³ O Sr. Álvaro Neiva era o atual Secretário Municipal de Administração de São Felipe na data em que a entrevista foi realizada (26 de fevereiro de 2019). Mas, devido a mudanças administrativas na gestão, atualmente, ele não desempenha mais esta função.

³⁴ Evidencia-se que esta afirmação referente à indústria como propulsora do crescimento de determinada cidade precisa ser relativizada, como já pontuamos anteriormente.

fim de linha. [...] Nenhum empreendedor, empresário vai querer se instalar num final de linha, desde quando, para fazer distribuição dos produtos, e até a visualização de sua empresa será ruim [...]. Então, nós temos essa dificuldade de atrair empresas, mas a gente tá aí, tocando alguns projetos de microempresários, quer dizer, apoiando, na maneira do possível, quando nós somos procurados. Eu tenho na minha cabeça [...] a gente quer promover uma reunião com todos os comerciantes e empresários do município para a gente dialogar, para a gente encontrar caminhos para o comércio crescer e a gente vê o que o município pode contribuir. Ou seja, tem vários sonhos e acredito que só no desenrolar do tempo e com apoio da sociedade a gente pode conseguir os êxitos (Entrevistado Sr. Álvaro Neiva, Secretário Municipal de Administração de São Felipe, entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2019).

Cabe ressaltar, também, o depoimento de um dos entrevistados, comerciante na cidade, e que destaca a questão da localização de São Felipe como um fator positivo, mas que carece de investimento por parte de instâncias maiores e da própria gestão administrativa da cidade, na forma como a cidade é planejada.

[...] Eu vou em Maragogipe de bicicleta, eu vou em Cruz das Almas de bicicleta, eu vou no Almeida de bicicleta, eu vou em Nazaré, eu vou em São Roque, eu vou em Dom Macedo. Se você vê, São Felipe fica no meio. Então, quer dizer, se uma empresa que queira atender algum seguimento, necessidade, vir se instalar aqui em São Felipe, ela vai já economizar na questão de distância, ela não vai atravessar uma fronteira pra ir, ela sai daqui e entrega nessas cidades tudo. [...] Tipo assim, uma UPA do Governo

do Estado aqui em São Felipe, trazer as pessoas dessas cidades para aqui né, ao invés de ir para Santo Antônio de Jesus. Ficava bem localizada, gastava menos combustível, porque a cidade, ela fica no meio, entendeu?! [...] se tivesse estrada boa ligando São Felipe a essa questão aqui do porto de São Roque a 101, desenvolvia muito [...] Hoje, a cidade grande da nossa região é Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, quem sabe um dia pode acontecer alguma coisa e São Felipe seja uma cidade que venha [...] eu digo que São Felipe é “cereja”, é a “pérola do Recôncavo” (risos)! Inclusive a gente tem uma Serra ali que fica no meio, todo lugar que você vai você ver, acho que as pessoas precisam explorar mais essa questão aí de se apropriar da questão da Copioba³⁵, dizer que é nossa, porque é uma coisa que o mundo todo conhece entendeu? [...] A Serra da Copioba tá aqui [...]. Então, eu acho que isso aí poderia ser um marketing para a cidade (Entrevistado M.C, morador do Centro da cidade, entrevista realizada em 29 de abril de 2019).

Contudo, ressalta-se, de acordo com Santos (2010), que considerar apenas elementos técnicos para entender o processo de produção das transformações nas cidades não é suficiente, uma vez que:

[...] por mais que sejam importantes, rodovias como a BR-116 e a BR-101, a rede ferroviária, incipiente na Bahia, toda a rede portuária, bem como outras materialidades técnicas e da técnica,

³⁵ O entrevistado se refere aos trâmites do processo para patentear o nome “Farinha Copioba” como Indicação Geográfica (IG) dos municípios de São Felipe, Maragogipe e Nazaré. Esse processo encontra-se em andamento envolvendo esses municípios em parceria com pesquisadores da UFBA e Embrapa.

visíveis ou não, longe de panaceias explicativas, nada mais são do que produtos de uma ordem social mais ampla que, no caso do território baiano, implica desvendar os nexos do próprio avanço e amadurecimento das relações capitalistas no Brasil, articulados com o próprio movimento do mundo (SANTOS, 2010, p. 62).

Nesse contexto, para entender o processo de urbanização é preciso pensar as dinâmicas de produção inerentes às relações capitalistas e como as cidades se (re)produzem em meio a esse processo, quais funções passam a desempenhar e como as relações de trabalho e de produção são reproduzidas no espaço urbano. No caso de São Felipe, são comuns as pessoas se referirem a noção de cidade pequena pelo simples fato de “não possuir indústria, fábricas” e até mesmo correlacionar tal aspecto com a falta de emprego e/ou remeter a adjetivação de “cidade atrasada”³⁶. “São Felipe é uma cidade pequena [...] carente e que precisa de muita coisa, tem espaço, precisa é de uma empresa, uma fábrica que possa abraçar muita gente para trabalhar, coisa que aqui não tem [...]”³⁷. Entretanto, cabe ressaltar que cada cidade possui particularidades quanto ao processo de produção, São Felipe se destaca com sua base econômica ligada à agricultura, porém, não se observa investimentos nessa área.

³⁶ Tais afirmações foram recorrentes durante a aplicação das entrevistas e questionários, pesquisa de campo, 2019.

³⁷ Entrevistado J.R, morador do Centro, entrevista realizada em 15 de abril de 2019.

Portanto, tais relações são complexas e precisam passar por reflexões mais amplas. Para além da materialidade puramente técnica da presença de rodovias, equipamentos e serviços urbanos, é preciso contextualizar as relações de produção presente em cada realidade, apreender os conteúdos e processos de (re)produção do espaço capitalista em meio às modificações das relações socioespaciais que acabam por interferir diretamente nas dinâmicas das cidades.

Considerações finais

Diante das discussões apresentadas neste trabalho, compreende-se que a cidade de São Felipe, presente na problemática da pesquisa como o nível de análise da realidade, contribui com o estudo de novos elementos de interpretação da dinâmica reprodutiva do espaço da cidade pequena. A problematização da temática no decorrer do texto revelou que a discussão conceitual sobre esse perfil de cidade envolve questões complexas e torna-se uma incógnita a ser pensada.

Uma vez que, a realização do urbano nas cidades pequenas apresenta complexidade nas relações de produção e reprodução do espaço, com múltiplas atividades que caracterizam as diversas realidades socioespaciais. Nelas estão presentes as contradições e particularidades que se complementam e/ou dissociam-se como reprodução espacial, marcada pelo processo de (re)produção das relações sociais que se realizam no espaço vivido, capaz de revelar as

diferenças tanto estruturais quanto conjunturais, influenciadas pelas dinâmicas sociais presentes em cada tipologia de cidade.

No caso de São Felipe, infere-se acerca da realidade de uma cidade influenciada pelas relações de interdependência com o espaço rural e complexidade das relações entre forma-conteúdo com particularidades que lhes são próprias, sem desconsiderar a influência com outras cidades como parte do processo de produção diante das novas relações espaço-tempo e mudanças na dinâmica urbana contemporânea. Destaca-se, assim, a importância de realizar interpretações sobre a produção do espaço com aprofundamento das discussões sobre a dinâmica da cidade, suas transformações e tendências para compreensão da realidade. E, de se considerar a relação com o campo como dimensão imprescindível para entendimento das práticas socioespaciais de (re)produção do espaço intraurbano.

Portanto, de acordo com Santos (2019), na cidade pequena alguns dos processos citados no decorrer do texto se explicam pela totalidade do fenômeno da produção do espaço. O que acontece nas grandes cidades e metrópoles também ocorre em outra escala nas cidades pequenas, ao considerar as suas funções na rede urbana. Mas, há processos que acontecem nas cidades pequenas e médias que não se explicam em processos metropolitanos, pois, as práticas espaciais e as lógicas reproduzidas espacialmente apresentam especificidades na produção do espaço em que estão inseridas e que devem ser

consideradas. Para tanto, as questões levantadas neste trabalho revelam possibilidades para futuras pesquisas.

Referências

ARAÚJO, James Amorim. **Modernização capitalista e reprodução social da classe trabalhadora na periferia de Salvador/BA: o Pero Vaz e as formas e práticas derivadas da escravidão**. 2010. 321 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2010.

BRITO. Cristóvão de Cássio da Trindade de. **A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008. 236 p. SciELO Books [online]. Disponível em: <http://me.precog.com.br/bc-texto/obras/brito-9788523209216.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2019.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. A análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo. *In*. DIAS, Patricia C. SANTOS, Janio. (Org.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador: SEI, 2012, p. 81-102.

BAHIA. **Relatório plano urbano intermunicipal: PUI - Ilha de Itaparica**. Consórcio Demacamp; Instituto Pólis; Oficina Consultores Associados, Salvador, 2015a. Disponível em: <http://www.sedur.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=39>. Acesso: 10 de novembro de 2019.

BAHIA. **Municípios área de influência direta SVO: cartograma e caracterização de impactos urbanos**. Salvador: SEDUR, 2015b. Disponível em: <http://www.sedur.ba.gov.br/arquivos/File/MunicipiosInfluenciaDiretaSVOCartogramaCaracterizacaoImpactosUrbanos.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva-SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) -

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2004.

BOMFIM, Márcia Virgínia Pinto. **A rede urbana do Recôncavo Baiano e seu funcionamento técnico**. 2006.119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De10311.htm. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.

DOM MACEDO COSTA. Lei Estadual nº 1652, de 04 de abril de 1962. Emancipação política do município. **Diário Oficial do Município**, Câmara Municipal de Dom Macedo Costa, 1962.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, 2010, p. 75-81. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/398>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2021.

GODINHO, Luís Flávio Reis. **Laços frágeis e identidades fragmentadas: interações, discriminações e conflitos entre os trabalhadores da Refinaria Landulfo Alves – 1990-2006**. 2008. 280 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

HENRIQUE, Wendel. Do rural ao urbano: dos arquétipos à espacialização em cidades pequenas. *In*. DIAS, Patricia C. SANTOS,

Janio. (Org.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador: SEI, 2012, p. 63-79.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292870>. Acesso em: 23 de agosto de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1940**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1950**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1960**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1970**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1980**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1991**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sidra**: Banco de dados sobre Censo Demográfico, 2000. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, RJ, 1958, p. 304-310.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas e indústria**: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP. 2011. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

LEANDRO, Maiara Cerqueira. **A produção do espaço da cidade pequena**: das representações socioespaciais à apropriação das práticas cotidianas em São Felipe - BA. 2020. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas – SP**: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço. 2014. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

OLIVEIRA, Valdeane dos Santos. **O Plano Diretor do Município de São Felipe e a questão ambiental:** uma análise da barragem da Copioba e serra da Copioba - 2001-2012. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental). Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2012.

SANTOS, Felix Souza. **O pão nosso de cada dia:** a farinha de mandioca na cidade da Bahia e sua lavoura no Vale do Copioba no Recôncavo Baiano. 2018. 313 f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2018.

SANTOS, Janio. Contribuição teórico-metodológica ao estudo das pequenas cidades, com base em pesquisas sobre a Bahia. In: BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro (Org.). **Cidades médias e pequenas:** reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas. 1ed. Curitiba: Appris, 2019, v. 1, p. 52-84.

SANTOS, Janio. Ações do estado e o papel das cidades médias baianas nos planos da urbanização capitalista. In: DIAS, Patricia C. SANTOS, Janio. (Org.). **Cidades médias e pequenas:** contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos (Publicações SEI). p. 129 -156. Série estudos e pequenas. Salvador, 2012.

SANTOS, Janio. A natureza contraditória da urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades baianas. In: LOPES, D. M. F. HENRIQUE, Wendel (Org.). **Cidades médias e pequenas:** teorias, conceitos e estudos de caso. p. 59-74 (Série estudos e pesquisas, 87). Salvador: SEI, 2010.

SANTOS, Janio. **A cidade poli(multi)nucleada:** a reestruturação do espaço urbano em Salvador. 2008. 402 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial: 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001, v. 1, p. 609-643.

Unidades climáticas (peri)urbanas de Agudo/RS

Jonathan Júlio Kegler³⁸

Cássio Arthur Wollmann³⁹

Ismael Luiz Hoppe⁴⁰

Introdução

Os primeiros pesquisadores que estudaram o clima já tinham consciência de que as atividades humanas causavam alterações perceptíveis sobre os elementos atmosféricos, especialmente na ambiência urbana. Nesse sentido, percebe-se que essa preocupação com o clima não é algo recente, e acompanha a evolução do fenômeno urbano e as mudanças que este provoca em nível local.

A diferença do clima entre as cidades e o campo já eram mostradas nos primeiros registros meteorológicos, e então, comentadas no primeiro estudo do clima de uma cidade, conforme

³⁸ Mestre em Geografia, UFSM. Atualmente é professor de Geografia do Município de Garibaldi-RS. E-mail: jonathankegler@hotmail.com.

³⁹ Doutor em Geografia, USP. É pesquisador líder do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Climatologia em Ambientes Subtropicais (LaCAS), link: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8330814406402566>. Pesquisador Nível 2 PQ-CNPq (2021-2024). Pesquisador integrante da Rede Climas Subtropicais (RCS). E-mail: cassio_geo@yahoo.com.br.

⁴⁰ Doutorando em Geografia, UFSM. É pesquisador integrante do Laboratório de Climatologia em Ambientes Subtropicais (LaCAS), realizando pesquisas na área da climatologia urbana de cidades pequenas e médias. E-mail: ismael.hoppe@hotmail.com.

historicamente evidenciado por Howard (1833) em Londres. Este estudo passou a ser referência, e é trabalhado em diversos artigos científicos que tratam do tema, expandindo a literatura para searas que investigam a influência dos povoados e das indústrias no clima (BROZOVSKY; GAITANI; GUSTAVSEN, 2021).

Impactos no meio ambiente como o desmatamento da vegetação original, impermeabilização do solo, canalização de córregos, modificações do relevo, aglomeração de edificações, aumento de pessoas e veículos, aumento de gases na atmosfera, provocam alteração na atmosfera sobre as cidades. Usamah, Vijayalakshmi, Mohammad (2020) relatam que o rápido processo de crescimento urbano, evidenciado principalmente no Século XX, trouxe a necessidade de regulamentação do ordenamento urbano, pois uma urbanização mal planejada gera impactos significativos no meio ambiente e na sociedade, cujos efeitos negativos implicam diretamente sobre a qualidade ambiental urbana (CARDOSO; AMORIM, 2015).

O aumento da população mundial resultou em uma rápida urbanização, que altera drasticamente as formas, tecidos, estruturas e o metabolismo das paisagens, e conseqüentemente, altera o clima local (XUE, et. al., 2020). As populações dessas áreas são frequentemente expostas a extremas condições climáticas e a alterações no clima urbano, especialmente no que tangem as

amplitudes térmicas diárias e sazonais, e que são maiores principalmente no verão e inverno, além de redução da umidade do ar e a moderação da velocidade do vento (MANDELMILCH, et. al., 2020).

Monteiro (1976, p. 95), primeiro geógrafo brasileiro a tratar da temática do clima nas cidades com mais ênfase no Brasil, por sua vez, destacava a premissa de que o ambiente construído altera os elementos meteorológicos dando origem ao clima urbano, o qual define como “...um sistema que abrange o clima de um dado espaço terrestre e sua urbanização”. Em Mendonça (1994) o clima urbano é resultado das interações no ambiente natural, tais como a retirada da cobertura vegetal, modificação nas formas de relevo e na rugosidade da superfície, concentração de edificações, equipamentos e pessoas, impermeabilização do solo, canalização do escoamento superficial, acumulação de partículas e gases na atmosfera e produção de energia artificial.

Percebe-se assim, que as modificações provocadas no ambiente natural, originam um clima local, essas modificações constituem um novo albedo, uma nova impermeabilidade e nova composição da atmosfera. A interação sistêmica e dinâmica dessas alterações resulta no clima urbano (KEGLER, et. al., 2017).

Para relacionar a urbanização com o clima urbano, se faz necessário perceber as mudanças funcionais das cidades ao longo dos anos. As cidades inicialmente tinham como principal função a

proteção e sobrevivência no meio em que o homem estava inserido, e os primeiros núcleos foram sofrendo metamorfoses e agregando novas funções com o passar do tempo. Um local que tinha como funções a proteção e sobrevivência passou a ser fundamental pela sua função de produção de riqueza, cultura, lazer e moradia (SANTOS, 1993).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015), a maior parte da população brasileira vive em áreas urbanas (84,72%), e 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais, sendo que muitas cidades no Brasil podem ser consideradas conglomerados urbanos, nas quais o ser humano depende do que é produzido tanto no meio urbano quanto no rural (SANTOS, op. cit.).

Nas cidades pequenas, cujos efeitos de seu crescimento ainda são pouco perceptíveis, os estudos de clima urbano e ordenamento espacial possuem caráter informativo e preventivo aos órgãos de planejamento responsáveis, com o intuito de não alterar o equilíbrio entre a ocupação do espaço e as modificações dele decorrentes. Para o ambiente urbano, o clima também é considerado uma das características naturais marcantes (WOLLMANN; SIMIONI, 2013) e por tal razão, merece especial atenção quando do planejamento da ocupação dessa área. Mesmo com essa importância, o clima não é tratado com a devida atenção pelos planejadores e governantes.

Com base nas premissas teóricas supracitadas, a presente pesquisa busca, ao considerar o clima local e regional da região central do Rio Grande do Sul, dar maior visão à variabilidade do canal termodinâmico que ocorre nos espaços urbanos, em especial, das pequenas cidades, como Agudo. A soma destas variáveis oriundas das atividades humanas com aquelas de natureza ecológica propicia a formação de um clima urbano específico, e uma de suas mais notáveis manifestações é a ilha de calor e de frescor urbano, as quais geralmente estão localizadas nas áreas mais centrais da cidade (STEWART; OKE, 2012).

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi de identificar as unidades climáticas periurbanas e urbanas dentro do sistema termodinâmico de Agudo/RS, levantadas em período invernal e vernal por meio do uso dos transectos móveis para a obtenção dos dados necessários para as definições das unidades climáticas.

Da área de estudo

O município de Agudo localiza-se entre as coordenadas geográficas 29°19'S e 29°43'S, e entre as longitudes 53°01'W e 53° 21'W, na região central do estado do Rio Grande do Sul, oficialmente pertencendo à Mesorregião Geográfica Centro Ocidental Rio-grandense e à Microrregião Geográfica de Restinga Seca (IBGE, 2015) (Figura 01).

Figura 01. Mapa de localização do município de Agudo/RS

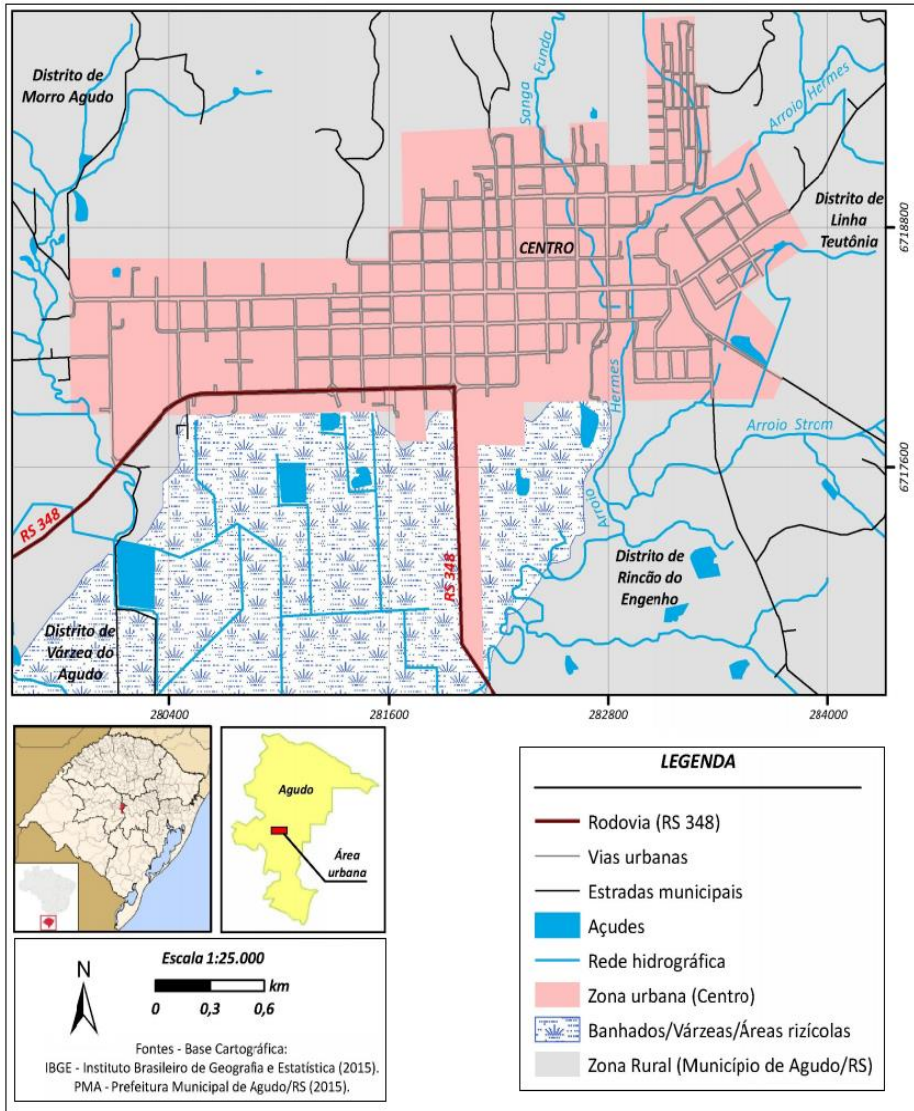


Fonte: www.macamp.com.br

Adapt.: Os autores (2021).

O território de Agudo faz divisa com 07 outros municípios, e seu principal acesso dá-se pelas rodovias RS 287 e RS 348. Agudo apresenta uma extensão territorial total de 536,0 km², sendo que destes aproximadamente 4,0 km² são de área urbana (sede) – (Figura 02), com população absoluta de 16.722 habitantes (Censo IBGE, 2010), sendo 6.887 habitantes da área urbana (41,2% do total), e 9.835 habitantes da área rural (58,8% do total).

Figura 02. Área urbana de Agudo/RS e seu entorno próximo, com predomínio de áreas de cultivo de arroz e matas nativas (ambas, áreas de estudo desta pesquisa).

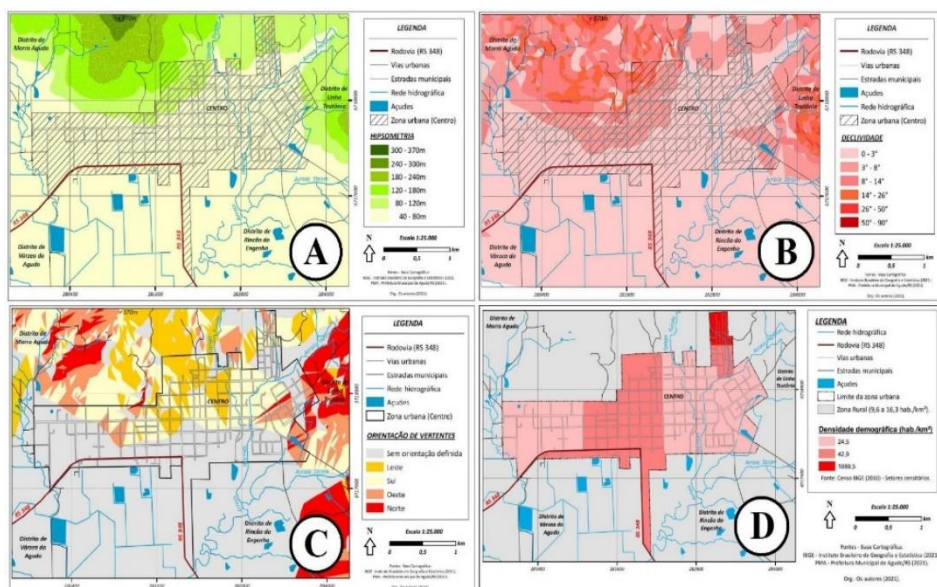


Org.: Os autores (2021).

Com a finalidade de auxiliar na identificação das unidades climáticas periurbanas e urbanas de Agudo/RS, foram elaboradas em

uma primeira fase, para compor a caracterização geográfica da área de estudo, quatro mapas temáticos (Figura 03): mapa hipsométrico/altitude (Figura 03A), mapa de declividades (Figura 03B), e mapa de orientação de vertentes (Figura 03C), densidade demográfica (Figura 03D).

Figura 03. Mapas de caracterização geográfica da área de estudo: hipsométrico/altitude (Figura 03A), declividades (Figura 03B), orientação de vertentes (Figura 03C), e densidade demográfica (Figura 03D).



Org.: Os autores (2021).

A área urbana de Agudo está situada no sopé de um conjunto de morros que fazem parte do rebordo do Planalto da Bacia Sedimentar do Paraná (ROSS, 2011), possuindo morros ao norte, leste e a oeste, com amplitudes altimétricas médias de mais de 300 metros.

Porém, ao sul, existem áreas pertencentes às planícies de inundação do Rio Jacuí, e que são usados para o plantio de arroz irrigado (Figura 03A).

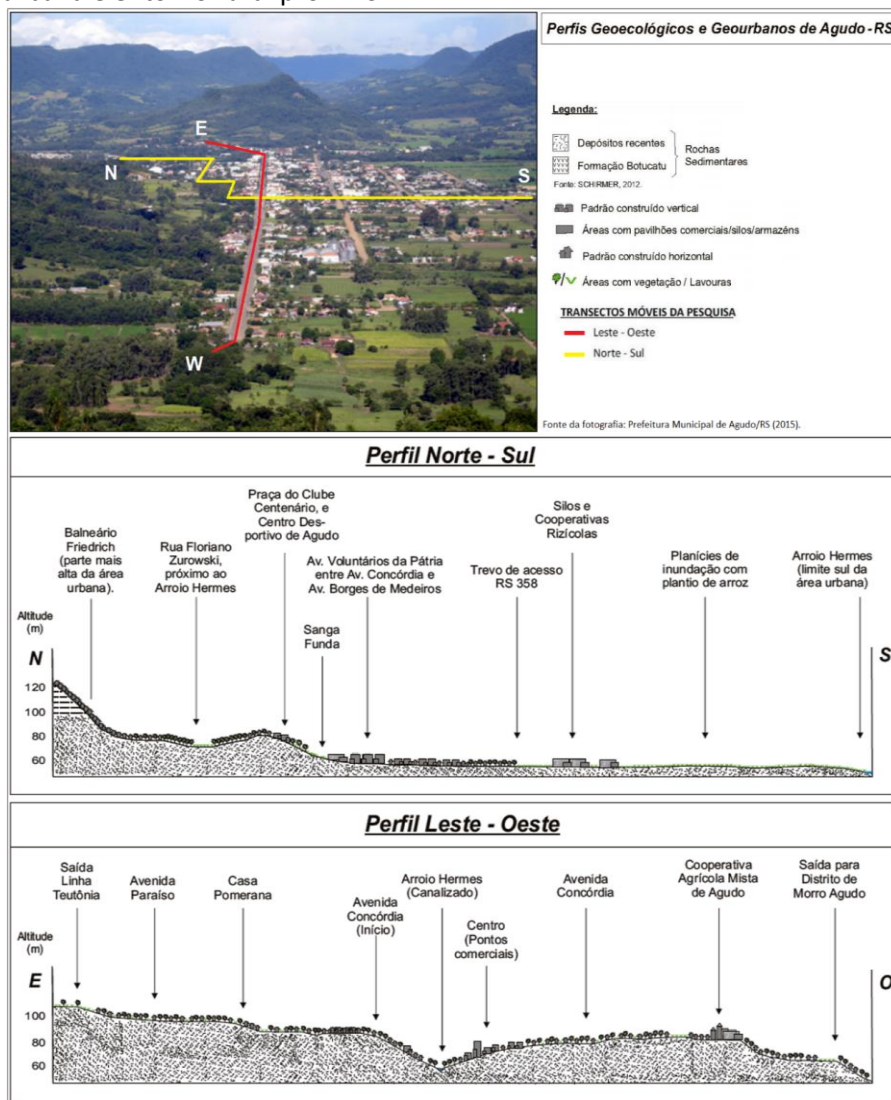
Com tais características altimétricas, a declividade média na área urbana de Agudo é pequena, entre 8 e 12%, dado ao fato de estar localizado nas áreas de transição entre o rebordo e as planícies (Figura 03B), mas cercadas de áreas mais elevadas. Em linhas gerais, pode-se dizer que Agudo é “abraçada” pelas morrarias do rebordo do Planalto da Bacia Sedimentar do Paraná, constituindo-se em um primeiro grande fator geográfico do clima para esta cidade pequena.

Levando-se em consideração a posição subtropical de Agudo (abaixo do Trópico de Capricórnio), a insolação direta na sede urbana é favorecida pela orientação de suas vertentes, as quais em sua maioria estão voltadas para os quadrantes que recebem intensa incidência solar direta, (S, N e W), podendo comprometer o conforto térmico da população durante os meses de verão (Figura 03C). E em relação à densidade demográfica, de acordo com dados do Censo do IBGE (2010), há uma relação de 31,19 hab./km² em todo seu território municipal, mas que na área urbana há setores censitários que podem chegar a 1.889,50 hab./km² (Figura 03D).

Perfis geocológicos e geourbanos de Agudo foram construídos com o intuito de melhor descrever a área urbana e periurbana (Figura 04), e correspondem ao levantamento dos

transectos móveis, sendo um no sentido Norte-Sul, e outro no sentido Leste-Oeste.

Figura 04. Perfis geocológicos e geourbanos de Agudo/RS. Os perfis acompanham os traçados percorridos pelos transectos móveis na área urbana e entorno rural próximo.



Org.: Os autores (2021).

O primeiro (perfil Norte-Sul) apresenta-se inteiramente dentro da área urbana (Figura 04), e seu ponto mais alto possui 118 metros de altitude. Além das moradias encontradas ao longo desse transecto, principalmente no começo do trajeto, no bairro Caiçara, no qual é registrado a maior densidade demográfica de toda a área urbana de Agudo (1.889,5 hab./km² - Figura 03D), observou-se a presença do Clube Recreativo da cidade, a Praça da Prefeitura e campo de futebol municipal, como áreas que apresentaram densa cobertura vegetal dentro da área urbana, o que pode auxiliar na manutenção de temperaturas mais baixas (AMORIM, 2010).

O ponto final, na porção sul da cidade, é o local com menor número de moradias e a menor altitude do perímetro urbano, sendo um local para a expansão horizontal da cidade futuramente. Local onde encontra-se grande quantidade de banhados, várzeas e áreas rizícolas. Com relação a altimetria, o transecto Norte-Sul foi o que apresentou maior variação na sua altitude, onde seu ponto inicial apresenta 118m e ponto final com 47m de altitude (Figura 04).

O perfil Leste-Oeste inicia-se na zona rural do município (localidade de Linha Teutônia), com moradias esparsas e altitude de 93m. Apresenta no seu entorno densa cobertura vegetal, especialmente nas áreas mais declivosas que correspondem ao Cerro Pelado, podendo influenciar diretamente na temperatura e umidade do ar do local. A orientação das vertentes apresenta-se para Norte e Oeste, recebendo grande insolação durante o dia (Figura 03C).

Este transecto percorre o Centro da cidade, na qual há maior densidade populacional e quantidade de moradias, além de edificações que evidenciam o processo de verticalização de Agudo ao longo da Avenida Concórdia, que é o próprio transecto Leste-Oeste. No Centro, especialmente na avenida citada, também se encontra o setor de serviços do município (lojas, postos de combustíveis, bancos, farmácias, mercados, padarias, etc), que é por onde circula a maior parte da população, a qual busca por serviços diversos, gerando tráfego e energia, que pode ser considerado o principal fator geográfico de definição do clima urbano nesta parte da área de estudo (Figura 05).

Figura 05. Centro urbano de Agudo, evidenciando os locais percorridos com os transectos Norte-Sul (linha amarela na imagem), e Leste-Oeste (linha vermelha).



Fonte: Prefeitura Municipal de Agudo/RS (2021).

Ao deslocar-se para Oeste, ao longo do transecto, o número de moradias e edificações destinadas ao setor de serviços diminui significativamente, o que virá a influenciar na formação das unidades climáticas da cidade (Figura 04). O perfil termina com uma altitude de 60m (próximo ao sopé do Cerro Agudo, que dá nome à cidade) sendo um perfil com homogeneidade altimétrica ao longo dos 4km de percurso realizado. Nesse sentido, nem a altitude nem a orientação de vertentes tornam-se fatores geográficos de definição do clima nessas áreas.

Quando comparados, os dois perfis possuem diferenças importantes na obtenção dos seus resultados, devido às características apresentadas pelos trajetos percorridos. O perfil Norte-Sul é o que apresenta maior concentração de áreas verdes, além de áreas alagadas e com cultura sazonal rizícola. Já o perfil Leste-Oeste tem a maior concentração de edificações ao longo do seu trajeto, devido a concentração do setor de serviços estar ao longo desse transecto (Figura 04).

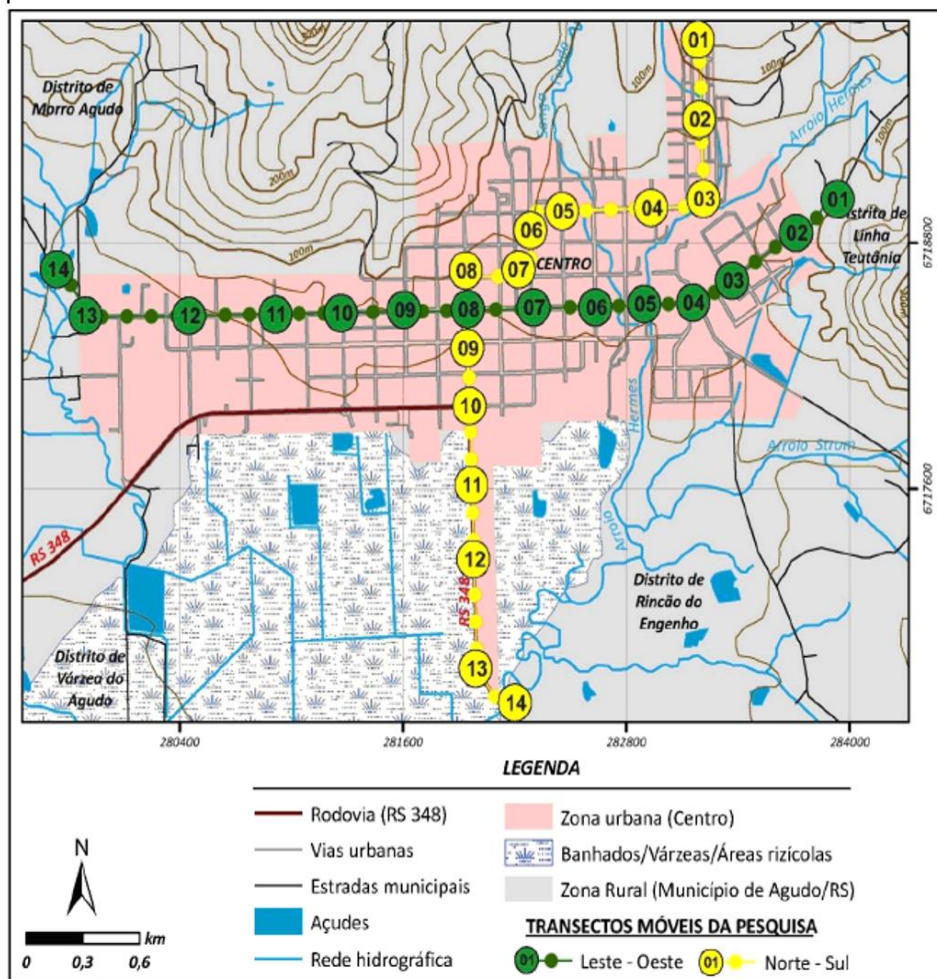
Materiais e procedimentos metodológicos

A aquisição dos dados de temperatura do ar foi realizada com o emprego dos transectos móveis (AMORIM, 2000; 2010), o qual consiste na aquisição automática e simultânea de dados climáticos ao

longo de trajetos preestabelecidos dentro de determinada malha urbana. A realização dos transectos ocorreu nos horários das 06, 15 e 21 horas, em dias que representassem a estação, com céu limpo e pouco vento. Os trabalhos de campo ocorreram nos dias 16 de julho e 25 de agosto de 2015 (inverno), e em 28 de dezembro de 2015 e 20 de janeiro de 2016 (representativos do verão).

Foram escolhidas datas com condições meteorológicas e tipos de tempo diferentes, afim de que se pudessem estabelecer relações entre a ambiência atmosférica e o espaço geográfico urbano e periurbano estudado em diferentes condições dentro dos extremos do ponto de vista da estação do ano. Para tal foram estabelecidos dois transectos na cidade de Agudo nos sentidos Leste-Oeste e norte-sul, conforme observado nas Figuras 04 e 05, e melhor representados no mapa da Figura 06, com a localização dos pontos de mensuração.

Figura 06. Rota dos transectos móveis propostos e pontos de coleta de temperatura do ar para o estudo do clima urbano de Agudo/RS e seu entorno próximo.



Org.: Os autores (2021).

Para a aquisição dos dados foram utilizados dois termohigrômetros, com registradores digitais, modelo HT 500 *Instrutherm*. Tais registradores são pré-programados e automáticos. Para a aquisição dos dados ao longo dos transectos foram utilizados dois

automóveis particulares, e cada um fez um trajeto (transecto), tendo o mesmo horário de início. Foram necessários dois integrantes em cada carro: um condutor e um para o manuseio dos equipamentos.

O trajeto dos transectos foi pré-determinado com a ajuda do *software Google Earth*, observando-se e levando em consideração a altitude, o nível de urbanização e o tamanho da cidade. Assim foram estabelecidos 14 pontos nos sentidos Norte-Sul, e 14 pontos no sentido Leste-Oeste (Figura 06), sendo feitas as medições da temperatura instantânea do ar com a utilização do *Datalogger Instrutherm HT-500*.

Portanto, os carros saíram pontualmente dos locais de partida no mesmo instante, e realizou-se a coleta dos dados ao longo dos diferentes trajetos. O tempo para a realização foi de aproximadamente 45 minutos, para cada coleta. Foram utilizados também dois localizadores GPS de navegação, um em cada carro, (marca *Garmin* modelo 400), para a aquisição de coordenadas planas do Sistema UTM (Universal Transversa de Mercator).

Após a aquisição dos dados de temperatura do ar e das coordenadas UTM, nos dias dos trabalhos de campo e nos horários pré-estabelecidos, os dados primários foram tabulados em planilhas do *Microsoft Excel 2010* e exportados para o Sistema de Informação Geográfica *Surfer 8.0* para a elaboração de cartogramas do campo térmico da área urbana e periurbana de Agudo.

O método de interpolação utilizado na elaboração dos cartogramas foi a *Krigagem* ordinária do *Surfer*, conforme orientam Wollmann; Galvani (2014). Foram elaborados ao final dos quatro trabalhos de campo (dois no inverno e dois no verão) um total de 12 mapas temáticos da variabilidade espacial da temperatura do ar de Agudo/RS, sendo, portanto, um mapa de temperatura do ar para cada horário de transecto realizado.

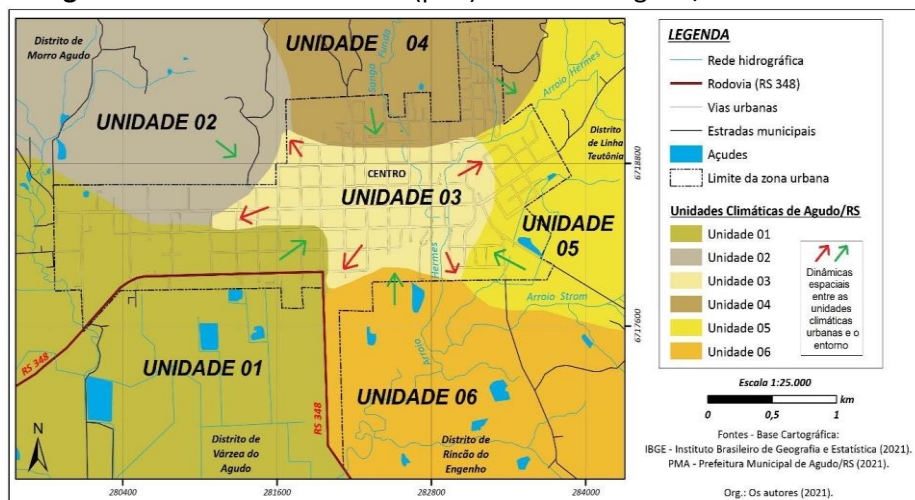
Para realizar a confecção do mapa das unidades climáticas de Agudo, foram utilizados os 12 mapas gerados com os dados da temperatura do ar. Fez-se álgebra de mapas, conforme orientam Hoppe; Wollmann (2020), e para identificar padrões espaciais da variabilidade espacial da temperatura do ar, fez-se relação com os aspectos do relevo (altimetria, orientação de vertentes e declividade), e interação com fatores de superfície em relação ao tipo de construção e os tipos de cobertura e uso da terra, para que as unidades climáticas urbanas pudessem ser levantadas, além da densidade demográfica, conforme as propostas metodológicas definidas por Tarifa e Armani (2001).

Resultados e discussões

Levando-se em consideração os procedimentos observacionais do clima com intuito de mapear as unidades climáticas urbanas e periurbanas em Agudo, com o emprego dos métodos propostos por

Tarifa; Armani (2001) e Stewart; Oke (2012), pode-se identificar 06 unidades climáticas em Agudo, conforme o mapa da Figura 07.

Figura 07. Unidades climáticas (peri)urbanas de Agudo/RS.



Org.: Os autores (2021).

De acordo com o mapa da figura 07, são 06 as unidades climáticas de Agudo/RS:

- **Unidade climática 01:** área com presença de áreas úmidas, planícies de inundação e áreas de cultivo rizícola;
- **Unidade climática 02:** porção noroeste da área urbana e início da zona rural (localidade de Morro Agudo), além de presença do rebordo do planalto;
- **Unidade climática 03:** Área central da cidade;
- **Unidade climática 04:** ao norte, bairros periféricos (Caiçara) em contato com o rebordo do Planalto da Bacia do Paraná;
- **Unidade climática 05:** ao leste, bairros periféricos e porções da

área rural (localidade de Linha Teutônia);

- **Unidade climática 06:** ao sudeste, sendo essencialmente zona rural com grande presença de açudes, barramentos e rede hidrográfica com presença de matas ciliares, planícies de inundação e áreas de cultivo rizícola.

Unidade climática 01

Compreende a porção sudeste da área de estudo, e é uma área mista de algumas poucas moradias, além de áreas úmidas, planícies de inundação e áreas de cultivo rizícola. De acordo com Stewart e Oke (2012), a unidade climática 01 poderia ser enquadrada na *Local Climate Zone (LCZ) 9.C*, a qual é descrita pelos autores como uma disposição esparsa de pequenos e médios edifícios em um ambiente natural. Ainda, abundância de terras permeáveis cobertura (plantas baixas, árvores dispersas), com presença de arbustos e transição para a zona agrícola da cidade. As casas encontradas neste local são de pequeno porte na sua maioria e com grande espaçamento entre elas, e há pouco número de vias pavimentadas.

A amplitude altimétrica da unidade 01 oscila de 40m a 80m de altitude e, em relação à declividade do local, a variação é de 0º a 8º. Já a orientação de vertente dessa unidade não é definida (plana). Com relação à densidade demográfica da unidade climática 01, esta área da cidade apresenta uma densidade populacional de 24,50 a 31,19 hab./km². Na tabela 01, observa-se as amplitudes das temperaturas

registradas na unidade climática 01, dos 12 transectos realizados tanto no período vernal como invernal.

Tabela 01 – Amplitude térmica da Unidade Climática 01 de Agudo/RS.

Hora transecto	Período Vernal	Período Invernal
06h e 00min	6,0°C	2,0°C
15h e 00min	4,0°C	3,0°C
21h e 00min	3,0°C	3,0°C

Org.: Os autores (2021).

No período vernal, nos transectos das 06h e 00min, sendo eles no dia 28 de dezembro de 2015 e 20 de janeiro de 2016, o intervalo de temperatura registrado nesta unidade foi de 6,0 °C. Já para o período invernal, no qual os transectos foram realizados nos dias 16 de julho de 2015 e 25 de agosto de 2015, para o mesmo horário, a amplitude térmica registrada foi de 2,0 °C, como demonstrado por Kegler, Wollmann, Bandeira (2017).

Já no transecto das 15 h e 00min, as amplitudes das temperaturas registradas, tanto no período vernal como no invernal, começam a se elevar, comparando com as temperaturas das 06 horas. No período vernal, o registro da amplitude da temperatura foi de 4,0°C e, no período invernal, a amplitude das temperaturas foi de 3,0°C. Portanto, nos transectos móveis das 21 h e 00 min, as amplitudes diminuem. Tanto nos levantamentos em campo realizados no período vernal quanto invernal, a amplitude térmica diária foi de 3,0°C,

conforme resultados de trabalhos realizados por Kegler (2016) e Kegler, Wollmann, Bandeira (2017), o que confere a esta unidade climática a formação de núcleos de calor de intensidade moderada a forte (AMORIM, 2010).

Em se tratando de uma **LCZ 9.C** e sem grandes características urbanas, a principal fonte de calor desta unidade climática reside nas lâminas de água das culturas rizícolas irrigáveis e das áreas úmidas. O calor aprisionado pela água e pelo vapor d'água dela evaporados contribuem para o aquecimento do ar (GEIGER, 1961), principalmente à noite e madrugada, mesmo não sendo uma área densamente urbanizada, logo, a principal fonte de calor nesta advém das características periurbanas da área de estudo.

Unidade climática 02

Corresponde aos bairros periféricos em contato com a zona rural a noroeste da área urbana e o rebordo do planalto. Esses bairros apresentam um pequeno número de moradias, com grande espaçamento entre si. A maior parte da área em questão é constituída por árvores e arbustos. A LCZ dessa unidade é **9.A**, que, segundo Stewart e Oke (2012), é uma área com disposição esparsa de edifícios de pequeno ou médio porte em um ambiente de configuração natural, além de abundância de terras permeáveis e coberta por plantas baixas e árvores dispersas. Os autores destacam que a paisagem densamente arborizada de árvores decíduas e/ou perenes possui a função de ser

uma zona florestal, apresentando cultivo de árvores ou relevante para a presença de um parque urbano.

A altimetria da unidade climática 02 apresenta uma amplitude entre 40m a mais de 370m acima do nível do mar. A declividade da área varia de 0º a 90º, sendo esta a área que possui a maioria das formações de relevo mais elevadas do entorno do município. As orientações de vertentes que mais predominam são as com orientação para o Sul e Leste, mas também se encontram vertentes para Norte e Oeste. Já a densidade demográfica da unidade 02 varia de 24,50 a 31,19 hab./km². Na tabela 02, observa-se as amplitudes das temperaturas do ar registradas na unidade climática 02, dos 12 transectos realizados tanto no período vernal como invernal.

Tabela 02 – Amplitude térmica da Unidade Climática 02 de Agudo/RS.

Hora transecto	Período Vernal	Período Invernal
06h e 00min	6,0ºC	2,0ºC
15h e 00min	3,0ºC	5,0ºC
21h e 00min	1,0ºC	3,0ºC

Org.: Os autores (2021).

Na tabela 02 encontram-se as amplitudes das temperaturas do ar para unidade climática 02, no transecto móvel das 06h e 00min. Nessa unidade, a maior amplitude (6,0ºC) ocorreu no período vernal. No período invernal, a amplitude para o mesmo local foi de apenas 2,0ºC (KEGLER; WOLLMANN; BANDEIRA, 2017).

Observando os dados do transecto das 15h e 00min, pôde-se perceber uma amplitude térmica de 5,0°C, que ocorreu no período invernal. Kegler, et. al. (op. cit.). demonstraram a presença de um sistema atmosférico que atuou nos trabalhos de campo, e que foi responsável por estes valores de temperatura do ar. Já no período vernal, a amplitude das temperaturas, na unidade 02, foi de 3,0°C, No transecto das 21h e 00min, as amplitudes das temperaturas apresentaram-se da seguinte forma: apenas 1,0°C no período vernal e, no período invernal de apenas 3,0°C.

Observa-se que, com relação às amplitudes térmicas registradas na unidade climática 02, há o aquecimento ao longo do dia e resfriamento naturalmente após o ocaso, não apresentando quaisquer influências do ambiente urbano na configuração de sua variabilidade diuturna da temperatura, que é o que define ilha de calor (AMORIM, DUBREIUL, 2017). Nesse sentido, a **LCZ 9.A** (STEWART; OKE, 2012) representa-se nesta área por conta da grande influência florestal, que é dada pelas características geomorfológicas, altimétricas, clinográficas e de orientação das vertentes, que impedem tanto o avanço urbano quando a agricultura mecanizada.

Unidade climática 03

Corresponde ao Centro da cidade de Agudo, e é a unidade mais urbanizada dentre as 06 levantadas. Essa área possui a segunda maior concentração populacional e moradias comparado às demais áreas,

com densidade demográfica de 31,19 hab./km². A unidade 03 poder ser denominada como uma **LCZ 5**, que, segundo Stewart; Oke (2012), trata-se de uma LCZ com edifícios baixos, compostos por madeira, tijolo, pedra, azulejo, concreto e demais materiais de construção. Além de árvores dispersas ou plantas de baixo porte.

A altimetria da unidade 03 possui pouca variação, entre 40m e 80m acima do nível do mar. A declividade segue este mesmo parâmetro de pouca variação, entre 0º e 14º, com vertentes com orientação para Leste e Sul. Na tabela 03, observa-se as amplitudes das temperaturas registradas na unidade climática 03, dos 12 transectos realizados tanto no período vernal como invernal.

Tabela 03 – Amplitude térmica da Unidade Climática 03 de Agudo/RS.

Hora transecto	Período Vernal	Período Invernal
06h e 00min	5,0°C	1,0°C
15h e 00min	5,0°C	5,0°C
21h e 00min	2,0°C	3,0°C

Org.: Os autores (2021).

Na tabela 03, constam as amplitudes da temperatura para a unidade climática 03, e em todos os transectos móveis, conforme os trabalhos realizados por Kegler (2016) e Kegler; Wollmann; Bandeira (2017). No horário das 06h e 00min a amplitude térmica no período invernal é de 1,0°C, aumentando para 5,0°C no período vernal.

Os transectos realizados nas 15h e 00min, apresentam uma amplitude térmica, no período vernal de 5,0 °C. Mesmo valor apresentado no período invernal, 5,0°C, o que se justifica pela presença dos sistemas atmosféricos atuantes nos dias de coletas e pelos elementos geo urbanos, descritos por Kegler (2016) e Kegler, Wollmann, Bandeira (2017). No transecto das 21h e 00min, a amplitude térmica no período invernal foi de 3,0°C, já no período vernal essa variação térmica foi de 2,0°C.

Em se tratando da porção mais urbanizada da área de estudo, mas enquadrada em uma **LCZ 5** (STEWART; OKE, 2012), não registra-se forte magnitude de núcleos de calor nesta unidade climática, mas moderados a fracos (AMORIM, 2010), que se deve, principalmente à geometria urbana de Agudo, com ruas largas, pavimentadas com pedras (quase não há asfalto na área central), edificações baixas e com espaçamento entre elas, além da presença de praças e campos de futebol que ajudam no processo de resfriamento noturno, sobretudo no inverno, devido à perda pelo resfriamento noturno da energia acumulada durante o dia (SAYDELLES; SARTORI, 2004).

Unidade climática 04

Condiz com o bairro Caiçara, bairro este que possui algumas residências em áreas de risco, além de ter grande declividade (0º a 90º). Diferente da unidade 02, que também possui grande declividade, mas não possui moradias em áreas de risco, a unidade climática 04

poderia ser enquadrada como **LCZ 9.A**, área que Stewart e Oke (2012) descrevem como sendo uma área com edifícios dispersos pequenos ou médios feitos de madeira, tijolos, pedra, concreto, azulejo em um ambiente natural e permeável.

Além da presença de cobertura vegetal de forma considerável. A unidade climática 04 apresenta uma declividade de 40m até 240m acima do nível do mar. Com a maioria das vertentes com orientação Leste, Oeste e Sul. Em relação à densidade demográfica da unidade, é a maior registrada na área urbana, podendo chegar a 1.889,5 habitantes por km². Na tabela 04, observa-se as amplitudes das temperaturas registradas na unidade climática 04, dos 12 transectos realizados tanto no período vernal como invernal.

Tabela 04 – Amplitude térmica da Unidade Climática 04 de Agudo/RS.

Hora transecto	Período Vernal	Período Invernal
06h e 00min	3,0°C	3,0°C
15h e 00min	2,0°C	3,0°C
21h e 00min	2,0°C	3,0°C

Org.: Os autores (2021).

Na tabela 04, constam as amplitudes térmicas verificadas nos períodos vernal e invernal para a unidade climática 04 da zona urbana de Agudo. No transecto das 06h e 00min, realizado por Kegler (2016) e Kegler; Wollmann; Bandeira (2017), foi identificado que, no período

vernal, a amplitude média é de 3,0°C e, no período invernal, a amplitude térmica apresentou o mesmo valor.

Nos transectos realizados às 06h e 00min por Kegler (2016) e Kegler, Wollmann, Bandeira (2017), a amplitude térmica no período vernal foi de 2,0°C, e no período invernal a amplitude térmica foi de 3,0°C. Já nas 06h e 00min, a amplitude dos dois momentos se apresentou semelhante. No período invernal de 3,0°C e no período vernal de 2,0°C. Essa variação de amplitude térmica pouco perceptível e bastante semelhante nos dois períodos (invernal e vernal) se justifica pela presença da cobertura vegetal original em grande parte e pela orientação das vertentes.

Ainda que esta seja a unidade climática mais densamente povoada de Agudo, a população concentra-se em um pequeno bairro caracterizado por moradias de baixo padrão socioeconômico, o qual não representa impacto nas temperaturas coletadas ao longo dos transectos, e observa-se, equilíbrio espacial e temporal da variabilidade térmica nesta área, não sendo, portanto, nem a quantidade de pessoas, nem as características urbanas, as que dominam nesta parte da cidade.

Os elementos geoecológicos (características geomorfológicas, altimétricas, clinográficas e de orientação das vertentes) são os que dão a essa unidade climática a classificação de **LCZ 9.A** (STEWART; OKE, 2012) que é representada nesta área por conta da grande influência

florestal de origem natural, presente no rebordo do Planalto da Bacia Sedimentar do Paraná (ROSS, 2011).

Unidade climática 05

Apresenta semelhanças com a unidade 04, como a cobertura vegetal e declividade acentuada, porém destoa apenas em termos de densidade populacional. Esta área abrange uma parte da zona rural e urbana da cidade. Podendo ser descrita segundo Stewart e Oke (2012) como uma **LCZ 9.A**, com edifícios de pequeno e médio porte, com abundância de terras permeáveis (plantas baixas e dispersas). Com uma paisagem densamente arborizada de árvores decíduas e/ou perenes. A função da zona é ser essencialmente natural, com florestas e cultivo de árvores que podem dar origem a um parque urbano.

Em relação aos aspectos físicos, as altitudes variam de 40 m até 300 m acima do mar. A declividade varia de 0º a 90º em alguns locais. As vertentes têm orientação predominante para Norte e Oeste, que lhe conferem maior poder de aquecimento durante a tarde. Na tabela 05, observa-se as amplitudes das temperaturas registradas na unidade climática 05, dos 12 transectos realizados tanto no período vernal como invernal.

Tabela 05 – Amplitude térmica da Unidade Climática 05 de Agudo/RS.

Hora transecto	Período Vernal	Período Invernal
06h e 00min	2,0°C	2,0°C
15h e 00min	2,0°C	3,0°C
21h e 00min	1,0°C	2,0°C

Org.: Os autores (2021).

As medições realizadas por Kegler (2016) e Kegler; Wollmann; Bandeira (2017) podem ser conferidas na tabela 05. Para a unidade climática 05 da cidade de Agudo, as amplitudes térmicas se mostraram bastante semelhantes, tanto no período invernal como no vernal. Essas características térmicas se explicam devido à grande presença de cobertura vegetal e orientação das vertentes, constato pelos transectos realizados.

Tal como as unidades climáticas 02 e 04, há o aquecimento ao longo do dia e resfriamento naturalmente após o pôr do sol, não apresentando quaisquer influências do ambiente urbano na configuração de sua variabilidade diurna da temperatura, com exceção do inverno, cm registro de núcleos de calor de fraca intensidade (AMORIM, 2010), os quais possuem como fonte, à rugosidade urbana orientada para Oeste, que absorve mais calor durante toda a tarde, e o libera durante a noite.

Unidade climática 06

Localiza-se a sudeste da cidade de Agudo. Área composta principalmente por zona rural, rede hidrográfica, açudes, banhados várzeas e áreas rizícolas. Havendo poucas moradias e consequentemente um número baixo de habitantes nessa área. A unidade 06 pode ser denominada como uma **LCZ 9.C**, (como a unidade climática 01), área que Stewart e Oke (2012) descrevem como sendo uma área com edifícios dispersos pequenos ou médios feitos de madeira, tijolos, pedra, concreto, azulejo em um ambiente natural e permeável de baixa densidade populacional (figura 03D).

A função da zona, segundo os autores, é ser “matagal natural”, ou cultivo, com predomínio de paisagem com arbustos e árvores baixas dispostas esparsamente, e cobertura do solo é essencialmente permeável. A altimetria da unidade apresenta pouca variação, entre 40m e 80m acima do nível do mar, sendo a região que apresenta menor diferença altimétrica das demais.

A declividade segue este mesmo parâmetro de pouca variação, entre 0º e 3º, com vertentes com orientação para Norte e sem orientação definida. Na tabela 06, observa-se as amplitudes das temperaturas registradas na unidade climática 06, dos 12 transectos realizados tanto no período vernal como invernal.

Tabela 06 – Amplitude térmica da Unidade Climática 06 de Agudo/RS.

Hora transecto	Período Vernal	Período Invernal
06h e 00min	3,0°C	2,0°C
15h e 00min	4,0°C	3,0°C
21h e 00min	3,0°C	1,0°C

Org.: Os autores (2021).

Na tabela 06, constam as amplitudes da temperatura para a unidade climática 06, em todos os transectos móveis, conforme os trabalhos realizados por Kegler (2016) e Kegler, Wollmann, Bandeira (2017). A amplitude térmica no período invernal é de 1,0°C, como pode ser constatado na tabela acima, aumentando para 3,0 °C no período vernal, no horário das 06h e 00min. Os transectos realizados às 15h e 00min, apresentam uma amplitude térmica, no período vernal de 4,0°C, já no período invernal a amplitude foi de 3,0°C, as quais podem ser consideradas de magnitude moderada a forte (AMORIM, 2010).

No transecto das 21h e 00min horas, a amplitude térmica no período invernal foi de 1,0° C, já no período vernal essa variação térmica foi de 3,0°C. A área destacada apresenta baixa amplitude nos dois períodos devido a presença de corpos hídricos e das áreas rizícolas presentes, estes que absorvem a radiação solar durante o dia, não tendo grande perda calorífica no turno da noite (GEIGER, 1961). Essa característica é a que a difere da Unidade climática 01, que apresenta

maiores amplitudes noturnas em função das características periurbanas de uso e cobertura da terra.

Conclusões e considerações finais

Delimitar e classificar as unidades climáticas de Agudo/RS, é uma pesquisa essencialmente de natureza teórico metodológica da climatologia geográfica, com o emprego de álgebra de mapas para se identificar as principais influências dos elementos do clima e dos fatores geográficos para se averiguar o clima de uma área urbana. Levantar os padrões espaciais da variabilidade espacial da temperatura do ar, os tipos de cobertura e uso da terra, os aspectos do relevo (altimetria, declividade e orientação de vertentes) e a densidade demográfica, tendo em conta as propostas metodológicas propostas por autores nacionais e internacionais, conferiu à área urbana e periurbana de Agudo a existência de 06 unidades climáticas.

Tratando-se dos aspectos físicos, nota-se que a maior porção territorial urbana propriamente dita não há uma expressiva variação altimétrica, apresentando as maiores variações ao norte, leste e oeste da cidade, nas áreas periurbanas. Como a área urbana de Agudo não apresenta grandes variações altimétricas, a declividade do terreno é baixa. Por sua vez, ao considerar a orientação do relevo, estas são, em maior dominância, as voltadas para Sul, seguidas por Leste e Oeste. A maior densidade demográfica encontra-se a Nordeste da área urbana, seguida pela área central da cidade.

As maiores amplitudes térmicas ocorreram no período vernal (6,0°C), no transecto realizado às 06h e 00min nas unidades climáticas 01 e 02, sucedendo as unidades climáticas 03 com amplitude térmica de 5,0°C registrada no transecto móvel das 15h e 00min, tanto no período vernal e invernal. As menores amplitudes térmicas (1,0°C) registradas são registradas no período vernal nas unidades climáticas 01 (21h e 00min) e 05 (21h e 00min), no período invernal as menores amplitudes foi nas unidades climáticas 03 (06h e 00min) e na 06 (21h e 00min).

Considerando os elementos naturais e antrópicos observados nos trabalhos de campo realizados e pela metodologia referente ao enquadramento das unidades climáticas às *Local Climate Zones*, no total foram identificados três tipos construídos, sendo eles: aberto de média elevação e de construções esparsas (LCZ 5), e dois tipos que envolvem fatores naturais: LCZ 9.C (pequenos e médios edifícios em um ambiente natural) e LCZ 9.A (edifícios de pequeno e médio porte, com abundância de terras permeáveis).

Ainda é possível afirmar que em geral, mesmos as unidades climáticas 01 (LCZ 9.C) e 02 (LCZ 9.A) apresentarem as maiores amplitudes térmicas, em sua maioria as amplitudes são moderadas, com formação de núcleos de calor de magnitude moderada. As unidades climáticas 04 (LCZ 9.A), 05 (LCZ 9.A) e 06 (LCZ 9.C) em geral apresentam as menores amplitudes térmicas, sem formação de núcleos de calor, ou com magnitude fraca. E a unidade climática 03

(LCZ 5), a mais urbanizada, em geral as amplitudes estão associadas à formação de núcleos de calor de moderada a fraca intensidade.

Ainda, é mister considerar que:

- Evidencia-se, portanto que as principais influências para a delimitação e classificação das unidades climáticas urbanas e periurbanas de Agudo provêm do entorno rural próximo da cidade, ligados ao tipo de uso e cobertura do da terra, e não somente, ou principalmente, das características e elementos que estão presentes no sítio urbano.
- Percebe-se que o posicionamento do relevo e a disposição das vertentes foram determinantes, e a presença da cultura do arroz irrigado somado com a direção dos ventos, que deslocam a umidade proveniente da evapotranspiração em direção à cidade influenciaram diretamente na umidade e temperatura do ar percebidas no meio urbano.
- A cidade demonstrou temperaturas elevadas durante o verão, porém estas são justificadas somente em algumas situações pelas características da cidade, ainda de pequeno porte refletindo pouco nos dados coletas nos quatro dias das duas estações e em condições de tempo diferentes. A sensação de abafamento e calor percebido no verão se justifica mais pelo entorno da cidade, onde lavouras de arroz e o relevo influenciaram diretamente no clima urbano.
- Apesar de ser uma cidade de pequeno porte e com área urbana

reduzida, o clube que está situado no centro da cidade influenciou diretamente na temperatura e umidade naquele local, evidenciando que a presença de árvores no meio urbano torna-se importante para amenizar a temperatura do ambiente. Praças e parques têm fundamental importância para o bem estar dentro das cidades, assim como a manutenção destes locais pelo poder público e privado.

Portanto a cidade de Agudo, que possui área suficiente para expandir-se, deve levar em consideração as condições geológicas e geoambientais do seu entorno rural próximo como as principais características definidoras do clima urbano da cidade, especialmente no verão. Nesse contexto, este estudo sobre o clima urbano e a definição de unidades climáticas de cidades pequenas como Agudo vem sanar parte das lacunas existentes nos estudos desta linha de pesquisa da climatologia, contribuindo não só para as indagações dos autores, mas também para o rol de pesquisas da Climatologia Geográfica brasileira e sul-rio-grandense, servindo, portanto, como fonte que possa motivar investigações futuras.

Referências

AMORIM, M. C. C. T. **O clima urbano de Presidente Prudente /SP**. 2000. Tese (Tese de Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo - USP, São Paulo. 2000. 374 f.

AMORIM, M. C. C. T. Climatologia e gestão do espaço urbano. **Revista Mercator** edição especial, Fortaleza, 2010.

AMORIM, M. C. C. T.; DUBREUIL, V. Intensity of Urban Heat Islands in tropical and temperate climates. **Climate**. 2017, 5, 91.

BROZOVSKY, J.; GAITANI, N.; GUSTAVSEN, A. A systematic review of urban climate research in cold and polar climate regions. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, 110551. 2020.

CARDOSO, R. S.; AMORIM, M. C. C. T. Características do clima urbano em Presidente prudente/SP a partir de dados de temperatura e umidade relativa do ar e técnicas de sensoriamento remoto. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 28, p. 39-64. 2015.

GEIGER, R. **Manual de Microclimatologia** – O clima da camada de ar junto ao solo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1961. 556 p.

HOPPE, I. L.; WOLLMANN, C. A. Unidades climáticas urbanas de Salto do Jacuí/RS. In: WOLLMANN, C. A.; FOLETO, E. M.; PEREIRA FILHO, W. (Org.). **Análise integrada e estudos geográficos comparados em bacias hidrográficas de São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul**. 1 ed. Santa Maria/RS: Universidade Franciscana - UFN, 2020, v. 1, p. 52-74.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resultado dos Dados Preliminares do Censo 2010. **Censo 2010** Agudo/RS. Acesso em: março de 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/agudo/panorama>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE. 2015

KEGLER, J. J., WOLLMANN, C. A.; BANDEIRA, B. C. O sistema termodinâmico de cidades pequenas: configuração urbano-rural com uso de transectos móveis em Agudo/RS, situação veranil de janeiro de 2016. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 18, n. 62, p. 32–48, 2017.

KEGLER, J. J. **O clima de cidades pequenas**: configuração urbano-rural com uso de transectos móveis em Agudo/RS. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria. 2016.

MANDELMILCH, M.; FERENZ, M.; MANDELMILCH, N.; POTCHTER, O. Urban Spatial Patterns and Heat Exposure in the Mediterranean City of Tel Aviv. **Atmosphere**. n. 11, e-p. 963. 2020.

MENDONÇA, F. A. **O Clima e o planejamento urbano de cidades de porte médio e pequeno**: proposição metodológica para estudo e sua aplicação à cidade de Londrina - PR. 1994. 322f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MONTEIRO, C. A. F. **Teoria e Clima Urbano**. São Paulo, EDUSP, (Série teses e monografias), nº25, 1976.

ROSS, J. L. S. Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 4, p. 25-39. 2011.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp. 1993. 1. ed. 174p.

SAYDELLES, A. P.; SARTORI, M. G. B. Estudo da insolação direta na área central do perímetro urbano de Santa Maria-RS. **Geografia (Rio Claro)**. v. 29, p. 453-468, 2004.

STEWART, I. D.; OKE, T. R. Local climate zones for urban temperature studies. **Bulletin of the American Meteorological Society**, v. 93, n. 12, p. 1879-1900, 2012.

TARIFA, J. R.; ARMANI, G. As Unidades Climáticas Urbanas da Cidade de São Paulo: os climas e a (re)produção do espaço nas metrópoles. In:

8º ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2001, Santiago.
Anais [...]. Santiago: USC, 2001.

USAMAH, D.; VIJAYALAKSHMI, P.; MOHAMMAD, R. Changes in urban built-up and its impact on environment: A case study of Kanchipuram, Tamil Nadu, India. **Disaster Advances**. v. 13. p. 11-18. 2020.

WOLLMANN, C. A.; SIMIONI, J. P. D. Variabilidade espacial dos atributos climáticos na Estação Ecológica do Taim (RS), sob domínio polar. **Revista do Departamento de Geografia - USP**, Volume 25, p. 56-76. 2013.

WOLLMANN, C. A.; GALVANI, E. **Zoneamento** Agroclimático - Aportes teóricos, metodológicos e técnicas para o estudo das roseiras (*Rosaceae spp.*) no Rio Grande do Sul. 1. ed. Porto Alegre: Buqui Livros digitais, 2014. v. 1. 149p.

XUE, J.; YOU, R.; LIU, W.; CHEN, C.; LAI, D. Applications of Local Climate Zone Classification Scheme to Improve Urban Sustainability: A Bibliometric Review. **Sustainability**, 12(19), 8083. 2020.

A inserção das pequenas cidades na região da Serra Gaúcha: um estudo sobre Cotiporã-RS

Vinício Luís Pierozan⁴¹

Introdução

O estudo da temática das pequenas cidades é de suma importância para a Geografia, as pesquisas disponíveis para essa área ainda são bastante escassas se comparado as demais áreas de interesse da Geografia.

Convém destacar que as pesquisas geográficas brasileiras ligadas aos estudos urbanos, ao longo de décadas, estavam voltados às discussões sobre metrópoles e grandes centros urbanos. Porém, os centros urbanos menores apresentam características, modos de vida e estruturas econômicas, que também são importantes no contexto da rede urbana, na qual estão inseridos (MANFIO, 2019, p.26).

O Brasil é formado por 5.570 municípios (IBGE, 2020a, *on-line*), e no país, o município “[...] consiste na menor unidade de hierarquia na organização político-administrativa.” (FERNANDES, 2018, p.15). Soma-se a isso também que, “[...] a sede de cada município é reconhecida como uma cidade, sendo que ela possui,

⁴¹ Mestre em Geografia, UFRGS.

obrigatoriamente, o mesmo nome do município. Assim, cada município brasileiro tem, necessariamente, uma cidade.” (FERNANDES, 2018, p.15).

As cidades brasileiras possuem uma realidade socioespacial bastante diversificada, existe uma grande heterogeneidade entre elas, atribuída não apenas ao grande quantitativo de cidades, que são decorrentes em parte da imensa superfície territorial que o país detém, tendo em vista que o Brasil com os seus 8.510.345,538 km², é o quinto país mais extenso do planeta (IBGE, 2021, *on-line*), mas também pelas diferenças e particularidades existentes em cada uma das cinco grandes regiões brasileiras delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Diante disso, este artigo pretende abordar a temática das pequenas cidades. O foco de análise é a cidade de Cotiporã, localizada no estado do Rio Grande do Sul, buscando analisar as características da inserção de Cotiporã na rede urbana regional da Serra Gaúcha. O método usado no estudo foi o método empírico, aliado a pesquisa descritiva.

O texto divide-se em três partes. A primeira apresenta como se deu a formação das cidades e aborda uma breve conceituação sobre a temática das pequenas cidades. A segunda contempla um estudo sobre a pequena cidade gaúcha de Cotiporã. A última é reservada as considerações finais.

Por fim, consideramos, que este trabalho está distante de contemplar todas as dinâmicas que se encontram envolvidas no âmbito das relações que sustentam e dão mobilidade as pequenas cidades. Novas leituras e críticas serão muito bem vindas e contribuirão significativamente para dar maior amplitude as pesquisas que contemplam a temática da pequenas cidades.

Notas teóricas: as cidades e os seus múltiplos aspectos

As primeiras cidades surgiram em regiões onde se desenvolviam atividades ligadas ao comércio como, por exemplo, na Itália e na Holanda, durante o período da Idade Média (HUBERMAN, 1986). Regiões banhadas por rios e/ou o encontro de duas estradas facilitavam a expansão das transações comerciais e por consequência eram locais ideais para a fixação de pessoas, que geralmente também contavam com a instalação de uma igreja e fortificações denominadas “burgos”, que tinham como finalidade básica a proteção em relação a possíveis ataques de invasores e/ou saqueadores (CASTRO, 2018).

Assim, as cidades iam se formando e se desenvolvendo, o urbano ia se expandindo e ganhava cada vez mais importância e moradores, à medida que as atividades econômicas se intensificavam. “O povo começou a deixar suas velhas cidades feudais para iniciar vida nova nessas ativas cidades em progresso. A expansão do comércio significava trabalho para maior número de pessoas e estas afluíam à cidade, a fim de obtê-lo” (HUBERMAN, 1986, p.26). Nesse sentido, a

sociedade feudal, em decadência, vai cedendo espaço frente ao surgimento do capitalismo.

Na Europa com o advento da industrialização, ocorre o deslocamento de um grande contingente populacional, que migra do campo para a cidade em busca de novas perspectivas de vida e principalmente motivados pela força de atração exercida pelo processo de industrialização que ao mesmo tempo intensifica a urbanização das cidades (MANFIO, 2019).

De acordo com Castro (2018) na América Latina, por sua vez, as “novas cidades” começam a surgir a partir da chegada do colonizador europeu, principalmente espanhóis e portugueses. Os invasores ao chegarem na América acabaram “[...] interrompendo um processo natural de desenvolvimento da sociedade em curso. Aqui viviam os povos indígenas, em sociedades primitivas com níveis de desenvolvimento desigual, como, os [...] incas, astecas, maias, e os nativos brasileiros.” (CASTRO, 2018, p.181). O contato do nativo com o invasor não foi nada saudável para os moradores locais e com o tempo essas civilizações e povos foram sendo dizimados.

Particularmente ao Brasil, a ocupação se deu a partir da costa do Atlântico, e à medida que os europeus iam ocupando o território passaram a formar vilas, que depois foram se transformando em pequenas cidades, e muitas delas cresceram e se transformaram em grandes cidades, que guardavam semelhanças com as características do país de origem do colonizador, que aqui passou a reproduzir o

modelo de cidade/construções de seu país de origem. Esse padrão de surgimento e desenvolvimento de cidades vigorou por vários séculos no país, e teve origem no processo de ocupação após o seu descobrimento. O ritmo de vida nessas cidades dependia basicamente do ritmo das atividades agrícolas, que tinham como meta abastecer a metrópole. Mais tarde, com a descoberta de ouro em Minas Gerais e no Centro-Oeste, ocorre uma mudança na lógica até então vigente, pois passa a ter uma expansão para o interior do território nacional e a formação das cidades adquire uma nova configuração.

O Brasil antes da segunda metade de 1950 era pouco integrado, a indústria e a urbanização ainda não tinham deslocado grandes contingentes quantitativos de indivíduos de um lugar/região para outro do território com grande vulto (CORRÊA, 2011). No campo a agricultura se desenvolvia razoavelmente bem, “[...] mas é muito cedo para se falar em complexo agroindustrial” (CORRÊA, 2011, p.7).

A situação mudaria significativamente no país a partir da década de 1960 em diante com o processo de modernização da agricultura, ocorre uma migração intensa da população do campo para a cidade. O êxodo rural e a industrialização estimularam a expansão urbana e as cidades passaram a receber cada vez mais moradores, principalmente nas regiões sul e sudeste no âmbito da grande cidade e da metrópole. Mas, paralelo a isso temos também as pequenas cidades, essas têm sua origem a partir de inúmeros processos

formativos, como, por exemplo, econômicos, políticos, sociais, etc (CORRÊA, 2011).

“A pequena cidade é, assim, antes de mais nada um núcleo dotado da função de sede municipal. Reconhecemos que inúmeras vilas e povoados têm funções urbanas, mas o padrão dominante diz respeito à presença da função político-administrativa” (CORRÊA, 2011, p.6). O contingente populacional também tem um peso importante no entendimento e na classificação de uma cidade no que tange a sua escala de grandeza, atribuindo-lhes a nomenclatura como sendo, pequena, média ou de grande porte. “No entendimento sobre a conceituação de pequena cidade, o primeiro aspecto que se destaca é o quantitativo, ou seja, o patamar mínimo e máximo de habitantes para a cidade ser considerada pequena” (FERNANDES, 2018, p.17). Maia (2010, p.18) aponta que:

[...] na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes. Este critério, com algumas variantes, tem sido adotado pelas instituições de estudos estatísticos.

Porém, existem alguns autores que adotam em seus estudos outras variáveis quantitativas para caracterizar uma cidade como sendo classificada em pequena cidade. Soma-se também, além do

contingente populacional, a proximidade que existe da cidade em relação ao espaço rural.

Evidentemente, não existe uma teorização geral que seja adequada para a realidade de todos os países. Aliás, não é apenas uma questão que tem variedade global. Em alguns países extensos, como o Brasil, a conceituação e a classificação das pequenas cidades variam de um Estado para o outro e até entre as regiões de um mesmo Estado (FERNANDES, 2018, p.17-18).

Essas questões que permeiam as pequenas cidades passaram a receber atenção faz pouco tempo, tendo em vista que “Só muito recentemente pesquisadores das mais diversas ciências redescobriram as cidades pequenas e passaram a estudar a importância, o significado e sua representação social, econômica e cultural no contexto da urbanização brasileira” (FRESCA, 2010, p.75). A década de 1990 marcou a retomada do estudo que contempla este perfil de cidade, que até então não tinha recebido a devida atenção no âmbito das pesquisas desenvolvidas pela ciência geográfica (FRESCA, 2010). Embora, alguns geógrafos brasileiros como Armando Corrêa da Silva (1978), Milton Santos (1979), Roberto Lobato Corrêa (1999, 2001), já tivessem realizado estudos voltados a temática das pequenas cidades.

Ao abordar o estudo das pequenas cidades além da demografia e da urbanização precisam ser analisadas também as diferentes formas de relações humanas existentes, a economia, os equipamentos

urbanos, as funções atribuídas/desempenhadas pelas pequenas cidades e as dinâmicas que se desenvolvem nessas localidades (FERNANDES, 2018).

A pequena cidade de Cotiporã, objeto deste estudo, tem características bastante particulares que perpassam as variáveis citadas acima e ainda mantém como particularidade marcante, que o ritmo da cidade depende basicamente do ritmo das atividades agrícolas que se desenvolvem no interior do município.

A dinâmica existente na pequena cidade de Cotiporã, localizada na Serra Gaúcha, estado do Rio Grande do Sul

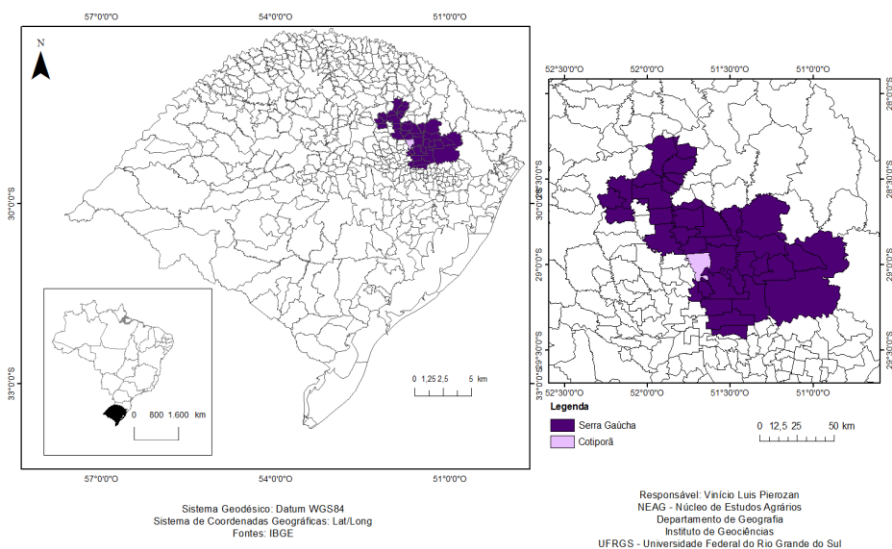
A pequena cidade de Cotiporã tem origem no processo de ocupação e colonização do estado do Rio Grande do Sul por imigrantes italianos. As primeiras famílias chegaram ao território onde hoje se localiza a cidade em 1885 e deram início a formação de um pequeno núcleo, que em 1892, passou a se chamar Freguesia de Monte Vêneto (IBGE, 2020b, *on-line*), “[...] em homenagem a região do Vêneto, na Itália, de onde eram procedentes” (IBGE, 2020b, *on-line*). Porém, em 1939 “Esse nome precisou ser trocado durante a Segunda Guerra Mundial, quando os imigrantes foram perseguidos e tiveram de esconder as suas raízes” (IBGE, 2020a, *on-line*). Assim, o lugar passou a ter o nome de Cotiporã (Mapa 1), nome que tem origem na língua indígena do povo Guarani, que habitava a região, antes da chegada dos

imigrantes europeus, e significa “lugar bonito” (IBGE, 2020a, *on-line*). Hoje essa região é popularmente conhecida como Serra Gaúcha.

Atualmente a Serra Gaúcha é formada por dezenas de municípios, que incluem além dos colonizados por imigrantes italianos, a maior parte deles, municípios fundados por imigrantes de origem alemã e polonesa e/ou por seus descendentes (MANFIO; PIEROZAN, 2019). Nesse estudo daremos enfoque aos italianos, pois foi esse povo que deu origem a constituição da cidade de Cotiporã, que também recebeu além dos italianos, 30 famílias de imigrantes oriundos da Polônia e algumas famílias vindas da Alemanha e da Áustria (COSTA, 1998).

Estabelecidos, os colonos passaram a se dedicar a um modelo de agricultura assentado em minifúndios, que geralmente não ultrapassavam os 20 hectares de terras, tendo a base do trabalho estruturado entre os membros da própria família, e com o plantio de policultivos e criação de animais destinados ao sustento familiar (PIEROZAN, 2019). Essa característica de reprodução social foi implantada nas colônias “[...] denominadas inicialmente de Conde d’Eu, (atual município de Garibaldi), Caxias (atual Caxias do Sul) e Dona Isabel (atual Bento Gonçalves), que foram ocupadas essencialmente por italianos” (CÉSAR, *et al.*, 2012, p.2). Como as famílias dos colonos eram numerosas, com o tempo começaram a ocorrer também migrações internas que deram origem a novas colônias dentro do próprio estado gaúcho.

Mapa 1: Localização de Cotiporã, área de estudo.



Fonte: Pierozan (2019).

Essas cidades que se originaram das antigas colônias italianas no estado do Rio Grande do Sul têm como grande característica, além da pequena área territorial, se estruturarem em atividades agropecuárias e com o tempo acabaram formando um verdadeiro território da cultura italiana, que tem no turismo outra grande atividade econômica que gera milhares de postos de trabalho na Serra Gaúcha e mobiliza toda uma cadeia produtiva. A industrialização se desenvolveu mais tarde, e hoje é bem estruturada, com um polo metal mecânico instalado em Caxias do Sul e já consolidado e de móveis, em Bento Gonçalves, que possui empresas de médio e grande porte.

Essa mesma situação, forma de desenvolvimento econômico, ocorreu também em Cotiporã, onde a agropecuária passou a

movimentar a dinâmica da economia da cidade e mobilizou mais tarde o desenvolvimento do setor industrial. Aos poucos um núcleo de povoamento foi se constituindo em função do comércio agrícola, da construção da Igreja Matriz Nossa Senhora da Saúde, casas de madeira com porões de pedra basalto, rocha muito comum na região da Serra Gaúcha e pequenos estabelecimentos de comércio de vestuário e alimentação, em sua maior parte.

Em 1907, é criado em Monte Vêneto a Cooperativa Trabalho e Progresso, primeira cooperativa de laticínios do país. Em 1916, outro empreendimento de grande vulto é construído, o frigorífico A Sul Americana, que é considerado o “pai dos frigoríficos no Brasil”, tinha sua produção concentrada em salames, presuntos, mortadelas, osso coles, principalmente (PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ, 2020, *on-line*). Durante esse período a economia da freguesia girava em torno do frigorífico, no meio rural, eram criados os suínos, e na cidade, ocorriam os abates e o processamento da carne na Sul Americana. O auge da produção do frigorífico foram as décadas de 1930 e 1940. “O potencial da Sul Americana podia ser visto através da sua grande produção e exportação. Entre os países exportadores citam-se a Inglaterra, Bélgica e países da América do Sul.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ, 2016).

Nesse sentido, Monte Vêneto passou a manter diferentes funções como a oferta de postos de trabalho, inclusive, para pessoas de localidades vizinhas e de postos mais distantes, e de exportadora

de produtos agropecuários para diferentes continentes. Dentro desse contexto, a freguesia de Monte Vêneto passou a exercer um posto de centralidade da produção agropecuária em nível regional, que apresenta muitas relações que são movidas dentro de uma perspectiva de rede urbana.

O vertiginoso crescimento econômico do frigorífico atraía centenas de pessoas de outros municípios e regiões para o povoado de Monte Vêneto, que em 1938 tinha uma população de aproximadamente 8.000 habitantes e já passava por um rápido processo de expansão urbana (PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ, 2016). Porém, no final da década de 1950, após sucessivas crises por questões administrativas o frigorífico fechou. Essa situação fez, com que a cidade de Cotiporã enfrentasse uma grave crise econômica, que estimulou a migração de milhares de pessoas para outros municípios, a crise atingiu tanto o meio urbano, quanto o rural (PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ, 2016). A população atual do município é de menos da metade da população que residia em Cotiporã no período de auge do funcionamento do frigorífico A Sul Americana, e é hoje composta por apenas 3.838 habitantes (IBGE, 2020a, *on-line*).

A Sul Americana serviu de inspiração para o surgimento de outros empreendimentos de mesma natureza. Hoje o município possui dois frigoríficos que abatem animais e processam a carne, que é comercializada dentro da própria região e na capital do estado, mas exercem uma importância e relevância muito menor para o município

em relação ao que foi o “pai dos frigoríficos”, tanto nos aspectos de geração e arrecadação de impostos para o município, quanto na oferta de postos de trabalho.

As atividades comerciais e a oferta de equipamentos de serviços públicos/privados em Cotiporã é bastante limitada atualmente. A saúde, por exemplo, não conta com leito de hospital disponível para internação e nem leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI's), casos de pequena e média gravidade são encaminhados para os municípios vizinhos de Veranópolis e Bento Gonçalves. O município mantém convênio firmado com o município de Veranópolis para receber pacientes de Cotiporã no Hospital São Peregrino Lazziozi.

Os casos de maior complexidade/gravidade e/ou que exijam um acompanhamento contínuo por profissionais da saúde e cirurgias são direcionados para o município de Caxias do Sul, localizado na região da Serra Gaúcha, que é uma cidade polarizadora de fluxos e serviços em toda a região e/ou Porto Alegre, capital do estado. O transporte dos pacientes para estes lugares é realizado pela prefeitura do município semanalmente, através de ambulância, micro-ônibus ou carro da Secretaria Municipal da Saúde e não tem custos aos doentes.

Os serviços de telefonia móvel e de internet ainda são muito precários e a oferta desses serviços é bastante limitada aos moradores, em algumas localidades rurais esses serviços não funcionam. O comércio de eletroeletrônicos também é bastante limitado na cidade

e conta com apenas um estabelecimento comercial, grandes redes de lojas já instalaram filiais no município, mas fecharam depois de um tempo, pois as vendas diminuíram consideravelmente após os primeiros meses após a inauguração e a proximidade com a cidade de Veranópolis, menos de 20Km, que já possui uma grande variedade de lojas já consagradas no mercado, desse tipo, faz com que muitos moradores de Cotiporã se desloquem até a cidade vizinha para fazer as compras dos bens que necessitam.

O sistema bancário é composto por duas agências atualmente, uma do Banrisul e outra do Sicredi, além de uma agência lotérica que funciona como ponto de atendimento da Caixa Econômica Federal. A cidade já chegou a ter um estabelecimento do Banco do Brasil, mas como o número de clientes era significativamente baixo em virtude do tamanho do município a instituição fechou. O grande número de agricultores existente na pequena cidade de Cotiporã tem como banco o Sicredi.

Atualmente 55% da economia do município está concentrada na agricultura, as demais atividades estão no setor secundário e terciário (PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ, 2020, *on-line*). No que tange a agricultura o município é um dos dez maiores produtores de uva do estado, mas aproximadamente 90% de toda a fruta produzida em Cotiporã é comercializada com empresas do setor vitivinícola e de sucos localizadas nos municípios vizinhos e/ou na mesma região como, por exemplo, Veranópolis, Bento Gonçalves,

Farroupilha (PIEROZAN, 2019). Situação semelhante se verifica com a produção leiteira, que tem o leite recolhido diariamente na propriedade dos agricultores por caminhões de empresas localizadas em cidades vizinhas, para fazerem o processo de industrialização. A cidade de Cotiporã se insere na Serra Gaúcha como sendo uma grande fornecedora de matéria-prima para as indústrias localizadas nas cidades desta região que contam com um parque industrial mais desenvolvido e diversificado.

As relações urbanas de Cotiporã com Veranópolis e Bento Gonçalves é bastante presente e contempla o fluxo diário de pessoas que se deslocam para estas duas cidades para trabalhar e para estudar, principalmente. Os estudantes de educação básica se deslocam para estudar em colégios particulares, no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), que tem um campus em cada município, ou em cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e vestibulares. Em relação ao ensino superior existem diferentes faculdades com cursos presenciais em ambos municípios e duas universidades que estão localizadas em Bento Gonçalves, a Universidade de Caxias do Sul (UCS) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Existem também vários polos de cursos superiores a distância que tem atraído fluxo de moradores de Cotiporã para as duas cidades. Entre as instituições temos: a Univates, Polo da Universidade Aberta do Brasil, Uniasselvi, etc.

Assim, constatamos que a relação de Cotiporã com as cidades de Veranópolis e Bento Gonçalves se dá na busca de serviços essenciais como educação/saúde e de produtos eletroeletrônicos, e em contrapartida, oferta mão de obra e produtos agropecuários. O fluxo de mercadorias, valores e pessoas entre estas cidades é bastante presente. Numa escala de maior amplitude os serviços mais especializados/complexos são requeridos por Cotiporã em Caxias do Sul e/ou Porto Alegre, ou seja, os fluxos superiores são centralizados à hierarquia da rede urbana.

Considerações Finais

A temática que compreende as pequenas cidades não é uma tarefa fácil e/ou simples de ser estudada e analisada na sociedade, pois envolve questões que ultrapassam a dimensão do tamanho territorial e/ou do contingente populacional de uma cidade. É necessária uma análise mais profunda da realidade que deve contemplar os diferentes fluxos estabelecidos na rede urbana e a própria funcionalidade da cidade, que pode sofrer alterações ao longo do tempo. Essas particularidades ocasionam muitas vezes “[...] uma dificuldade em reconhecer os verdadeiros papéis urbanos das pequenas cidades em seu entorno urbano-regional.” (MANFIO, 2019, p. 40).

A pequena cidade de Cotiporã apresenta o seu ritmo de desenvolvimento atrelado as atividades agrícolas, essa particularidade remete a sua origem e se mantém até os dias atuais. O baixo número

de habitantes faz com que a cidade tenha uma infraestrutura de serviços e equipamentos urbanos bastante limitada, que ocasiona a busca por serviços de saúde, educação, lazer e comércio, principalmente, nas cidades vizinhas que são maiores e possuem uma oferta considerável destes serviços. Essa conexão com as cidades de Veranópolis e Bento Gonçalves é diária, e importante para o desenvolvimento regional da Serra Gaúcha, em contrapartida Cotiporã oferta produtos agropecuários para as duas cidades e também mão de obra.

Os serviços mais especializados, que exigem uma maior complexidade, como, por exemplo, os de saúde, fazem com que Cotiporã passe a busca por suprir a sua demanda nos municípios que desfrutam de maior estrutura como Caxias do Sul, que exerce um posto de hierarquia superior na Serra Gaúcha e Porto Alegre, capital do estado que atende a todas as demandas.

Por fim, podemos dizer que as dinâmicas econômicas existentes desencadeiam fluxos constantes de pessoas e mercadorias entre as cidades, que se deslocam em busca de serviços, e/ou equipamentos urbanos, onde cada um possui uma importância significativa na relação.

Referências

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cotiporã**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cotipora/panorama>. Acesso em: 29 dez. 2020a.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cotiporã Rio Grande do Sul** - Biblioteca do IBGE. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/cotipora.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2020b.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Áreas Territoriais** - o que é. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 14 mar.2021.

CASTRO, Gilberto Ribeiro de. O surgimento das cidades. **Revista Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos**, Nova Serrana - MG, v. 2, n. 7, p. 177-194, 2018.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. *et al.* A formação de roteiro turístico-cultural e a estrutura urbana regional: estudo da Serra Gaúcha (RS). In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, SEMINTUR, VII., 2012, Caxias do Sul, de 16 a 17 de nov., 2012. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2012. p.1-19. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/07/04_45_49_Cesar_Vianna_Lorencet_Nunes.pdf. Acesso em: 1 jan. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro - RJ, a. 4, n. 6, p. 43-53, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo - SP, v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011.

COSTA, Rovílio. **Raízes de Veranópolis**. Porto Alegre - RS: EST, 1998.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Geoaraguaia**, Barra do Garças - MT, v. 8, n. 1, p. 13-31, 2018.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza - CE, v. 9, n. 20, p. 75-81, 2010.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro - RJ: Editora Guanabara, 1986.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador - Ba: SEI, 2010. p. 15-41.

MANFIO, Vanessa. O contexto e a importância das pequenas cidades na dinâmica da rede urbana: uma abordagem acerca de Nova Palma, RS. **Geoingá**, Maringá - PR, v. 11, n. 1, p. 24-45, 2019.

MANFIO, Vanessa.; PIEROZAN, Vinício Luís. Território, cultura e identidade dos colonizadores italianos no Rio Grande do Sul: uma análise sobre a Serra Gaúcha e a Quarta Colônia. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**. São Paulo - SP, v. 23, n. 1, p. 144-162, 2019.

PIEROZAN, Vinício Luís. A produção de uva orgânica no estado do Rio Grande do Sul: as experiências dos vicultores de Cotiporã, RS. **Revista Geonorte**, Manaus - AM, v. 10, n. 36, p. 17-35, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ. **Lei Municipal Nº 2.458, de 18 de março de 2016**. Institui o Plano Municipal de Turismo e dá outras providências. Disponível em: <https://cotipora.rs.gov.br/uploads/>

[legislacao/19442/rE--p8rLmXNploCeknkaQ3nVviRt_gcA.pdf](#). Acesso em: 25 de mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ. **Histórico**. Disponível em: <https://www.cotipora.rs.gov.br/pagina/view/9/historico>. Acesso em: 1 jan. 2021.

SANTOS, Milton. As cidades locais no Terceiro mundo: o caso da América Latina. In: SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1979. p. 69-75.

SILVA, Armando Corrêa da. Uma técnica de pesquisa no estudo de pequenas cidades. In: SILVA, Armando Corrêa da. **O espaço fora do lugar**. São Paulo - SP: Hucitec, 1978, p. 100-103.

Sobre os autores

Airton Rosa Lucion Guites

<http://lattes.cnpq.br/2593510584005210>

Graduado em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da UFSM. Tem ênfase na pesquisa da área do Ensino de Geografia. Atua como professor de Geografia e Ensino Religioso na rede pública municipal de Bossoroca/RS; bem como é revisor do periódico "Geografia Ensino & Pesquisa".

Alexandre Carvalho de Andrade

<http://lattes.cnpq.br/7026471139981985>

Licenciado e Bacharel em Geografia (2001), Especialista em Geografia do Turismo (2003), Mestre em Geografia (2005) e Doutor em Geografia: Organização do Espaço (2014), cursados na UNESP - Campus de Rio Claro. Atua nas áreas de Geografia Urbana, Geografia da População e Geografia do Turismo. É professor do Campus Poços de Caldas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), e professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

Ana Emília de Quadros Ferraz

<http://lattes.cnpq.br/2432835069099608>

Ana Emília de Quadros Ferraz é pós-doutora pela Universidade Federal de Sergipe (2019). Possui doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2009), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999), especialização pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1991). Atualmente, é professora Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tem experiência na área de Geografia,

atuando principalmente nos seguintes temas: rede, território, produção de cidade médias e pequenas, produção de espaços urbanos e rurais, atlas geográfico e geografia de Vitória da Conquista.

Angela Maria Endlich

<http://lattes.cnpq.br/5242658539732498>

Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (1991), Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Dissertação: Maringá e o tecer da rede urbana regional - 1998) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Tese: Pensando os papéis e significados das pequenas cidades na região Noroeste do Paraná - 2006). Estágio pós-doutoral na Universidade de Barcelona (2013-2014). Professora Associada do Departamento de Geografia e PGE da Universidade Estadual de Maringá. Área de atuação no ensino e de pesquisa: Geografia Urbana, Geografia Regional, Geografia Econômica e Planejamento. Temas principais de trabalho: pequenas cidades, rede urbana, municípios, escala local e cooperações intermunicipais.

Cássio Arthur Wollmann

<http://lattes.cnpq.br/9512055876805245>

Graduado em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (2007), tendo sido orientado pela Prof^a. Dr^a. Maria da Graça Barros Sartori. Doutor (Doutorado Direto – 2011) e Pós-doutor (2017-2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, da Universidade de São Paulo (USP - São Paulo, SP), tendo sido orientado e supervisionado pelo Prof. Dr. Emerson Galvani, cujos temas centrais da tese e estágio pós-doutoral desenvolvidos foram a Climatologia Geográfica e Climatologia Agrícola. Atualmente, Professor Associado (Nível I) do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria, atuando nos Cursos presenciais de Geografia (Bacharelado e Licenciatura Plena) e no Programa de Pós-Graduação em Geografia, orientando teses e dissertações voltadas à temática do Clima Urbano.

Claudio Raimundo de Bastos Brasil

<http://lattes.cnpq.br/8927992274974856>

Mestrado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016), Graduação em Administração pela URI Campus - Santiago (2003), com uma especialização em Marketing de Serviços pela mesma instituição (2007) e outra em Docência Superior pela Universidade Gama Filho (2010). Desde 2010 faz parte do quadro de docentes efetivos do Instituto Federal Farroupilha - Campus de São Vicente do Sul /RS, possuindo experiência em cursos técnicos profissionalizantes, tecnológicos e de nível superior. Com atuação acadêmica (ensino, pesquisa e extensão) permanente desenvolve trabalhos, estudos e projetos relacionados aos temas: administração, administração rural, agricultura familiar, desenvolvimento, empreendedorismo, políticas públicas, qualidade e turismo.

Flamarion Dutra Alves

<http://lattes.cnpq.br/6225236168509461>

Professor Associado no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Alfenas. Coordenador do PPGEO (2019-2021). Foi diretor do Instituto de Ciências da Natureza (2015-2017 e 2017-2019). Líder do Grupo de Pesquisa "Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais - GERES" da UNIFAL/MG. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Integrante da Rede de Estudos Agrários- REA. Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2004). Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (2006). Doutor em Geografia (2007-2010) na área de concentração: Organização do Espaço pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Campus Rio Claro. Atua em pesquisas na área de História do Pensamento Geográfico, Relações campo-cidade, Geografia Agrária, Cultura e Território.

Gilda Maria Cabral Benaduce (Organizadora)

<http://lattes.cnpq.br/0879049524486787>

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (1975), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1982) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1999). Atualmente é Professora Associada II da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia, cidade, planejamento urbano, urbanização e agricultura.

Ismael Luiz Hoppe

<http://lattes.cnpq.br/5853845125619213>

Possui graduação em Licenciatura Plena (2015), e Bacharel (2018) em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (2018) e doutorando pelo mesmo programa (2019), com defesa de tese para 2023, na linha de Pesquisa: Dinâmicas da Natureza e Qualidade Ambiental do cone Sul, sendo orientado pelo Prof. Dr. Cássio Arthur Wollmann.

Jonathan Júlio Kegler

<http://lattes.cnpq.br/1593515531111733>

Graduado em Geografia (Licenciatura Plena) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Foi bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Subprojeto: Geografia/ Centro Universitário Franciscano (2011 - 2012), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM / 2014-2016), na linha de pesquisa: Dinâmicas da Natureza e Qualidade Ambiental do Cone Sul, tendo sido orientado pelo Prof. Dr. Cássio Arthur Wollmann, e dissertação de mestrado intitulada “O clima de cidades pequenas: configuração urbano-rural com o uso de transectos móveis em Agudo/RS”.

Maiara Cerqueira Leandro

<http://lattes.cnpq.br/5095977264203177>

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2020). Especialização em Gestão da Inovação e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2018). Graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (2015). Tem experiência na área da Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando com os seguintes temas de pesquisas: (re)produção do espaço urbano, representação do espaço, cidade, práticas espaciais e cotidiano.

Vanessa Manfio (Organizadora)

<http://lattes.cnpq.br/4624918073324478>

Possui Graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestrado em Geografia, também pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS com estágio de Doutorado Sanduíche na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Portugal, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), edital nº 19/2016. Além disso, trabalhou como tutora no curso de Geografia Licenciatura à Distância da Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância - REGESD/ Universidade Federal de Santa Maria, exerceu o magistério na rede estadual entre 2011 e 2014 e professora Substituta de Geografia do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Ibirubá - RS. Atualmente, professora de geografia da rede municipal de Nova Palmar, RS, membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEAG) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, Geografia Agrária, Geografia Cultural e Ensino de Geografia.

Vinício Luís Pierozan

<http://lattes.cnpq.br/5787711159984758>

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017) e graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014). Atualmente é Professor Estatutário de Geografia na Rede Municipal de Ensino de Canoas, RS. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana e Ensino de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas de pesquisa: geografia agrária, geografia cultural, geografia do turismo, ensino de geografia.